

DIREITOS, RESISTENCIA E MOBILIZAÇÕES: A LUTA DOS QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA CONTRA A BASE ESPACIAL

LEONARDO DOS ANJOS



#### Editor

Alfredo Wagner Berno de Almeida UEA, pesquisador CNPq

#### Organizadores:

Cynthia Carvalho Martins Davi Pereira Júnior Patricia Maria Portela Nunes Alfredo Wagner Berno de Almeida

#### Transcrições de áudio

Cliciane Costa Franca Tacilvan Silva Alves

#### **Fotografias**

Dorival dos Santos Grace Stefany Coelho Sheilla Borges Dourado Davi Pereira Jr. Hillary K'odieny Ogina Alfredo Wagner

#### Projeto gráfico e diagramação

Grace Stefany Coelho

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil. PNC-SA-PPGCSPA-UEMA/SEPPIR/PNND BRA13/020

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil. MCTI/CNPQ/Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

#### Ficha Catalográfica

#### A599d Anjos, Leonardo dos

Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a base espacial / Leonardo dos Anjos; Cynthia Carvalho Martins, org., Davi Pereira Júnior, org., Patrícia Maria Portela Nunes, org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

110 p.: il. color. ; 25 cm. (Coleção Narrativas Quilombolas; n.1)

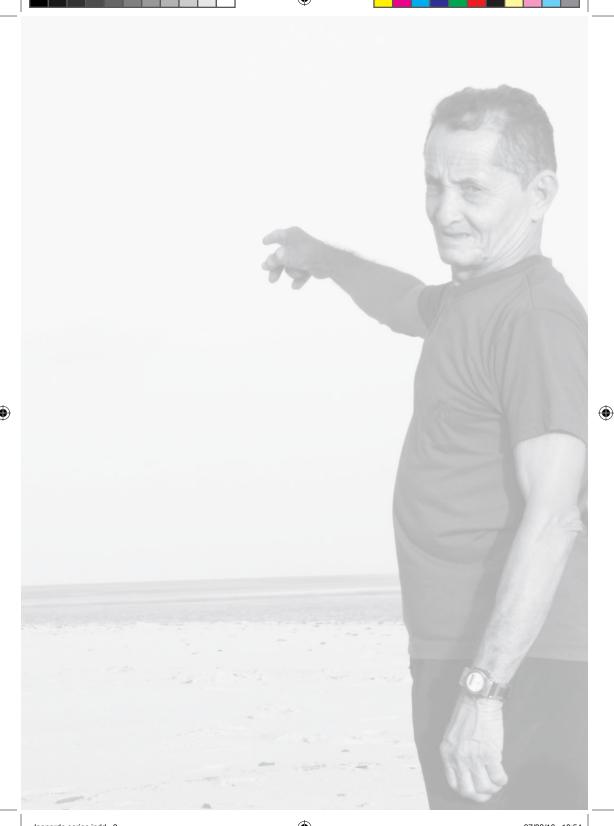
ISBN 9778-85-99274-39-2

 Direito. 2. Quilombolas. 3. Cartografia. I.Martins, Cynthia Carvalho, org. II. Pereira Júnior, Davi, org. III. Nunes, Patrícia Maria Portela, org. IV. Almeida, Alfredo Wagner Berno de, Ed. V. Título. VI. Série.

#### CDU 316.35:347

UEA - Edifício Professor Samuel Benchimol Rua Leonardo Malcher, 1728 Centro Cep.: 69.010-170 Manaus, AM E-mails: pncaa.uea@gmail.com pncsa.ufam@yahoo.com.br www.novacartografiasocial.com Fone: (92) 3878-4412

Fone: (92) 3878-4412 (92) 3232-8423 UEMA- Endereço: Largo Cidade Universitária Paulo VI, 3801 - Tirirical, São Luís - MA, 65055-000 Telefone:(98) 3244-0915





Brasil. PNCSA-PPGCSPA-UEMA/SEPPIR/PNND BRA13/020

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas do Brasil. MCTI/CNPQ/Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

#### CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti - Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acselrad - IPPUR-UFRJ, Brasil

Charles Hale - University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin - NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Aurélio Viana - Fundação Ford, Brasil

Sérgio Costa - LAI FU - Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida - CESTU/UEA, Brasil





### **SUMÁRIO**

#### Apresentação 7

#### Prefácio 13

#### Parte I – Intervenções em Eventos Nacionais e Internacionais 19

- 1. Intervenção do Sr. Leonardo dos Anjos no IV Encontro de Pesquisadores e Movimentos Sociais (PNCSA) em novembro de 2009. 19
- 2. Intervenção do Sr. Leonardo dos Anjos na  $64^{\rm a}$  Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em julho de 2012. 25
- 3. Intervenção do Sr. Leonardo dos Anjos no evento "Jornadas Mapeo de Territorios de Pueblos y Comunidades Tradicionales en la Pan-Amazonia ante el avance de las agro estrategias y otras amenazas territoriales", em junho de 2013. 28
- 4. Intervenção do Sr. Leonardo dos Anjos no 1º Colóquio Internacional de Quilombolas, Palenqueros, Cimarrones, Cumbes, Saramaka, Boni, Djuka e Garífunas, em novembro de 2013. 33

#### Parte II - Pronunciamentos em Agências e Organizações Internacionais 43

- Pronunciamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em outubro de 2008.
- 2. Pronunciamento na Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em Brasília, em dezembro de 2015. 46

## Parte III – Cursos de Legislação e Convenção 169/OIT Ministrados em Comunidades Quilombolas 53

- 1. Curso de Legislação e Convenção 169/OIT ministrado em Viana (MA), em agosto de 2012.  ${\bf 54}$
- 2. Curso de Legislação e Convenção 169/OIT ministrado em Monção (MA), em agosto de 2013  $\,65\,$

#### Parte IV - Entrevistas 67

1. ENTREVISTA 1 "O problema que nós estamos tendo com a Aeronáutica é desde do início da implantação desse projeto e a gente vem lutando, sempre dizendo que a gente não

aceita sair daqui", em 23 de janeiro de 2008 68

- 2. ENTREVISTA 2 "Nós lutamos dentro dos nossos direitos, nós vamos conseguir ganhar", em julho 2013  $\,76\,$
- 3. ENTREVISTA 3 "Como é que a gente vai administrar uma usina que a gente não tem conhecimento, não tem costume?", em 04 de outubro-2013  $\,86\,$
- 4. ENREVISTA 4 "Agora se nós manter a nossa coragem de dizer que nós não vamos sair, porque nós temos os nossos direitos garantidos, aí nós vamos ter como expulsar eles, mas, se não for assim, não vai,", em 27 de fevereiro de 2014 92
- 5. ENTREVISTA 5 "A nossa briga é com o próprio governo", em 27 de fevereiro de 2014  $\bf 99$
- 6. ENTREVISTA 6 "Narrativa do mapa do território étnico de Alcântara," em 27 de fevereiro de 2014 106

#### POSFÁCIO 111

Patricia Maria Portela Nunes

Cynthia de Carvalho Martins

#### **ANEXOS**

anexo 1 - "Carta aberta do povo quilombola de alcântara ao Governo do estado do maranhão"  $117\,$ 

anexo 2 - produção cartográfica – mapas produzidos pelo projeto nova cartografia social da amazônia em alcântara  $\,124\,$ 

anexo 3 – fotos da produção do projeto nova cartografia social da amazônia em alcântara – fasciculos e livros 126





## APRESENTAÇÃO DAS COLEÇÕES: "NARRATIVAS QUILOMBOLAS" E "LUTA E RESISTENCIA QUILOMBOLAS"

Alfredo Wagner Berno de Almeida<sup>1</sup>

As narrativas quilombolas, ora apresentadas, compreendem um esforço classificatório de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e pesquisadores convidados no sentido de compor uma coleção de livros em que membros de diferentes unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais, descrevem eles mesmos suas próprias experiências de luta, em situações de conflito social, nas quais reivindicam seus direitos territoriais e suas expressões identitárias. Consistem em relatos, obtidos através de entrevistas realizadas com membros de comunidades quilombolas, que detém critérios de competência e saber para descrever a trajetória daquela unidade social. Os trabalhos de mais de uma década dos pesquisadores do PNCSA em comunidades quilombolas facultaram condições de confiabilidade mútua para narrativas mais detidas e aprofundadas. Os pesquisadores lançaram mão de técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica, e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que não só nos convidam a novas formas de pensar as relações políticas e os laços de solidariedade que fundamentam identidades coletivas, mas também a própria noção de política.

Os livros que compõem esta coleção se inscrevem, assim, num gênero literário peculiar, concernente às denominadas narrativas quilombolas, que privilegia o uso da palavra através da linguagem autorizada e direta dos agentes sociais assim designados, expressando condições de eficácia de um discurso ritual, que tanto propicia meios para uma leitura crítica dos significados de quilombo, quanto estabelece uma clivagem nas interpretações históricas a ele referidas. Tal gênero se distribui por pelo menos duas principais variantes, que buscaremos expor a seguir, objetivando esclarecer as fontes de autoridade

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

07/03/16 10:54

<sup>1</sup> Antropólogo. Professor visitante da UEA e pesquisador CNPq

da memória quilombola e suas transformações no tempo.

i)A mais conhecida destas variantes tornou-se consagrada com o trabalho de Barnet, **Biografia de un cimarrón**, publicado em 1966, em Cuba, pelo Instituto de Etnologia y Folclore. Barnet narra suas entrevistas com Esteban Montejo, 104 anos, escravo fugido nas montanhas da província de Las Villas. Esta vertente conheceu diferentes expressões, inclusive no Maranhão, no Pará e na Bahia, regiões de referencia de muitas outras narrativas. As abolições tardias em Cuba e no Brasil permitiram a obtenção de um tipo de informação sobre os quilombos praticamente impossível em outros países. Refiro-me aos trabalhos de pesquisa que focalizam autobiografias de quilombolas ou narrativas por eles próprios encetadas, independentemente dos interrogatórios de prisioneiros, no âmbito de inquéritos policiais ou de ações militares e repressivas destinadas a aprisionar quilombolas e a destruir os quilombos respectivos. Os quilombolas entrevistados, consoante este gênero biográfico, relatam como fugiram das grandes plantações e/ou dos engenhos, as perseguições de que foram vítimas e como era a vida cotidiana no quilombo em que se refugiaram.

ii) A outra variante concerne a agentes sociais que hoje se autodefinem quilombolas, sem qualquer referencia a "escravos fugidos", cujas famílias resistiram e se mantiveram dentro dos domínios pretendidos pelas grandes plantações, e que narram, no tempo presente, a construção social de sua identidade coletiva, dialogando criticamente com a documentação histórica e com as classificações da sociedade colonial. Esta noção de quilombo contradita os códigos e dispositivos com fundamentos colonialistas, propiciando o advento de novos significados. Até a segunda metade do século XX os juristas que se dispunham a dissertar sobre os quilombos, vinculavam sua definição à própria questão doutrinária, isto é, ficavam amarrados, congelados, seja nos limites dos marcos conceituais das ordenações manuelinas e filipinas, seja naqueles da consulta do Conselho Ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740. Esta referida consulta produziu uma definição explícita, que se cristalizou no pensamento jurídico, considerando como quilombo ou mocambo:

"toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles".

Pode-se afirmar, em decorrência, que atravessamos o período colonial



com uma definição que perpassou igualmente o período imperial, com deslocamentos só de intensidade, e que chegou à situação republicana exatamente da mesma forma, da qual hoje nós acabamos também fazendo uso. A ênfase, consolidada inclusive nos dicionários, é sempre dirigida ao quilombola ou calhambola considerado como "escravo fugido" e localizado em regiões remotas e distantes das grandes plantações de cana de açúcar, café ou algodão. Os "fugitivos" e "distantes", reeditam idealmente o isolamento, como se o quilombo ocorresse sempre fora dos limites das fazendas e consistisse numa "ilha remota" feita território mítico. Ora, segundo a ruptura aqui sublinhada houve escravo que não fugiu e que permaneceu autônomo dentro dos limites da grande propriedade monocultora e com atribuições diversas: houve aquele que sonhou em fugir e não conseguiu faze-lo, houve aquele que fugiu e foi recapturado e houve esse que não pode fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel consistia em ficar. Todos eles, entretanto, se reportavam direta ou indiretamente aos quilombos, rompendo com o sentido estrito, dicionarizado, e abrangendo uma diversidade de situações sociais, inclusive aquelas relativas à compra de terras por parte de famílias de escravos alforriados ou a doações de terras recebidas de ordens religiosas e de sesmeiros.

É nesta segunda vertente que se pode classificar as narrativas ora contidas nos livros que compõem a coleção "Narrativas Quilombolas" de Ednaldo Padilha, "Cabeça", de Camaputiua; de Dona Nice Machado Aires, da Enseada da Mata; do Sr. Leonardo dos Anjos, de Brito; de Dona Maria Amélia, do Rio Andirá, Barreirinhas; do Sr. Aniceto Araujo Pereira, de Oitiua; do Sr. Samuel Araujo, de Baixa Grande; do Sr. Teodoro Lalor de Lima, da Ilha de Marajó, e de Dorinete Serejo, de Canelatiua. cujas reivindicações de direitos territoriais quilombolas passam pelas ruínas das casas-grandes e de engenhos e pelas lutas das famílias que não fugiram e resistiram dentro dos limites destas fazendas, plantando suas roças, comercializando autonomamente sua produção e sobrevivendo à derrocada dos "senhores de escravos". Os símbolos de apropriação foram historicamente deslocados. O sentimento de liberdade e as práticas econômicas livres para decidir onde, o que e como plantar, dentro dos próprios limites das grandes plantações, evidenciam uma situação de aquilombamento dos antigos engenhos. Em outras palavras os quilombos não se localizam necessariamente fora dos limites de sesmarias, de fazendas e de engenhos, localizando-se nas próprias terras pretendidas pelos "senhores





de engenhos". Este deslocamento recoloca o sentido das narrativas quilombolas agora apresentadas, segundo um acordo tácito, a memória quilombola não se dissocia da memória dos engenhos e das fazendas. O poder de se apropriar das vantagens simbólicas associadas à posse das ruínas legitima o oposto simétrico das grandes plantações monocultoras baseadas no trabalho escravo, isto é, as comunidades remanescentes de quilombos, cuja forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais, inclusive dos campos, passa a articular os diversos povoados. Antes de serem um vestígio do passado ou uma forma de retorno a uma economia natural tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade, de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre seu destino. A posse efetiva das terras pelos remanescentes de quilombos, torna--as um marco distintivo da autonomia de seus povoados, porque representa a evidencia de que os antigos engenhos e fazendas não tem mais condições de possibilidades de efetivamente existirem, ao mesmo tempo que comprova a eficácia na gestão dos recursos dos quilombolas que aí decidiram ficar. A forma esqueletal do que foram as edificações elementares das fazendas, publicamente exposta e constatável por uma arqueologia de superfície, sem qualquer necessidade de escavação, concorre para atestar isso. Lado a lado com a vida cotidiana das comunidades, essas ossaturas dos engenhos e fazendas certificam o longo tempo de existência delas. A datação das ruínas dos engenhos e dos sobrados aqui equivale ao reconhecimento da "idade" das comunidades remanescentes de quilombos e consiste no correspondente ideal de sua certidão de nascimento. Nas próprias narrativas de Dona Nice, de "Cabeça" e do Sr. Samuel a identidade quilombola se afirma nesse processo de negação de seu antagonista histórico e as ruínas tornam-se auto-explicativas em face dos engenhos que não mais existem nos municípios de Alcântara, Viana, Cajari e Penalva . O aquilombamento das ruínas significa, nesse sentido, uma ruptura radical com a ideologia da tutela e com a conhecida oposição, senso comum erudito nos textos históricos, entre "casa grande X senzala", ressaltando um processo de autonomia produtiva. Com a desagregação das fazendas as unidades familiares submetidas à escravidão ocuparam efetivamente as terras das grandes plantações e de maneira concomitante se apropriaram dos nomes da aristocracia agrária. Por exemplo, o engenho Gerijó, pertencia à família de Carlos Ribeiro, Barão de Grajaú. Presidente de Província e chefe do Partido

10



Liberal, no Maranhão, enquanto os engenhos Kadoz e Tramaúba pertenciam à família Viveiros, sendo o expoente desta família, o Barão de São Bento, dirigente do partido conservador na Província do Maranhão, um de seus filhos teria engravidado a escrava Pruquera e esta com o filho passa a adotar o nome Viveiros, assim como os demais escravos destes engenhos o adotavam. Havia uma norma da legislação colonial que não permitia aos "livres" contrair matrimônio com escravos, assim também não se cometia adultério com eles. Entretanto, o parentesco resultante do fruto desses intercursos sexuais torna-se uma expectativa de direito nas narrativas de entrevistados. A partir daí, apropriam-se do nome dos senhores, bem como de suas terras, que não foram vendidas porquanto era uma pré-condição para os políticos possuírem terras, mesmo que já não tivessem sobre elas o controle absoluto. A derrocada econômica fragilizou os mecanismos repressivos da força de trabalho e os escravos emergiram como unidades de trabalho familiar, um "protocampesinato escravo" como diria Sidney Mintz, convergindo para uma autonomia completa. Completando este processo emancipatório, na primeira geração pós-abolição, em Cajari, retiraram o nome do senhor de escravos de seus próprios nomes, substituíram o nome "Viveiros" por "Santos", enquanto que em Alcântara mantiveram os nomes dos antigos senhores sem qualquer alteração, em ambas as situações com o controle efetivo das terras.

Os territórios quilombolas, não obstante reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares, até hoje não foram titulados e permanecem intrusados por cercas eletrificadas e por rebanhos bovinos e bubalinos, que devastam os campos naturais da Baixada ou que destroem plantios de mandioca, e pela ação de grileiros que ameaçam de morte os líderes quilombolas. O assassinato de Genialdo dos Santos, irmão de "Cabeça", em julho de 2012, em Cajari, por "pistoleiros ligados a grileiros"; o assassinato seguido da decapitação de Martinho Souza Aires Filho, filho mais velho de Dona Nice, em outubro de 2014, em Penalva, e o assassinato do Sr. Teodoro Lalor de Lima, a facadas pelas costas, em agosto de 2013, em Belém, logo após desembarcar no porto e se dirigir ao Ministério Público Federal, agravaram os conflitos sociais na região de Camaputiua, em Penalva e na Ilha de Marajó, que permanecem sob clima de tensão permanente, denotando a tragicidade que envolve as narrativas ora apresentadas e os riscos que correm os que persistem defendendo a sua identidade quilombola.

Uma outra vertente desta segunda variante concerne a livros de autoria

Coleção Narrativas Quilombolas

de pesquisadores, seja historiadores, antropólogos, sociólogos ou bacharéis em direito, que focalizam as situações de conflito social que envolvem comunidades quilombolas. Trata-se de dois livros de autoria da historiadora Rosa Acevedo Marin e do antropólogo João Batista de Almeida Costa, concernentes a conflitos em Brejo dos Crioulos, Minas Gerais e Ilha do Marajó, Pará, que se apoiam em trabalhos de pesquisa contendo entrevistas com os próprios agentes sociais quilombolas. Esta coleção é denominada "Luta e resistência quilombolas".

O convite à leitura dos seis títulos desta coleção passa, portanto, por estes componentes trágicos, que evidenciam a dubiedade dos atos de Estado, que procrastinam a titulação das terras quilombolas, expondo as comunidades à violência dos que visam usurpar suas terras e conspurcar seus direitos territoriais.





Coleção Narrativas Quilombolas

### **PREFÁCIO**

## ESBOÇO DA TRAJETÓRIA DE UMA LIDERANÇA QUILOMBOLA DE ALCÂNTARA

Davi Pereira Junior<sup>2</sup>

O livro que ora se apresenta com o título, "Direitos, Resistência e mobilizações: A Luta dos Quilombolas de Alcântara Contra a Base Espacial" não é uma biografia no sentido estrito. O propósito é mostrar a trajetória de luta política do senhor Leonardo dos Anjos, a partir de suas próprias falas, traçando o percurso de sua militância e sua construção enquanto liderança quilombola do território étnico de Alcântara dos Atingidos pela Base Espacial. Essa militância se dá de modo coletivo a partir das relações estabelecidas dentro do seu próprio grupo e das relações estabelecidas coletivamente pelo Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) ao longo da luta politica travada pelos quilombolas de Alcântara.

A ideia de construção de livros com narrativas orais de lideranças de povos e comunidades tradicionais no Maranhão se consolida, a partir das práticas de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, e está relacionada com a garantia da autonomia dos agentes sociais e dos grupos em decidirem o que será pesquisado e publicado sobre eles. Possível por uma relação de pesquisa solidamente estabelecida e consolidada, expressa por uma relação de confiança entre agentes sociais de diferentes grupos e pesquisadores, que permite a estes sentirem-se seguros o suficiente para conduzirem os rumos da pesquisa e decidirem o que deve ou não ser publicizado. Nesse trabalho eles sabem que sua voz ou fala será respeitada, o que faz os agentes sociais e grupos, incorporarem os resultados das suas lutas políticas e sociais e também como instrumento de mobilização e reivindicação de direito junto ao estado Brasileiro.

Coleção Narrativas Quilombolas



<sup>2</sup> Quilombola alcantarense, historiador, antropólogo doutorando in Latin American Studies Teresa Lozano Long Institute and Collection LILLAS/BENSON in The University of Texas at Austin, pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social.

Importante chamar a atenção para o fato de que a produção deste tipo de livro tem uma importância estratégica para os grupos que tem sua historia escrita, pois embora seja um livro que tem um agente social como referência, ele não pode ser pensado de modo individualizado, com fins de personalização. O material produzido aponta para a construção de uma historia que é coletiva. O trabalho colide com a ideia das genealogias tradicionais produzidas no seio do estado brasileiro que ilustram e consagram os ditos "grande homens" ou "vultos," oriundos de uma elite, beneficiária da escravidão e antagonista dos grupos sociais que figuram como "minorias políticas".

Esta elite que usou de um pressuposto autoritário do Estado Nação e se consolidou por meio de instrumentos de dominação política, econômica e ideológica, sustentados em aspectos genéricos que não consideram as diferenças entre os diversos grupos que o constituem a sociedade brasileira. Essa elite se sustentou através de instrumentos monopolizados que estabelecem arbitrariamente critérios de classificação, limites territoriais e a perpetuação da sua genealogia com o intuito de manutenção dos privilégios, poder e prestígio político-econômico. A concentração de poder advinda da posse desse aparelho estatal somada à cristalização da ideia de hereditariedade política resulta na invisibilidade e exclusão das chamadas "minorias políticas" que foram relegadas à margem do cenário político, econômico e social.

Com tudo isso dito, a publicação de livros com as narrativas orais e trajetórias de agentes sociais que figuram como lideranças importantes para os diferentes grupos sociais, a partir de seu ponto de vista, da linguagem usada na comunidade e dando todo protagonismo e autonomia ao dono da sua historia é de fundamental importância em uma sociedade marcada pela perpetuação de genealogias das elites. É reconhecer a importância dos sacríficos de mártires das lutas travadas por esses grupos por uma sociedade mais justa, que reconheça e respeite as diferenças. É também de certa forma garantir referências futuras para os grupos e suas lideranças.

No caso de seu Leonardo dos Anjos, uma trajetória de luta e resistência que dura quase 40 anos pelo direito de permanecer no território dos seus antepassados. É uma luta pela garantia de sobrevivência e de reprodução, biológica, social, cultural e religiosa dos quilombolas de Alcântara que resistiram e sobreviveram ao crime da escravidão, foram abandonados à própria sorte pela elite escravocrata, resignificaram seu modo de vida para que todos tivessem o direito de usufruir através do uso comum da terras e dos recursos

naturais existente no território, criando uma cadeia de solidariedade e uma forma própria de usar os recursos naturais, que só foi parcialmente desestruturada com o processo de deslocamento compulsório e criminoso provocado pelo Estado brasileiro para a implementação do Projeto Espacial Brasileiro de cunho extremamente racista nos anos 1980-90.

A trajetória mostrada aqui de Leonardo dos Anjos, reforça a construção de uma liderança de formação coletiva, que inicia sua trajetória de luta em defesa do território étnico de Alcântara no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Alcântara (STR), e com a fundação do MABE, em 1999, junto com outras lideranças, passa a ser uma das referências na coordenação do movimento. Com a repercussão da história de resistência e luta dos quilombolas de Alcântara que ganha repercussão nacional e internacional, diversas lideranças Alcantarense começam a ganhar o protagonismo político e começam a transitar em diferentes espaços e diferentes lugares para formação política, debates e compartilhamento das experiências de lutas.

Devido à necessidade de expandir os horizontes da luta politica, através da visibilidade ao conflito, expondo o ponto de vista dos quilombolas, e arregimentar apoio à luta, seu Leonardo, começa a frequentar esses diversos espaços sociais de diálogo, como universidades, fóruns, reuniões, congressos, colóquios e debates com uma ampla rede de organizações não governamentais ligadas à defesa dos direitos humanos e do movimento social. Podemos chamar seu Leonardo dos Anjos de uma liderança cosmopolita, por suas diversas viagens internacionais para compartilhar experiência e defender o direito dos quilombolas alcantarense, listo aqui três viagens das quais duas eu tive a honra acompanhá-lo. Seu Leonardo esteve presente em outubro de 2008, em Washington DC na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, para depor na Comissão de Direitos Humanos que acompanha a denúncia contra patrícia de crime contra os direitos humanos dos quilombolas de Alcântara pelo governo brasileiro, cujo depoimento está reproduzido neste livro.

Como quilombola Alcantarense, historiador e antropólogo, conheci pessoalmente seu Leonardo na luta, mais especificamente em 2007<sup>3</sup>, quando fui ajudar nas oficinas de consulta já como pesquisador do Projeto Nova

Coleção Narrativas Quilombolas

<sup>3</sup> Nesse período estive mais próximo das comunidades do território de Itamatatiua que fica no sul do município de Alcântara, de onde tive que sair para continuar os estudos em São Luís, uma vez que não havia escola no povoado e nem nas proximidades que me possibilitasse concluir o ensino fundamental.



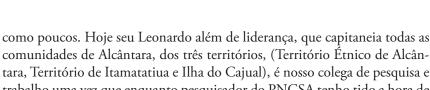
Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). As oficinas de consulta foram realizadas pelos quilombolas para poder criar uma instituição jurídico-formal para receber o título definitivo do território, o que os quilombolas denominaram de Associação Mãe. A associação foi criada, mas infelizmente o governo brasileiro ainda não cumpriu o que manda a Constituição no seu Artigo 68 do ADCT. E a partir de então acompanhei seu Leonardo em incontáveis situações (seminários, fóruns, reunião, oficinas, cursos, viagens nacionais e internacionais, visita a comunidades, trabalhos de campo) onde ele foi protagonista na defesa do território étnico de Alcântara. É a partir dessas situações em que eu acompanhei seu Leonardo, com todo material resultante dessas situações que, juntamente com a Professora Cynthia Carvalho Martins pensei em organizar um livro com essas narrativas.

Acompanhei seu Leonardo, nas viagens mais longas feitas por ele em tantos anos de militância. Em agosto de 2013 enfrentamos 78 horas de vôos a partir do aeroporto de São Luís até chegarmos ao Lake Toba, North Sumatra, Indonésia, especificamente na lago de Samosir, para participamos da *Global Conference on Mapping*, promovida por uma organização indígena asiática, onde seu Leonardo foi mais uma vez dividir a experiência de resistência dos quilombolas Alcantarenses. Em maio de 2013, fomos a Cartagena das Índias na costa Colombiana, em discussões com acadêmicos, pesquisadores e agentes sociais e representantes dos movimentos sociais da Pan-Amazônia, onde seu Leonardo pode discutir com o grupo suas experiências.

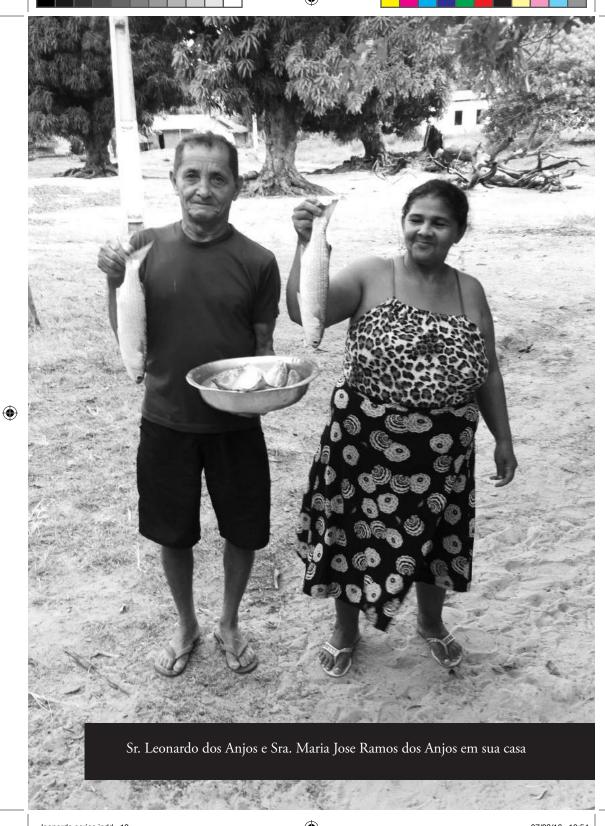
Durante o período que tenho acompanhado mais de perto a trajetória de seu Leonardo, tem sido extremamente enriquecedor, tenho aprendido muito com este intelectual, forjado na luta e como muitos outros pesquisadores. Sinto honra em chamá-lo de professor, o mestre Leonardo, pela sua capacidade de percepção de conjuntura política e social que ele possui, e de modo brilhante consegue articular e relacionar a situação vivenciada pelos quilombolas hoje em Alcântara ao contexto mundial do avanço da filosofia do liberalismo sobre os territórios tradicionais, sua defesa incansável pela defesa do direito dos quilombolas ao território, e a garantia da permanência de uma modo de vida próprio das comunidades quilombolas de Alcântara. Ou nos cursos sobre Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que ele ministra, com seus saberes e experiências acumuladas, para outros grupos que estão vivenciando conflitos, nos quais ele é especialista







comunidades de Alcântara, dos três territórios, (Território Étnico de Alcântara, Território de Itamatatiua e Ilha do Cajual), é nosso colega de pesquisa e trabalho uma vez que enquanto pesquisador do PNCSA tenho tido a hora de tê-lo como companheiro de trabalho em inúmeras situações, principalmente nas diversas oficinas sobre direito e legislação internacional hoje ministradas por ele.



#### PARTE I

### PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Nessa parte apresentaremos a transcrição das falas do senhor Leonardo dos Anjos em eventos nacionais e internacionais, em fóruns de debates, encontros, colóquios, seminários e jornadas acadêmicos. Destacamos o IV Encontro de Pesquisadores e Movimentos Sociais (PNCSA), ocorrido em São Luís, entre os dias 04 e 07 de novembro de 2009 que reuniu aproximadamente vinte pesquisadores e quarenta agentes sociais vinculados a Movimentos Sociais; as "Jornadas Mapeo de Territorios de Pueblos y Comunidades Tradicionales en la Pan-Amazonia ante el avance de las agro estrategias y otras amenazas territoriales", ocorrida em Cartagena entre os dias 29 de maio e 2 de junho de 2013; o Colóquio Internacional de Quilombolas, Palenqueros, Cimarrones, Cumbes, Saramaka, Boni, Djuka e Garífunas, ocorrido entre 20 e 23 de novembro de 2013, em São Luís e a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em São Luís, entre 22 a 27 de julho de 2012. Ressaltamos que ao longo de sua trajetória o senhor Leonardo dos Anjos tem contribuído com a sua participação nesses eventos propiciando a visibilidade a nível nacional e internacional do conflito dos quilombolas com a Base Espacial de Alcântara. Antes de apresentarmos as transcrições apresentamos uma breve síntese dos eventos:

1. IV Encontro de Pesquisadores e Movimentos Sociais (PNCSA)

Local: SESC Olho D'água, São Luís MA

Data: 04 a 07 de novembro 2009

Realização: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

#### Leonardo dos Anjos:

Bom dia a todos e a todas, para quem não me conhece, sou Leonardo dos Anjos da comunidade quilombola de Brito, município de Alcântara e

Coleção Narrativas Quilombolas



a gente está nessa luta, desde 1980. Estou há mais de trinta anos nessa luta, no movimento sindical e continuamos até hoje. Nos anos 80, quando a Base Espacial se implantou em Alcântara, aí chegaram anunciando que iam trazer desenvolvimento para município, tirar as pessoas da roça, que é um ditado popular que hoje, que eu não gosto de ouvir a pessoa dizer assim: "ah! Eu estou na roça", porque na roça eu considero que é lugar de gente trabalhador, é das pessoas trabalharem, exercer sua profissão, então acho que é um ditado que não cola dizer assim: "ah, eu estou na roça", mas enfim.

Tiraram as pessoas da roça e colocaram onde? Nas periferias da cidade? Porque tirar da roça e não dar uma qualificação pra trabalhar, pra poder ter emprego digno de receber seu salário que possa lhe sustentar, ir tirar da roça pra botar nas periferias da cidade, na marginalidade, como acontece lá em Alcântara e aqui mesmo na cidade de São Luís, que tem bairro aqui que é só gente de Alcântara e que muitos companheiros infelizmente, tem até vergonha de se dizer isso, muitos companheiros rapaz, jovens, já tomados por causa da violência, porque vieram de Alcântara, porque saíram da roça e vieram pra periferia, ficar na violência. Então nós passamos a enfrentar, resistir e dizer que nós não íamos sair daquela região que nós moramos. Nós não íamos sair daquela região que nós morávamos, eu moro no Brito e os demais companheiros, que tem companheiro aqui de Canelatiua, Mamuna, Baracatatiua, aquela região, nós somos as comunidades que mais resistimos à relocação. Então o quê que aconteceu? Esse projeto de tirar pessoas da roça, remanejaram 312 famílias se não estou enganado, alocaram em 7 agrovilas, o quê que aconteceu? Ofereceram mudança de trabalho, as pessoas que trabalhavam na roça, lá nas suas comunidades antigas, era como se diz, trabalhar na roça, no toco, roçar, queimar e plantar. E lá eles iam dar tecnologia, para as pessoas trabalharem, só plantar o quê, tomate, cebola, pepino, pimentão alface, essas coisas, pra vender em mercado em Alcântara, que Alcântara não tinha mercado suficiente pra toda aquela região trabalhar numa mesma cultura e vender em Alcântara que não vai absolver. O quê que aconteceu? Nem a cultura mecanizada e nem a tradicional, porque as terras não são suficientes pra companheiro que mora num lugar que ele tem uma outra dívida pra conseguir recurso, uma roça não vai manter uma família com quatro, cinco pessoas, de um ano para o outro, porque ela não vai produzir suficiente e quem a gente sabe muito bem disso, as terras estão cansadas<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Terra cansada é uma expressão relativa à dificuldade que as famílias possuem em deixar a terra

Aí o quê que aconteceu, hoje as pessoas que vivem ali, a maioria das famílias vive ali em função da aposentadoria dos trabalhadores rurais, dos que já estão na idade de se aposentar, e hoje do bolsa família. Eu digo isso, parece que tenho até vergonha, mas muitos, e ainda comento o seguinte, tem muitos rapazes, pais de famílias mais jovens que se acostumaram nessa bolsa família de 100 reais 150, outros até duzentos e pouco. Acham que é um grande dinheiro, tem gente que comenta que pessoas que nunca mais pisaram nem no igarapé pra arrastar camarão, porque recebe uma bolsa família, eu fico me

perguntando como é que não passa essa família com uma ajuda de 100, 150

reais, mas isso é a realidade de Alcântara.

Então nós enfrentamos, naquela região de Mamuna, Baracatatiua, Brito, Canelatiua, Itapera, ali, nós enfrentamos, sempre dizendo que nós não ia sair, nós não ia ser remanejado! Mas nós que fazia esse tipo de coisa, pelo menos eu, lá de Brito, que sou a liderança, também reconheço que fui eu, a pessoa que teve a coragem de dizer "não!", a primeira vez para o oficial de justiça, quando foi levar o governo para nós assinarmos para sair de lá e a partir dali começou a luta.

Mas a partir de 99, quando teve aquele seminário lá em Alcântara<sup>5</sup>, e depois teve as oficinas sobre a Convenção 169 e a partir da Constituição de 88, que a gente passou a conhecer o artigo 68 da Constituição Federal, que dá o direito para as quilombolas, os trabalhadores tradicionais, aí sim, aí eu passei a ter a coragem de chegar e dizer que nós não vamos sair. Por que que você não vai sair? Porque a Constituição nos garante não sair e permanecer no lugar que nós nascemos, criamos e trabalhamos de maneira tradicional, portanto nós não vamos sair!

Outra coisa, o Governo federal sancionou a Convenção 169 da OIT. A Convenção 169 é um outro documento que reforça a Constituição Federal, nos garante o direito de permanecer na terra que trabalhamos, que ocupa-

descansar, de um plantio para o outro, para que se regenere antes da realização de um novo roçado, de um novo plantio. Nesse sistema de plantio o solo precisa passar por um tempo de regeneração chamado pousio. Com a implantação do CLA as terras se tornam mais escassas e o uso intensivo as torna cansadas (Nota dos editores).

5 Usualmente designado de Seminário de 99, por aqueles que detêm a memória sobres as lutas sociais desencadeadas com a implantação da base de lançamento de foguetes esse evento foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara, realizado na cidade de Alcântara em maio de 1999, intitulado "Seminário Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais" (Nota dos editores).

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS



mos de maneira tradicional, então a partir dali ,nós passamos a ter a coragem de enfrentar e dizer que nós não vamos sair. Tanto é que o Governo fez um acordo, já depois desse projeto da Base Espacial, com a Ucrânia, a partir de 2006, se não estou enganado, mandou as pessoas da empresa ACS pra lá, pra construir o Centro de Lançamento que é o Cyclone 4 na comunidade de Mamuna, só que geralmente, nessas comunidades tem pessoas comerciantes que tem um interesse em ganhar um dinheirinho, aí chegaram lá foram logo se aproximar de quem? Dos comerciantes. O comerciante que está interessado em vender, faz logo amizade com as pessoas, aí as pessoas do movimento que estão lá e não vão atrás da conversa deles, acharam que não iam aceitar negociar com eles, mas os comerciantes ficaram logo zangado com essas pessoas. O quê que aconteceu, surgiu logo uma divisão, quem estava contra essa empresa entrar lá pra trabalhar, não vendia mais nada pros outros pessoal das empresas, só eles e que eles iam tirar as pessoas da roça, aquela mesma história que eu falei no início de dar emprego para os jovens e tirar da roça. Aí todo mundo fica animado, a maioria e que eles iam começar a trabalhar 15 km longe da comunidade de Mamuna, eu digo assim, as pessoas na zona rural, muitas pessoas, são leigos, a maioria semianalfabeta, que só sabia assinar seu nome, que eu considero que são analfabetos ou semianalfabetos. 15 km! Eu sei lá quanto de distância é 15 km? A maioria das pessoas não tem noção do que são esses 15 km de distância, então vão, pegaram dois jovens, botaram no carro: "vocês vão com mapa, todo mundo, eu também tenho mapa de toda aquela estrada ali, todo mundo com o mapa e chegaram cortando, dentro da divisão de Mamuna e Baracatatiua, começaram fazendo estrada, começaram fazendo estrada, quando foi um dia, pessoal de Mamuna saiu de Baracatatiua, de onde vai de Baracatatiua pra Mamuna, chegaram lá , certa parte da estrada, cortaram uma estrada e bagunçaram tudo e agora, pra onde nós vamos que nós não sabe nem pra onde vai pelo outro caminho, vamos voltar.

Essa estrada foi parar na beira do rio, aí cortaram a outra foi parar na beira do rio em que eles banham. Cavavam, faziam as coisas lá na Mamuna. Então tivemos que procurar nossos direitos! Aí saíram pro Sindicato e foram procurar o que fazer, lá no Sindicato, veio a FETAEMA e aí procuraram o Ministério Público e aí começou a acirrar a luta mesmo e aí o Ministério Público mandou embargar a obra, quem estava lá dentro, já estavam três empresas trabalhando, fizemos uma cerca no meio da estrada, que desse pra lá



pro serviço, aí não passava ninguém, aí a empresa ficou injuriada, ficaram injuriado. Mandaram chamar pra uma audiência lá em Brasília, eu e Militina lá da Mamuna, a ACS parece que estava perdendo trinta milhões por mês com as obras lá paradas. Não mandaram me dizer a tempo, me disseram um dia antes para pegar avião para ir pra Brasília, foi só a Militina. Aí lá o presidente da ACS, perguntou pra Militina o quê que ela queria que ela fizessem pra ela ceder, pra eles continuarem. Aí ela disse não, a sugestão dela é o seguinte: vocês tem o Centro, tem oito mil quinhentos hectares de terra que é a base que tem o seu poder, vocês vão fazer o centro de vocês pra lá e deixar a nossa terra que nós não vamos abrir mão, se vocês querem a nossa opinião, a opinião nossa é essa : é que vocês podem ir lá pro Centro e deixar nossa terra que nós não vamos sair de jeito nenhum! Nós não vamos abrir mão. O quê que eles fizeram? Se reuniram entre si e resolveram levar o trabalho deles lá pra dentro do Centro, mas eles só fizeram isso, porque a Constituição Federal nos garante permanecer na terra e a Convenção 169 é um documento que reforça e nós que temos esse conhecimento hoje, nós não vamos desistir em lugar nenhum do mundo, nós vamos continuar dizendo para eles aqui em São Luís, em qualquer estado do Brasil, em qualquer outro país que for chamado, qualquer um de nós, que tem coragem de dizer que conhece a convenção 169, a Constituição Federal. Eu não sei os outro, mas eu vou dizer com essa mesma coragem que eu estou dizendo aqui pra vocês, vou dizer em qualquer lugar do mundo que me chamarem e pode ser perante a presidenta, perante Barack Obama, pode ser lá quem for, qualquer um presidente, eu vou ter essa mesma coragem de dizer : nós não vamos sair, por isso!

#### [Palmas iniciadas por D.Querubina]

Pode ser, qualquer um presidente! Eles podem até mandar me matar depois, mas não vou deixar de dizer. Ou vocês querem nos tirar da roça, pra nos botar nas periferias da cidade, pra depois vocês estarem com a polícia atrás dos nossos filhos? Como a gente conhece, que já teve vários, pelos menos uns quatro, cinco alcantarenses que já morreram aqui, por causa da violência. Alcântara, na cidade de Alcântara, uma pessoa não pode sair que os moleque lá estão tomando a bolsa, carregando e a polícia não dá jeito, que eles já têm tudo estratégia pra se esconder.

Nós não vamos sair, porque vocês vão lançar foguete, mas vocês precisam da terra pra sobreviver, nenhum dos senhores que trabalha com foguete, não

leonardo series.indd 23

07/03/16 10:54

sobrevive sem a terra. Todos os acadêmicos, os cientistas, seja uma partícula daquelas que voa lá pro espaço, mas tudo efeito aqui na terra, não é feita no espaço não. Tudo, tudo, tudo, que eles vão fazer lá no espaço, mas é feito aqui na terra.

Aí como é que o governo quer acabar com a pobreza, expulsando o homem do campo? Botando para as periferias das grandes cidades, das pequenas cidades, quando você vai para uma grande cidade é ruim, pior é ir pra uma periferia de cidade pequena, pra quem não sabe o que é isso, se viver em uma cidade grande é ruim pra quem não tem um bom emprego, numa cidade pequena minha gente é uma calamidade, porque emprego em cidade pequena, só pra quem trabalha na prefeitura, lá como prefeito, está entendendo? E pelo mínimo, lá na nossa comunidade, não está muito bom, hoje em quase todos os lugares quase não está mais bom na zona rural, mas ainda tem o privilégio, lá nós temos do quê nos alimentar, se você tiver farinha e tiver com preguiça de trabalhar pra fazer a roça, se tiver farinha você tem com quê se alimentar, por exemplo, tem o peixe, tem marisco de várias espécies, você não precisa ter tanta preocupação se não tiver o feijão, uma carne, uma outra coisa. Mas você tem do quê se sustentar. É diferente de uma cidade dessa, de um município aqui, que fica mais para o sertão, porque se não for o rio, que hoje todos os rios estão secando, como é que vai ter peixe no rio se está secando, não vai ter. Mas nós que moramos na beira de um oceano daquele aí vai custar terminar, pode terminar, mas não vai ser agora breve. Então nós temos esse privilégio. Agora, a nossa luta lá em Alcântara ela continua. Mas nós não vamos desistir, pelo menos, enquanto esse velho magro aqui existir, tiver com vontade de lutar, nós não vamos desistir, temos companheiros aqui, que sabem muito bem disso, de como é a nossa luta e nós não vamos desistir não. Eu quero pedir para os senhores que estão aqui pra vocês, para as pessoas que estão aqui, se quiser anotar, pode anotar e pesquisar como é a realidade lá em Alcântara, porque lá o projeto também é um projeto muito audacioso, diz que é um dos projetos, melhores do Brasil, que eles dizem. Eu não considero assim, porque um projeto que tem 30 anos, já vai fazer mais de 30 anos agora e não teve nem sequer o poder de lançar o foguete, experimento e captar o resultado, todos que lançaram foram perdidos, nenhum deles tiveram proveito. Eles dizem que a Base é uma das melhores do mundo, eu não acredito que é das melhores do mundo. Ela pode estar em um ponto estratégico, um dos melhores, pode ser assim. Mas não é a melhor

24 co

do mundo. Então para eles lançarem o VLS agora em, já até chamei VLT, confundi VLS [risos] no ano que vem, pode ser que dê certo. Mas não sei, só Deus sabe e tem outros centros que eles estão construindo, esse aí Deus sabe quando vão ser pronto, porque eu estive conversando há duas semanas atrás com o presidente da empresa ele me disse que o projeto era para um ano e meio, um ano e oito meses, já passaram o quê 18 anos. Então, tudo indica que eles não estão com essa bola toda, eu acho que vai passar 18 anos .

Eles tem mais um agravante, o governo quando foi, agora quando ele fez o projeto com a Ucrânia, ele disse que não ia mais desapropriar ninguém, nenhuma família e no dia 6 de novembro de 2008, nós assinamos um acordo aqui com o Ministério Público Federal, as comunidades lá com o governo federal e a Base Espacial, que eles não iam mais expandir esse projeto, ia ficar lá no centro. Mas só que eles precisam de uma construção de um porto pra transportar os materiais que vai do foguete do Cyclone 4 que é um material muito perigoso de se transportar, tem que ser construído um porto só pra ele, com essa finalidade.

Então eles estão precisando construir um porto em lugar lá chamado Porto das Pedras lá em Alcântara. Mas se eu não estou enganado, já descobriram que lá neste local é o local de reprodução do peixe boi. Então o peixe boi, por causa da sua reprodução, como eles protegem, não pode ser explorado Decidiram começar a construir em julho, como saiu essa pesquisa sobre peixeboi, está parado, o presidente me falou, essa semana que ele falou comigo, que ele nunca mais nem ouviu falar na construção desse porto.

## 2. Intervenção do Sr. Leonardo dos Anjos na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em de julho de 2012.

64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Data: 22 a 27 de julho de 2012

Local: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís/MA. Tema: "Ciência, Cultura e Saberes Tradicionais para Enfrentar a Pobreza"

Mesa: A implantação do CLA e os direitos quilombolas

leonardo series.indd 25 (5) (7)03/16 10:54



#### Sr. Leonardo dos Anjos:

Eu sou Leonardo dos Anjos, sou coordenador do MABE e sou presidente da Associação da Comunidade de Brito, uma comunidade que fica no litoral de Alcântara. Eu fui convidado pra participar dessa mesa, mas eu fiquei muito decepcionado porque quase não tinha quem me recebesse aqui na Universidade, não sabia nem como chegar aqui, e eu acho que é uma falta de consideração, nem sequer fui recebido, nem me repassaram o material a ser trabalhado aqui na mesa e eu estou aqui completamente perdido, apesar de eu já ter ouvido o discurso do representante do prefeito. O meu objetivo aqui é o seguinte: estou representando o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara porque pelo que eu sei aqui nesse momento nós estamos debatendo um programa sustentável para o Maranhão oferecido pela Base Espacial de Alcântara. Para quem e quando vai ser feito esse programa sustentável? Porque onde eu sei desde que esse projeto da Base<sup>6</sup> se implantou em Alcântara nos anos 80, o que ele trouxe de benefício para as comunidades alcantarenses todo mundo viu. São 30 anos de Base Espacial o que se comenta no mundo inteiro que é umas das melhores do Brasil, já ouvi falar muitas e muitas vezes em reunião como essa, não só aqui, em tudo que é lado que eu tenho viajado, que é uma das Bases melhores do mundo. Mas até hoje não conseguiram dar uma resposta de lançamento de um foguete para experimento científico, não conseguiram. É uma Base espacial, é de uma grande importância para o Maranhão e para o Brasil na área da tecnologia, mas que até hoje nós ainda não temos uma resposta. Agora mesmo eu tenho assistido em jornais que o novo prédio de lançamento do VLS já está pronto, que vão lançar foguete no ano que vem, mas Deus ajude que dê tudo certo, esse é o meu desejo como alcantarense e como brasileiro. Mas, na base de sustentação econômica para o município de Alcântara, as comunidades rurais de Alcântara vivem hoje em função da aposentadoria do trabalhador rural, do pescador, da sua lavoura e da bolsa família do governo federal. Não existe programa nenhum que tenha ajudado a comunidade alcantarense a não ser esse: aposentadoria e essa bolsa família, porque você vai à sede de Alcântara todo dia de pagamento e você vê que Alcântara é um movimento até 12 horas, en-

26



<sup>6</sup> Os termos Base e Base Militar são empregados pelos agentes sociais em referência à base de lançamento de foguetes espaciais de Alcântara. Eles fazem alusão ao contexto de implantação dessa base de lançamento no decorrer da década de 1980 e parecem ressaltar um conjunto de ações de caráter arbitrário, perpetradas por militares da Aeronáutica (Nota dos Editores).



quanto as pessoas estão recebendo dinheiro para voltar para as comunidades. Vá em Alcântara depois de 1 hora, tudo deserto. Então, a base da economia de Alcântara, trouxe algum benefício, mas não é em Alcântara. Hoje nós temos uma MA 106, nos anos 80, quando a Base se implantou, eles asfaltaram de Alcântara até a divisa de Bequimão, com o tempo se deteriorou, a estrada se acabou, era só buraco, de 2005 com a criação do projeto Alcântara e Ucrânia, chegaram à conclusão de que tinham que reformar essa estrada porque ela já não prestava mais, para implantar uma outra Base de lançamento em Alcântara. A estrada já não prestava mais, reformaram a estrada no ano de 2008, agora a estrada está boa, mas as estradas vicinais que vai de Alcântara a São José de Cortes, Canelatiua, Brito, Mamuna, mas todo ano tem que fazer, quando dá uma chuvinha é um deus nos acuda. Então, esse benefício para nós em Alcântara tem sido bem pouquinho. Com a criação da Alcântara Cyclone Space<sup>7</sup>, eu participei de várias reuniões que eles iam qualificar 260 a 300 pessoas para trabalhar nesse projeto de implantação dessa Base, só que vai fazer dois anos que eles iam qualificar pessoas, ficou a cargo da prefeitura e até hoje eu não sei, para nossa comunidade nunca foi convidado nenhuma pessoa para se qualificar; foi falado que eles iam qualificar 300 pessoas para trabalhar na obra desse projeto da Base Espacial e essa qualificação até hoje nunca ouvi falar; o que a gente sabe é que essas empresas que estão trabalhando nesse projeto agora, Cyclone Space, a maioria das pessoas que estão trabalhando lá são pessoas que vem de fora, da comunidade e da zona rural tem poucos, e além do mais, é um emprego que o cidadão passa lá seis meses, no máximo, sete meses e é botado para fora. Então, o que está acontecendo, essas sete agrovilas onde cada agrovila dessa como o Cajueiro, foram para lá mais de 30 famílias, hoje tem quase 70 ou mais, essas ganharam glebas de 14 hectares, mas o restante dos jovens como tinha pais de família que tinha cinco filhos, tudo tão casados hoje e não tem terra para trabalhar, estão trabalhando nas terras de seus pais. Outros tão saindo da cidade para trabalhar para empresas aqui em São Luís, passam a semana trabalhando aqui porque

A empresa binacional Alcântara Cyclone Space foi criada em 2003 através do "Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia", promulgado pelo Decreto presidencial n.5436 de 28 de abril de 2005. Tratado esse que firmou uma cooperação de longo prazo na utilização do veículo de lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara. Para maiores esclarecimentos consultar: Pereira Junior, David. 2009. Quilombos de Alcântara: território e conflito \_ O intrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora UFAM. Em suas intervenções públicas o Sr. Leonardo dos Anjos refere-se a essa empresa também através de sua sigla \_ ACS.

essas empresas que estão em Alcântara não estão absorvendo a mão-de-obra dos alcantarenses como deve ser. Então, as terras não estão sendo suficientes mais para as pessoas trabalharem, hoje elas não dão suficiente para que um pai de família faça a roça e se sustentar um ano todo daquela roça. Quando esse projeto da Base Espacial se implantou em Alcântara e foi colocada aquelas agrovilas, que teve o nome de agrovilas porque as pessoas iam trabalhar com horticultura, só que eles ofereceram a garantia de dar a tecnologia. Mas não foi dado. O governo federal mandou alguns projetos através do Banco do Nordeste e que esses projetos nunca deram certo porque não tiveram o acompanhamento adequado, quando liberava o dinheiro para o cidadão, quando ele pega a primeira parcela, era depois da época de roçar, a segunda era depois da época de plantar.

3. Intervenção do Sr. Leonardo dos Anjos na Jornadas Mapeo de Territorios de Pueblos y Comunidades Tradicionales en la Pan-Amazonia ante el avancede las agro estrategias y otras amenazas territoriales, em junho de 2013.

3. Jornadas Mapeo de Territorios de Pueblos y Comunidades Tradicion-

Pan-Amazonia ante el avancede las agro estrategias y otras amenazas territoriales.

Evento realizado em Cartagena - Colômbia

Data - 29 de Mayo a 2 de Junio de 2013

Coordenação do Evento:

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA/NAEA/PNCSA)

Johana Herrera Arango (Universidad Javeriana)

Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA/CNPq/UEA/FAPEAM)

Investigadores universitarios y representantes de movimientos sociales Promovido pelo projeto "Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais na Pan-Amazônia: uma rede social em consolidação".

Objetivos da jornada:

28

a) Desenvolver e aprofundar reflexões teóricas e metodológicas sobre identidades coletivas e unidades de mobilização em sociedades da Pan-Amazonia com extensão para América Central e Caribe na perspectiva de articular o









- b) Apresentar e socializar os resultados das pesquisas a partir de uma produção diversificada: como cadernos de cartografia, livros, fascículos, vídeos, mesas redondas e grupos de trabalho. Esses trabalhos compreendem os ponto de vista dos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores artesanais e para o caso da Colômbia, os conselhos comunitários;
- c) Os eventos denominados de encontros, seminários, jornadas e colóquios materializam uma rede de pesquisadores de diferentes universidades e movimentos sociais os quais tem realizado intercâmbio e concretizado diferentes produções coletivas

Titulo de la mesa Mesa: "Derechos territoriales y étnicos en colisión con las estrategias empresariales"

Data: 30/05/2013 Participantes da mesa: Johana Herrera (Javeriana)

Francia Márquez (Movimento social afro norte del Cauca)

#### Leonardo dos Anjos:

Bom dia a todos e a todas. Eu sou Leonardo, da Comunidade quilombola de Alcântara do estado do Maranhão e eu como representante do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, com algumas companheiras que Davi já mencionou, e observando desde ontem a falação das pessoas que nos antecederam, a gente vê que os problemas são intensos, os problemas do município de Alcântara do estado do Maranhão com os quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos, os pescadores, quebradeiras de coco são imensos, os outros países como aqui, da Colômbia, das Andinas, do Chile, dos países vizinhos, eu creio que não tem diferença, cada um na sua limitação.

Nós de Alcântara, como o Davi mencionou, nesse projeto da Base Espacial que foi implantado nos anos 80, que era para fins de utilidade pública e para soberania do nosso país, só que passados dez anos esse projeto não avançou, ele não teve nenhum futuro. Então, o quê que aconteceu? Começaram a lançar foguete de experimento, lançaram o primeiro VLS, o segundo, o terceiro, todos explodiram. O primeiro e o segundo explodiram no mato,

o terceiro incendiou antes de ser lançado, causando a morte de 21 pessoas, 21 técnicos. Pois é, morreram no incêndio, para sorte do estado brasileiro, eu digo assim, porque me passaram a informação que não foi um desastre maior porque os foguetes não decolaram. Quer dizer, eles estavam na plataforma e lá mesmo incendiou. Se ele tivesse decolado, ele ia cair talvez, em cima da cidade de São Luís, ou em Fortaleza, ou em Recife, qualquer estado do Brasil. Ele poderia cair e causar um desastre muito grande. Com isso, esse projeto não avançou, ali ele deu uma parada e chegou a completar seus vinte anos. Aí, quer dizer, que um projeto que era para fins de utilidade pública para lançar satélites para fim de experimento científico não deu certo \_ o quê que acontece? O governo Brasil nos anos de 2003, se não estou enganado,

assinou um contrato com a Ucrânia, um contrato com a Ucrânia, só que esse

contrato que eles fizeram foram pra lá, para o Brasil, para Alcântara.

Chegando em Alcântara, eles contrataram essas empresas e levaram para as comunidades na qual o Davi já mostrou aqui no mapa e essas comunidades ia ser lá na comunidade de Mamuna, Brito e Baracatatiua, Brito é comunidade que eu moro e Baracatatiua fica entre Brito e Mamuna e tem a área do Centro que é uma área de 8.500 hectares que já tem a Base Espacial implantada lá. Só que ela não funciona. Aí eles formaram esse acordo, começaram a trabalhar em 2007, começaram a destruir as áreas em 2007, em agosto, em setembro, já em 2008, começaram a desmatar. Aí a comunidade viu que sofreu prejuízo muito grande, fizeram lá uma barricada, barraram uma empresa lá, fizeram lá uma cerca na estrada e não deixaram mais ninguém entrar para trabalhar nas empresas e nem sair. Isso causou uma revolução muito grande e o pessoal da empresa mandaram chamar a gente em Brasília, eu e a companheira de Mamuna, Militina, para conversar com o pessoal da empresa e o governo que eles estavam dando prejuízo de vinte milhões de dólares por mês. Aí eu mais a companheira Militina dissemos pra eles: Olha, a única solução que nós temos pra vocês resolver esse impasse, é vocês levar essa Base de vocês lá pra dentro do Centro de Lançamento, porque aqui na nossa área nós não vamos aceitar, de maneira nenhuma, esse pessoal que estão aqui trabalhando não vão sair daqui mais e nós não vamos deixar sair ninguém. Nós estávamos apenas com dois homens no dia, não se tinha arma nenhuma, nossas armas era apenas o nosso conhecimento e nossa força de vontade de defender o nosso território. Nós não tínhamos nenhuma arma, porque nós garantimos para eles que nós não íamos arredar de lá, porque naquele momento nós ainda

estávamos lutando pacificamente, agora se eles fossem teimar, tentar invadir a nossa área mesmo, nós ia usar de reforço que Deus nos permite. Então, aí eles viram que não tinha jeito porque nós fizemos isso gente, eu acho que não sei se aqui todos vocês conhecem, mas pra nós que somos quilombolas, que somos indígenas e ciganos, nós temos que ter uma coisa com nós: conhecer os nossos direitos! Se nós não conhecermos o nosso direito, gente, nós não vamos pra lugar nenhum, porque os governos, eu não sei os governos aqui da Colômbia, mas o governo do Brasil e os outros governos, acho que eles não estão nem aí para quilombola, para índio, para cigano, eles estão mesmo interessados nos grandes empreendimentos, é isso que eles estão interessados, portanto, se você não tiver conhecimento dos seus direitos, da lei do seu país, da lei que garante permanecer naquele território, a gente não chega em lugar nenhum.

E nós em Alcântara, nós fizemos o seguinte: a partir do momento que nós conhecemos a convenção 169, a partir do momento que foi aprovado a Constituição Federal de 88 do artigo 68 da Constituição Federal, aí sim! Aí nós passamos a ter coragem de lutar contra o governo, tanto é que até hoje o governo não conseguiu avançar com o projeto. Quer dizer, não expandiu. Voltou com essa empresa Cyclone Espace, lá pra dentro do Centro de Lançamento e não expandiu e nós temos um acordo assinado lá no cartório no dia 5 de novembro de 1988 e o governo não vai, embora a gente saiba que eles tenham o interesse em expandir, aliás até outros países , principalmente se essa Base der certo, a partir do momento que ela der certo, aí sim, vai ter país do mundo todo interessado, mas por enquanto é só a Ucrânia. Mas a partir do momento que nós conhecemos esse documento, esse instrumento que nos garante, eu não sei se a Colômbia faz parte desse grupo de países que assinou a convenção 169, então a partir desse momento nós tivemos coragem de enfrentar o governo.

Nós só faltamos mesmo, nós de Alcântara, só falta conversar com a presidenta da República porque os outros demais não têm nos enfrentado para dizer assim: nós vamos tirar, porque nós vamos tirar; \_ não! Por que nós estamos assegurados na Convenção 169 e na Constituição Federal que nos garante o direito de permanecer nas terras que trabalhamos e ocupamos de maneira tradicional. Nós, quilombolas, índios, nós temos esse direito garantido na Constituição, lá no nosso país nós temos esse direito garantido na Constituição Federal no artigo 68 e na convenção 169 que nos garante o di-

Coleção Narrativas Quilombolas



reito de permanecer na terra que ocupamos! E, portanto, aí nós começamos a dizer para o governo: \_Não saio! Nós não vamos sair porque nós temos o nosso direito garantido, antes nós dizíamos que não queríamos sair, porque não queria sair. Mas a partir do momento que a gente teve conhecimento, aí sim nós tivemos força e graças a Deus até hoje nós estamos lá nas nossas terras e o governo está aí com essa Base lá, lutando para essa Base funcionar. Dizem que no mês de dezembro eles vão lançar um satélite, não sei se vai dar certo, mas nós continuamos lutando porque gente, nós que somos quilombolas, eu não sei aqui na Colômbia porque eu não conheço aqui direitinho, mas no Brasil, ainda tem muita coisa ruim para os quilombolas. Eu estive no estado da Bahia, dia 16 de dezembro de 2012, tem comunidade quilombola na Bahia que está cercada numa área militar, só sai pra ir à cidade se os militares deixarem e só volta se o militar permitir, se não for ele não sai, se tiver que morrer lá na porteira, lá na hora, no portão ele morre, mas não sai. Isso eu presenciei dia 16 de dezembro de 2012, numa comunidade quilombola chamada Quilombo dos Macacos e sem contar outras mais que nós temos informação e conhecimento, como em Marabá, no Rio de Janeiro, comunidades sofridas com os militares e as outras mais que nosso companheiro mencionou. Tem comunidade no estado do Maranhão que é cercada por fazendeiro e não tem como as crianças saírem pra ir pra escola porque tem que passar por baixo da cerca elétrica. Então, nós quilombolas somos muito sofrido, agora, se tiver conhecimento dos nossos direitos gente, nós vamos longe, porque aí nós vamos ter coragem de lutar, de dizer que nós não vamos sair mesmo porque o governo o que ele tem que fazer pra permanecer na terra é garantir as políticas públicas, isso é que o governo tem que fazer pra manter o homem no campo. Por que se nós não mantivermos o homem no campo, como é que vai todo mundo morar numa cidade? Numa grande cidade, se vai produzir o quê? Quer dizer, vai criar problemas para a grande cidade e no caso no Brasil não é diferente, porque no Brasil a coisa está feia. Eu não sei aqui, mas lá no Brasil a coisa está feia porque o governo expulsa todo mundo pras grandes cidades, dizendo que vai criar os projetos de melhoria para nosso país, mas que só vai melhorar pros grandes empresários, para os fazendeiros, para os latifundiários, pra eles é que vai melhorar, porque o que se sabe das grandes empresas é que eles vão tomando as terras todinha. Se fala muito em produção, o Brasil esse tempo agora, está batendo o record de produção de grãos, mas pra quê? Só pra exportação, é a soja, é o



milho, mas só para exportar e se a gente vai comer um páozinho que é desse tamanhozinho assim, eles estão comprando trigo da Argentina de outros países porque a nossa terra, apesar de produzir muito, mas é só pra exportação. Então o governo para terminar com pobreza, tem que manter o homem no campo, dando condição de vida para o homem permanecer no campo, os quilombolas trabalhadores da terra, dando as políticas públicas. Dando não, fazendo, criando a política pública pra gente se manter no campo porque isso não é um favor que o governo está fazendo pra nós, ele está apenas devolvendo aquilo que nós pagamos com os nossos impostos para poder as políticas públicas funcionar, acho que no momento, acho que tá bom, muito obrigado. [palmas]

# 4. Intervenção do Sr. Leonardo dos Anjos no 1º Colóquio Internacional de Quilombolas, Palenqueros, Cimarrones, Cumbes, Saramaka, Boni, Djuka e Garífunas, em novembro de 2013

Colóquio Internacional de Quilombolas, Palenqueros, Cimarrones, Cumbes, Saramaka, Boni, Djuka e Garífunas

Local: Sesc Turismo Olho d'água

Data: 20 a 23 de novembro de 2013

Realização: Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN)

Parcerias:

Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ)

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA)

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)

Grupo de Estudos Socioeconomicos da Amazônia (GESEA)

Associação de Pesquisadores da Amazônia (ASPA)

Mesa: "Conflitos e Políticas governamentais"





#### Leonardo dos Anjos:

Bom dia a todos e a todas, eu sou Leonardo, da comunidade quilombola de Alcântara no Maranhão, sou representante do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial, o MABE e, nesse momento, eu quero dizer que a nossa fala é sobre conflito e políticas governamentais.

Nós sabemos que o principal articulador de conflitos, tanto de comunidade quilombola e indígena é o próprio governo, é o governo que é a peça principal que formaliza os conflitos porque nós que somos quilombolas hoje e reconhecidos no Brasil e em vários outros países que a gente também já tem conhecimento. Aqui no Brasil o principal gerador de conflitos com as comunidades tradicionais é o governo. Como? O governo faz os seus grandes projetos para beneficiar o país, mas ele não visa o dano que vai causar com aquele projeto, o impacto social e ambiental que vai causar os grandes projetos e aí gera o grande conflito.

Mas eu quero dizer para todos os que estão aqui, todos os representantes dos países, e aos representantes de comunidades que estão aqui presentes, que a outra parte que tem feito com que o governo avance com seus grandes projetos e cause tanto impacto, tanto prejuízo à sociedade em beneficio deles, dos grandes empresários, do grande capitalista, tem a ver com o fato de não conhecermos nossos direitos. É porque a gente não conhece os nossos direitos, desculpa se estou ofendendo vocês. Mas é porque a gente não conhece os nossos direitos constitucionais, porque se nós conhecêssemos os nossos direitos constitucionais, a gente tinha como enfrentar o governo, enfrentar os conflitos. E aí a gente poderia estar bem melhor de situação.

Eu digo isso porque nós aqui no estado do Maranhão, nós temos enfrentado muito conflito com o governo sob todas as áreas no estado do Maranhão, nós temos áreas de eucalipto, nós temos áreas de soja, expansão do agronegócio, nós temos a base espacial aqui em Alcântara \_ diz o pessoal que é a melhor do mundo, umas das melhores do mundo. E eu pergunto para os senhores: \_ onde é que está uma base melhor do mundo que não lança sequer um foguete de experimento e não consegue resgatar o seu material de pesquisa que manda para o espaço? Como é que uma base dessa pode ser melhor do mundo? Mas eles dizem que é a melhor do mundo, né? Uma base que se passou trinta anos e não conseguiu lançar um foguete para botar o satélite no espaço. Então, são grandes projetos que a gente vê por aí, que

o governo diz que é para beneficiar o nosso país, mas que na realidade ele prejudica muito a população.

Então, porque nós não conhecemos os nossos direitos é que a gente vê esses grandes projetos avançarem e os conflitos aumentarem. É os indígenas sendo expulsos de suas terras, os índios, os quilombolas, os pescadores, os extrativistas, tudo sendo expulsos das suas terras para incharem as periferias das grandes cidades. As periferias das grandes cidades estão inchando a cada dia que se passa e gerando uma grande violência no nosso país. Eu que creio que isso até em outros países também, eu acredito que a violência não seja diferente. Então, se nós conhecêssemos muito bem os nossos direitos, a Constituição do nosso país, como por exemplo, a Constituição Brasileira, no artigo 68 ela garante o direito dos quilombolas de permanecerem nas terras que eles vivem, que eles trabalham, que ocupam de uma maneira tradicional. A mesma coisa é os índios, os pescadores, os extrativistas de maneira geral. Então, eu acho que a partir do momento que nós no Estado do Maranhão, principalmente em Alcântara, passando a conhecer um pouco da Constituição Federal, que a lei que nos garante como o nosso companheiro Ivo Fonseca falou aqui a pouco, que nos antecedeu, que nós só viemos conhecer nosso direito como quilombola a partir de 1988, porque até aí, a gente não conhecia. Mas a partir de 1988 quando a gente tomou conhecimento da Constituição Federal no artigo 68 que garante os direitos dos quilombolas permanecerem nas terras que trabalham, que ocupam de uma maneira tradicional, e com a convenção 169 que é o instrumento que ratifica e que reforça a Constituição Federal do nosso país. Eu creio que outros países também ratificaram essa Convenção, eu não sei, se todos os que estão aqui presentes representantes de países como Colômbia e Nicarágua ou dos mais, eu não sei se, se todos esses países ratificaram já a Convenção 169. Mas todos os países que ratificaram a convenção 169 e se a pessoa tiver conhecimento desse instrumento, a gente passa a ter coragem de lutar e enfrentar o governo e aí os conflitos vão ser resolvidos, pelo menos vai ter um impasse nos conflitos, porque nós em Alcântara, nós, quando a Base Espacial se implantou em 1980, a gente não conhecia nossos direitos pela Constituição de 1988, primeiro porque ela foi antes da Constituição de 88, só veio a constituição 8 anos depois. Mas nós não conhecíamos nossos direitos, tanto é que o governo chegou, levou aquele grande projeto para lá e as pessoas foram deslocadas, 312 famílias, achando que iam sair da roça, que o serviço daquelas pessoas





ali, daquelas famílias era trabalhar na roça, fazerem roça e pescar. Mas como

a empresa chegou, garantiu que ia tirar o povo da roça, que iam melhorar de vida, trabalhar só com o trabalho da lavoura mecanizada. E com isso o povo se iludiu e se mudaram 312 famílias para umas chamadas agrovilas, deixaram essas áreas de praia, um litoral bonito, bom pra se pescar pra ir morar no centro do município para onde só tinha capoeira e tiririca, uma erva que corta muito a gente, por que? Porque aquele povo não conhecia seus direitos, nós não conhecíamos o nosso direito, mas a partir de 88 quando a Constituição foi promulgada e que nós passamos a conhecer os nossos direitos e depois que pegamos também a Convenção 169, a partir de 2013, quando o governo brasileiro ratificou a convenção 169, aí sim, aí o conflito mudou de rumo.

Lá em Alcântara nós passamos a ter coragem de enfrentar o governo, de dizer para o governo agora nós não vamos sair do nosso território, das nossas terras. Por quê? Porque nós conhecíamos o nosso direito, aqui na Constituição está nos garantindo, nós temos que permanecer aqui na terra, porque ela é nossa de fato e de direito. Principalmente Alcântara gente, eu não sei dizer diretamente os outros municípios do Estado do Maranhão e do Brasil inteiro, mas em Alcântara, o território de Alcântara é todo quilombola porque quem foi trabalhar ali foram os escravos. E a partir do momento que a produção de babaçu e de algodão foi à falência, os fazendeiros foram embora de lá de Alcântara e deram as terras todinhas para os ex-escravos, deram as terras para santo, para pobreza, tem área que é de pobreza, tem área que é de santo, então ficou para os escravos. E a gente, que é descendente de escravo, ficamos na terra trabalhando até hoje. Então, quem invadiu as nossas terras foi o governo, então, o governo que gerou aquele grande conflito lá em Alcântara. E para esse conflito estar um pouco calmo, foi preciso nós conhecer os nossos direitos na Constituição Federal, na Convenção 169 e a partir desse momento nós começamos a enfrentar o governo e a dizer que nós não vamos sair, nós não vamos sair tanto que em 2005 eles montaram uma empresa.

O governo criou uma empresa, em 2005, chamada Alcântara Cyclone Space, que é o governo brasileiro com o governo da Ucrânia, e mandou um pessoal, seus representantes para lá para combinarem com as pessoas da comunidade de Mamuna para dizer que eles iam tirar o pessoal, trabalhadores da roça, e uns não queriam porque já estavam sabendo da história, e outros, os que eram mais interessados como os comerciantes, acharam que



era correto. Aí eles chegaram alegando que eles iam trabalhar 15 km longe da comunidade, para quem é leigo no assunto de conhecer quilometragem de imediato achava que 15 km era muito distante da comunidade de Mamuna e aceitaram. Mas eles que não são bestas e já vão pra lá com tudo marcado, conhecendo todos os pontos, aí pegaram dois companheiros da comunidade e foram lá pra divisa da terra de Mamuna e começaram a meter pico, fazer estrada. E aí, a gente que faz parte desse Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, eu tinha chegado aqui de São Luís, passei em Alcântara e o companheiro lá me falou que estava aqui nessa região de Mamuna e era para gente ir para lá e nós fomos pra lá. Eles, da Base sabendo que nós íamos para lá, eles já não foram no horário combinado, que eles tinham combinado de ir pela manhã pra Mamuna e a tarde para Baracatatiua, e foram para Baracatatiua. Nós esperamos, eles não apareceram e nós ficamos até a hora em que eles chegaram aí nós fomos para Baracatatiua, lá eles estavam reunidos, ai nós tivemos lá com eles, aí o que aconteceu, eles foram fazer o serviço deles na estrada, fizeram estrada começaram fazer desmatamento, aí quando o pessoal da comunidade chegaram lá que encontraram aqueles desmatamento, que cortaram lá um caminho desses de acesso da Mamuna para Baracatatiua, aí eles vieram no Sindicato. O Sindicato procurou o Ministério Público, entrou com uma ação. Aí a gente foi pra cima também, se reunimos com eles lá e fizemos um grande conflito lá, uma cerca na estrada lá que o pessoal da empresa não entrava mais para lá para trabalhar e quem estava lá dentro do trabalho também não saia. Aí eles ficaram desesperado, ficaram desesperado e queriam porque queriam passar e eu digo: não, aqui ninguém passa, ninguém entra mais para trabalhar e ninguém sai até que o governo resolva essa situação. O que o governo fez? Reuniu os seus ministérios entre si, sabendo que a Constituição nos garante o direito de permanecer naquela terra, nós não podia ser relocado, a Convenção também garante, então a única coisa que o governo podia fazer era levar esse serviço que eles estavam querendo fazer em Mamuna lá para dentro da área do Centro que são 8.500 hectares de terra que a Base Militar está localizada, então, essa era a única saída que o governo tinha, o governo manda o convite pra mim e para Militina, lá de Mamuna, para gente participar de uma audiência em Brasília com o governo lá, com alguns dos ministros para decidir que eles estavam devendo 30 mil dólares por mês e eles não podiam ficar no prejuízo. Ai como não me chegou a comunicação a tempo foi só a companheira Mili-

 $\Psi$ 





tina o que ela disse foi o seguinte: olha a nossa decisão para vocês é essa: se vocês quiserem continuar trabalhando vocês vão lá pra dentro da área militar, mas na nossa área nós não aceitamos, quem tá lá não sai e ninguém entra mais porque nós não deixa. Agora imagina vocês o que era que estava numa cerca, numa porteira num caminho na entrada? Dois homens, talvez como espingardazinha daquelas carregada pela boca, como se diz, não era nem sequer uma cartucheira de grosso calibre, dois homens ali apenas, nós estávamos fazendo uma luta, mas uma luta pacífica, tá vendo, uma luta pacífica, mas com uma condição: se eles quisessem se alterar, nós ia chamar a comunidade toda, toda aquela comunidade da região estava articulada para qualquer coisa que fosse necessário, mas em principio a gente estava fazendo a coisa pacificamente para que eles, quer dizer, só em cima dos nossos direitos que estava garantido na Constituição Federal e na Convenção 169, era só ali que nós estávamos baseado, e o Ministério Público Federal, graças a Deus nos ajudou muito, muito, muito, muito, eu digo isso para vocês "muito", porque se não fosse o Ministério Público ter mesmo acionado o governo com o conhecimento que ele tem uma pessoa muito interessada sobre a luta dos trabalhadores, talvez nós não tivéssemos ganhado a questão, mas graças a Deus nós tivemos êxito nessa luta.

Mas, baseado no conhecimento a gente, se nós não conhecermos o nosso direito corretamente fica difícil da gente enfrentar o governo. A gente teve num encontro na Colômbia, como o companheiro aqui até já mencionou, que a gente visitou uma comunidade no Palenque, eu acho que aqui tem pessoas de lá e a gente vê que o sofrimento também não é diferente do sofrimento dos brasileiros, né. Logo depois nós tivemos na Indonésia. Eu mais o companheiro Davi visitamos os nossos irmãos indígenas. Gente eu quero dizer para vocês que estão aqui e que talvez não conhecem o sofrimento de certas pessoas no meio da zona rural de cada país, a gente quer sempre tá saindo, viajando e conhecendo algumas histórias aqui no nosso Brasil e também já tivemos o prazer de visitar outros países, aí é que a gente vai ver o que é sofrimento de outras pessoas. Porque lá na Indonésia, meu Deus do céu, você jogar um povo daquele lá no meio daquela mata, muito distante da cidade, num lugar de difícil acesso e para viver, acho que, só exclusivamente da terra, da produção. E a área boa está entregue nas mãos dos grandes fazendeiros, do capitalista para plantar eucalipto. Se você observar na beira daquelas das estradas, que você sai do aeroporto para chegar lá onde nós

chegamos, lá é uma noite todinha de viagem, é só plantação de eucalipto e de dendê, na terra plana. E os companheiros índios estão na beira das montanhas, gostaria que todo mundo tivesse o prazer de visitar aqueles irmãos e onde está a plantação de dendê? Tudo na beira da estrada, na terra plana. Eu queria que vocês observassem isso. Então, aí é que a gente vai ver o que é sofrimento né, mas é como eu disse lá pra eles, eu disse: \_ isso aqui só acontece porque a gente não conhece os nossos direitos para lutar, porque se nós conhecêssemos o nosso direito corretamente talvez a coisa fosse diferente, porque os governos é assim eles passam por cima, se eles acharem que eles tem que tirar esse prédio daqui pra fazer qualquer coisa eles tiram. Vem a história da "utilidade pública" mas o governo hoje ele primeiro ele pensa duas ou três ou quatro, cinco vezes se ele vai tirar uma comunidade do lugar, se ela está garantida no direito da Constituição. Porque ele tem medo de tirar porque vai brigar com a comunidade que são 200 famílias, ou 300 ou 1000 famílias, ele tem medo é da repercussão que vai ter o nome do governo lá fora, de acordo com o que ele ratificou a Convenção 169 ou com o Tratado Internacional do País, isso é que o governo tem medo. O governo não tem medo de passar por cima de uma comunidade qualquer.

Para vocês terem uma ideia, tanto é que a coisa funciona que esse projeto de Alcântara, quando o governo implantou a base espacial de Alcântara foi feito o levantamento antropológico de Alcântara e passou-se mais de 5 anos e o relatório de identificação está pronto. Com mais de 5 anos, sequer o governo nem publicou no Diário Oficial gente, o governo não publicou no Diário Oficial, estava lá. Aí, a gente entrou com uma ação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e nós fomos chamado para uma audiência lá e eu tive o prazer de participar e fui convidado para participar como representante da comunidade do projeto da Base Espacial e a partir do momento daquela audiência que foi no dia 30 de outubro de 2008, quando foi com cinco dias o governo se reuniu aqui as altas horas da madrugada e mandou publicar no Diário Oficial, com cinco dias dessa audiência lá nos Estados Unidos que a gente participou o governo mandou publicar no Diário Oficial. Aí o que que aconteceu? A gente achava que o governo já ia fazer a titulação das nossas terras, já tinha publicado no Diário Oficial, aí ia titular nossas terras, nós ficamos parece que assim, um pouco acomodados, muito contente porque agora ia sair a nossa titulação, mas aí a gente se enganou porque nesse meio que a gente fala aqui "conflito" é porque o governo ele

Coleção Narrativas Quilombolas

39

tem medo de enfrentar os deputados e senadores que estão lá no Congresso porque é só fazendeiro e latifundiário, é só grandes empresários do agronegócio e o governo vai titular uma terra para quilombola aonde os grandes fazendeiros tão desmatando para plantar capim, para criar gado, para plantar soja, para exportação, não! Ele tem que ter duas caras: ele dizer que não vai expulsar trabalhador das suas terras, dizer que vai titular terra, mas também, dizer lá pros empresários que ele não vai mexer com eles, e aí a gente ficou até hoje, não saiu titulação, não saiu nada. Aí logo depois veio um deputado lá do Rio Grande do Sul entrou com uma ação de inconstitucionalidade do Decreto 4847 e aí a gente está com esse impasse. Mas conflito gente, a gente só resolve se a gente tiver conhecimento de seus direitos, eu peço que os companheiros aqui que se não tem a Convenção 169, mas que procure encontrar de qualquer maneira por aí com quem tem um exemplar da convenção 169 pra poder se situar direitinho e a Constituição do seu país, seja da Colômbia, da Venezuela, da Argentina, do Peru, de qualquer país, precisa o cidadão conhecer a Constituição Federal do seu país, para ele poder lutar pelos seus direitos. Muito Obrigado!

#### Fala complementar ao debate suscitado:

A minha complementação é só para dizer que o conflito, a gente sabe, que ele vai continuar, porque os governos eles vão continuar implementando os seus grandes projetos, seus grandes negócios e sendo assim o conflito vai continuar. Agora eu espero que desse Colóquio saia alguma decisão que a gente possa também estar encaminhando para gente ver o que a gente pode fazer daqui para frente porque a gente sabe que a gente continua reunindo, continua discutindo, mas a pergunta fica: o que fazer? O que vamos fazer pra resolver? Ou pelo menos pra tentar resolver essa situação, porque o conflito vai continuar, eu acho que em todos os países, principalmente na América Latina, que estão os países que estão em desenvolvimento, aí os projetos vão aparecer e o conflito vai continuar, precisa que a gente tenha cuidado para ver o que vai fazer para poder amenizar essa situação. Porque o governo não respeita. Ele respeita assim em partes, mas ele quer fazer os seus grandes projetos para poder o país crescer como o companheiro está acabando de falar que o Equador é o país pobre, para se desenvolver ele vai ter que prejudicar a população do país, mas se aquele país tiver ratificado a convenção 169 e os companheiros tiverem conhecimento de acordo com a Constituição Federal daquele país, aí também o governo tem que pensar duas vezes, a não



ser que depois ele queira ser chamado para ser preso, talvez, um político preso e eles não querem deixar que isso aconteça não porque a imagem do governo ela fica muito feia lá fora se eles fizerem uma atrocidade dessas com sua população, se eles terminarem com as pessoas do seu país e deixar só a vontade dos grandes latifundiários e dos agronegócio. Aí sabe que no Brasil é um país com uma dimensão muito grande, com uma mata muito bonita, mas o desmatamento tá aí assustadoramente. Você entra aqui no estado do Maranhão gente, você não vê mais quase nada, está tudo desmatado, tudo na base da cerca de arame farpado e aqui na Baixada não tem mais arame farpado, é a cerca elétrica porque o arame farpado não está mais resolvendo, é tudo desmatado e transformado em campo pra criação do gado ou então para plantação da soja e eucalipto e, assim, eu acho que seja nos outros países, essas eram as minhas considerações para o momento.



Forum Social Mundial Belém, Janeiro 2009.



•

### PARTE II

### PRONUNCIAMENTOS EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Nessa parte apresentaremos as transcrições de pronunciamentos do senhor Leonardo dos Anjos em uma Audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos em Washington (EUA), em 28 de outubro de 2008, organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e uma Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados em Brasília, realizada no dia 17 de dezembro de 2015, proposta pelo Deputado Edmilson Brito Rodrigues (PSOL/PA). Esta audiência contou com a participação de Jurandir Novaes, Alfredo Wagner, do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, participação de Cledeneuza Oliveira, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Esmael Rodrigues Siqueira, atingido pela barragem de Tucuruí e Leonardo dos Anjos. Ressaltamos que o pronunciamento do Sr. Leonardo, nessa ocasião, sucedeu a um conjunto de iniciativas realizadas pelo governo do estado do Maranhão acerca da regularização fundiária do território quilombola de Alcântara que motivou os movimentos sociais de Alcântara a protocolarem uma carta ao governador através da qual manifestam seu posicionamento frente às iniciativas de regularização fundiária do governo: \_ a "Carta Aberta do Povo Quilombola de Alcântara ao Governo do Estado do Maranhão" encontra-se na íntegra (Anexo 1).





### Pronunciamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA)

Data: 28.10. 2008

Local: Washington (EUA)

Bom dia a todos e todas! Eu sou Leonardo, de Alcântara da comunidade de Brito, estou aqui na qualidade de representante do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) e a minha fala é o seguinte. Desde a implantação do projeto da Base Espacial em Alcântara nos anos 80, a gente vem travando uma luta, porque a Base Espacial de Alcântara, que foi um projeto de utilidade pública, ela tem trazido sérios problemas para as comunidades tradicionais quilombolas de toda Alcântara, não só do litoral, mas do município como todo! Porque, no início, foram remanejadas trezentas e doze famílias para as chamadas agrovilas e que o governo prometeu muitos benefícios para aquelas comunidades. E que até hoje não teve esses benefícios, muito pelo contrário, teve alguns projetos e que esses projetos só vierem prejudicar a comunidade porque ficaram todos inadimplentes sem condições de pagar os seus projetos que foram financiados pelo governo. E as melhorias, as benfeitorias que o governo prometeu, assinando acordo em cartório e não cumpriram por parte do Ministério da Aeronáutica! Ali a gente vê que as comunidades estão sofrendo, embora tem alguém que pensa que estão melhor de vida do que os outros. Mas não estão, porque se não fosse o programa "bolsa família" do governo federal hoje tinha muita gente ali passando fome, necessidade mesmo! E os aposentados que ajudam a carregar nos ombros aquelas famílias que não têm salário, que não tem emprego, e nós das comunidades do litoral que ainda estamos sob ameaça de sermos remanejados. Porque o governo fica dizendo que não vai remanejar famílias, porque a gente tem que aceitar a "chamada convivência pacífica" com a Base. Agora, eu como representante das comunidades quilombolas de Alcântara MABE, eu vejo que não tem condição de nós aceitar essa chamada "convivência". Por quê? Porque nós sabemos que onde vai ser construído um Centro de Lançamento de foguetes dentro de uma área cheia de população, nós não podemos ficar ali, eles dizem que a gente vai ser recuado no dia do lançamento. Só que lá em Alcântara, eles mandam o aviso de lançar foguetes durante uma semana, passa quinze dias, vinte dias esperando a condição do

tempo melhorar e mudando de "janela", isso sem dar nenhuma recompensa para as famílias que não podem descer para praia para pescar e para os seus trabalhos.

Então por isso nós achamos que nós não aceitamos, nenhum tipo de expansão da Base Espacial Brasileira em Alcântara porque esse projeto que foi feito para fins de utilidade pública, ele passou vinte e oito anos lá em Alcântara e não conseguiu avançar em nada. Muito pelo contrário, experimentaram lançar três veículos de lançamento de satélite e todos os três foram estourados, dois explodiram no espaço e um incendiou matando vinte e um técnicos, que até hoje o governo brasileiro não tem condições de recuperar. Aquela Base que ele diz que é uma das melhores do mundo! Eu não consigo entender porque não se lança sequer um "VS30", para levar experimento para o espaço para estudos científicos. Então eu não considero aquela Base melhor do mundo! Ela pode está colocada na melhor parte geográfica mundo, mas que seja a melhor eu não consigo acreditar! Então por esse motivo o governo achou que devia mudar o rumo do andamento dessa Base, para fins comerciais. Agora o governo assinou um acordo com a Ucrânia para fins comerciais. Com esse acordo o governo quer expandir a Base, além dos oito mil e setecentos hectares, se eu não estou enganado, que já têm do Centro de Lançamento, eles querem ampliar, para mais três sítios, são mais de três mais para nos enrolar eles estão dizendo que são só três, primeiro, segundo e terceiro, mas a gente sabe que é mais de três. Agora vai expandir, primeiro começa pela Mamuna e Baracatatiua. Chegou 2007 por volta do mês de setembro, chegou lá uma senhora que já trabalhou lá para o governo brasileiro por dois anãos ai, dizendo que queria fazer uma reunião com o pessoal de Mamuna, reunião esse que ela estava oferecendo tirar o pessoal da roça, porque todo mundo trabalha de lavoura, é de roça! Tira o pessoal da roça e do emprego e uma condição de vida melhor, só que com uma semana já chegou o carro da empresa chamada Bati Terra, para fazer o trabalho, para fazer sondagem, depois chegou a Geocreth, enfim foram chegando outras empresas e começaram a trabalhar, o qual já foram mostradas aqui no painel os estragos que já foram feitos nas terras de Mamuna. A gente começou a se mobilizar e nós não aceitamos expansão de Base ali em Alcântara! O que nós queremos é que o governo dê a titulação de nossas terras, dos quilombolas de Alcântara porque na Constituição Federal de 1988, no Artigo 68, nos garante o direito de permanecer nas terras que vivemos, que ocupamos de



maneira tradicional e a Convenção 169 que é um instrumento da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a qual o Brasil aderiu a esse acordo em 2003 foi sancionado e a partir dali a gente tem o direito de permanecer nas terras em que vivemos que ocupamos e que trabalhamos de maneira tradicional e para qualquer empreendimento que venha a fazer naquelas terras dos quilombolas de Alcântara eles tem que nos consultar e que isso nunca foi feito! Fizeram um acordo com a Ucrânia e não consultou os quilombolas e ai ficou esse impasse, não consultou os quilombolas e mandou essas empresas trabalhar. Quer dizer empresas que estão a ACS \_ Alcântara Cyclone Espace. Então o que a gente está querendo do governo é que ele faça a titulação de nossas terras! Muito obrigado a gente sabe que o tempo é limitado!

Pronunciamento da Liderança quilombola de Alcântara Leonardo dos Anjos na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados em Brasília

Data: 17.12.2015

Local: Brasília

Bom dia a todos, em primeiro lugar eu quero agradecer a mesa na pessoa do Deputado Edimilson Rodrigues, e dos demais participantes desta mesa e da plateia que se encontra presente. Eu observando aqui esse requerimento, "Comissão de meio ambiente", mais o deputado se antecipou a me devolver aquilo que eu estava querendo cobrar. Porque quando se fala na Comissão de meio ambiente para desenvolvimento sustentável, aqui essa plenária está vazia, eu creio que tenha poucos deputados. Talvez porque estejam em outras atividades que é mais importante no momento, do que estar presente no momento em uma comissão de desenvolvimento do meio ambiente. Porque, começando aqui por esta fala, a questão do meio ambiente, quem mais altera o meio ambiente, me desculpe, mas é o próprio governo brasileiro, eu costumo sempre dizer isso! Porque o governo brasileiro implanta seus grandes projetos que se diz de interesse nacional, mas ele não visa os danos que vão causar no meio ambiente, ele não visa os danos que vão causar na sociedade brasileira, todos os danos de modo geral, ele só visa que o projeto é "bom para o país". É importante, porque eu entendo assim, o governo não



quer saber de proteger o ser humano. O governo vai fazer pesquisa sobre o meio ambiente ele manda pesquisar sobre os animais, sobre a flora, mais sobre o ser humano não manda pesquisar, eu digo isso com toda certeza, porque lá em Alcântara, o projeto da Base Espacial de Alcântara, eu já não digo nem o da base militar, esse projeto do Brasil e Ucrânia, Alcântara Cyclone Space, mandou uma equipe para aquela região entre Mamuna, Baracatatiua e Brito, as três comunidades atingidas neste momento por esse acordo entre Brasil e Ucrânia, uma equipe de antropólogos para pesquisar, então ficou um grupo na Mamuna, um grupo em Baracatatiua e outro no Brito, eu acho que isso é uma denúncia. Porque se eles chegarem um dia pra mim e disserem "rapaz tu está me denunciando"? eu digo, eu estou! Porque ele passava o dia todinho sentado lá em uma cadeira ao lado de uma professora que estava costurando à tarde – pela manhã ela dava aula a tarde ela ia costurar e ele ficava sentado lá- estudando o relatório do professor Alfredo e preparando o dele! Então eu acho que é uma denúncia né? Ai depois entregou lá para o pessoal da ACS, aí depois mandaram pesquisar a questão dos animais, mandaram uma equipe e ainda me empataram um dia falando com pessoas para levar eles lá nos pontos que eles queriam, mais dizendo que eram três quilômetros entre Mamuna e Baracatatiua já com os pontos todos marcados e de Brito sete quilômetros até Santa Maria, esses animais que transitam a sete quilômetros de Brito vão ser impactados com aquele projeto que esta lá no Brito? Então eu sempre costumo dizer quer quem causa mais impacto no meio ambiente é o governo brasileiro porque esses grandes projetos (...) está aqui um grande exemplo como ele acabou de falar, se esse projeto vier com o governo americano concluir vai ser um desastre, olha o que está acontecendo em Minas Gerais. Porque são projetos que o governo cria e não analisa os impactos ambientais que vão causar. Porque as pessoas que morreram ali gente, não foram deputados, não grandes empresários, não são os grandes fazendeiros que estão ali debaixo daquelas barragens, são as pessoas mais pobres, são os trabalhadores do campo. Então é a mesma coisa, se o governo brasileiro implantar uma base daquelas lá em Alcântara, não tem nenhum desse povo que vão fazer o acordo morando lá perto, estão aqui em Brasília, em São Paulo, nos lugares mais distantes da base. No entanto, na hora que começar a acontecer – porque nós estamos caminhando para uma terceira guerra mundial. E no caso de uma guerra mundial os Estados Unidos com uma base lá em Alcântara, qualquer país- como eles dizem que é a melhor do

W)





mundo e não é, é apenas uma área que está em uma área estratégica muito boa, e nós estamos ali debaixo de um ataque a qualquer momento, porque eles brigam hoje atacando as bases militares, as partes principais dos países. Então porque, os americanos não estão aqui na nossa base, eles estão lá escondidos nas suas fortalezas. O governo brasileiro não está lá, que está é nós – porque com o incêndio naquelas torres (2003), segundo nos disse um sargento no dia primeiro de dezembro de 2007, lá no Baracatatiua, - ele estava na base na época – estava eu e outro professor lá, para esperar lá uma reunião ai ele disse o seguinte, o professor contando uma história que aconteceu lá, que o pessoal prendeu um pessoal da comunidade, para não ir para a roça trabalhar porque achavam que estavam atrapalhando as "terras" da base, ele se ofendeu, como ele era sargento na época, ele se ofendeu, e veio tomar a conversa, aí ele veio conversar com a gente e disse: olha esse foguete só não casou um prejuízo maior na época, e não provocou um desastre porque ele não se desamarrou, ele começou o incendiou e tombou logo a torre então ele não se desamarrou – ai eu brincando com ele ainda disse o seguinte: ele não se desamarrou, ele aceitou morrer, queimado e amarrado, porque ele disse: olha se ele se desamarrasse e decolasse para qualquer lado que ele fosse ele ia causar um grande impacto, um grande prejuízo. . Então aquilo que eu estava dizendo, eu fique assim, nós estamos aqui em uma comissão para discutir meio ambiente e eu acho assim um plenário está vazio, mais vai ver que lá no outro lado está cheio, estão debatendo para defender algum outro interesse (...), eu não vou explicar, porque eu posso estar me comprometendo, eu não vou explicar mais. Então gente eu acho que para nós de Alcântara e também os companheiros que me antecederam, a Nova Cartografia Social da Amazônia foi o instrumento que nos ajudou muito, porque às vezes as pessoas não tinham conhecimento do seu próprio direito, que apesar dele ter os direitos garantidos aqui na Constituição Federal, mais que não estão sendo respeitado pelo governo, eu digo assim, não é pelo próprio governo em si, é pelo grupo de senadores e deputados, senhores que estiverem presentes aqui na casa, me desculpem se eu estiver ofendendo, porque eu sei que não são todos, porque está aqui ao deputado Edmilson, então eu sei que não são todos, mais tem a maioria que também são fazendeiros, a maioria são empresários, isto eu digo porque eu já estive aqui nesta casa, um ano aqui e desafiei qual o deputado que não tivesse uma fazenda que levantasse o dedo pra mim ver qual era, não teve um que levantasse o dedo, então, eles estão a trabalho dos

48



grandes fazendeiros, do agronegócio, quer dizer é só do lado que corre o dinheiro. Olha que eu tenho informação que é muito grave lá para Alcântara, o que a gente tem de informação lá para Alcântara, que eles falaram o seguinte: : que eles venceram Belo Monte, Rio São Francisco, e eles iam nos vencer em Alcântara - isso é que a gente já está sabendo. Agora eu continuo dizendo, eles podem até dificultar para nós em Alcântara, mas eles ainda vão ter muito trabalho! Mesmo que seja com o interesse dos americanos ou de quem quer que seja, mais eles vão ter muito trabalho, porque agora a proposta que nos fizeram lá é a seguinte, é que eles vão devolver - é que ao todo são 62 mil hectares para eles, e 85 mil hectares para nós- e eles vão dar 40 mil hectares pra nós e nós liberar todo o litoral para eles, que o restante de Mamauna a Ponta de Areia, porque Ponta da Areia parece que não está no projeto, mas está, então é de Mamuna até Canelatiua e nós das comunidades é que vamos ter que relocar essas famílias, onde nós temos um acordo assinado no dia 05 de novembro de 2008 no Ministério Público Federal do Maranhão. Que a partir daquele momento, com ação civil pública que barrou os trabalhos da ACS, lá na área de Mamuna e Baracatatiua, que eles já estavam trabalhando lá. A partir daquele momento o governo ia levar o trabalho da ACS, lá para dentro da área militar e não ia mais expandir essas bases, e não ia mais relocar família. Nós temos esse documento pelo governo, pelas comunidades Ministério Público Federal, representantes da ACS, então é um acordo que está assinado e ficou combinado que se o governo expandisse a Base, essa ação civil pública, ela voltava e parava tudo de novo. No entanto o governo vai fazer os acordos dele lá pra fora, como o deputado acabou de falar e a gente já está sabendo sem ao menos nos consulta, porque na Convenção 169, ela nos falar que qualquer projeto que o governo vai fazer nas áreas quilombolas e indígenas, ele tem que fazer primeiro uma consultar e isso não foi feito, quer dizer quando a gente pensar eles vão chegar para querer construir, só que também dizendo pra nós assim, para nós apresentar, só que até hoje eu não quis revelar a proposta que eu tenho para fazer ao governo, mas só que já teve alguém que pensou igualzinho a mim, e já revelaram. Agora quem nos garante que o governo vai cumprir esses acordos, se no caso for a última solução a gente revelar o acordo com os americanos, ou seja, lá com qualquer que seja, quem vai garantir, mesmo estando no papel, quem vai esperar que o outro governo que vier aí vai cumprir. Então a nossa proposta lá é que nós não vamos sair porque a constituição brasileira nos garante, morar nas terras

W)





tradicionais onde nós nascemos e ocupamos e trabalhamos de maneira tradicional, nós quilombolas, indígenas, pescadores. E nós que nascemos em Alcântara, nós não invadimos terra do governo, quando o governo foi para lá com esse projeto nós já morávamos lá. As terras de Alcântara, quando os grandes fazendeiros foram embora, deixaram para os negros, para os santos e para a pobreza. Então a terra é nossa! E nós temos um documento guardado lá em Alcântara que um representante do governo federal foi levar pra nós, em um seminário que aconteceu se eu não me engano no dia cinco de dezembro, ai ele saiu às presas e pegou um documento dizendo que eles se reuniram aqui, e de acordo com o estudo, o relatório, que foi feito em Alcântara a terra é de fato e de direito dos quilombolas de Alcântara, e foi esse o documento que ele levou pra nós, na hora que ele pegou o documento pra ler, ele olhou assim e ficou e parou e disse assim maldita foi a hora que eu vim pra cá, porque eu peguei o documento errado. Então nós em Alcântara, por isso a gente tem que ficar bem esperto de orelha em pé, para dizer para o governo, primeiro vamos pensar direitinho, para ver se vale à pena, porque, um projeto como o de Alcântara minha gente, que já foi gasto uma fortuna em dinheiro, aquele projeto da Base Militar, que até hoje, trinta e sete anos e ainda não lançou um foguete sequer, de experimento para dizer assim: este aqui deu certo. Fizeram esse acordo com a Ucrânia, gente precisa que o senhor como deputado faça uma visita aquilo ali, faça uma comissão e vai lá visitar, peça permissão, porque eu já visitei, e eu fiquei mais triste não foi porque eu visitei, foi porque eu olhei uma reportagem na televisão mostrando o abandono, porque quando eu visitei estava no auge da construção, estava a todo vapor. Por sinal o presidente foi tirando todos os cartazes por onde ele foi pregando porque se decepcionou e agora você aquilo ali, eu fico com tanta pena de ver, só uma ponte que eles iam construir no rio do Peru, eles iam construir uma ponte dentro do rio, mataram o rio e está lá só os pilares eu não sei quantos, porque são duzentos metros, está lá abandonado, toda aquela estrutura abandonada. Aí o governo brasileiro tem uma Base Militar que não funciona, ele aluga ou entrega o território para os americanos. Os americanos vão botar essa Base para funcionar dentro de seis meses um ano ou um pouco mais, e quando é que o Brasil vai lançar um satélite de sua Base? Nunca! Então deputado, será se isso é um bom negócio? Pessoal ai da plateia será se isso é um bom negócio para o Brasil? Vai trazer os americanos para dentro de casa para disputar com o Brasil, sendo que ele sozinho

50



não está dando conta de botar a Base Militar para funcionar e agora o desperdício de dinheiro que tem lá porque eles tinham se não me engano três lancha que corre, faz em vinte e cinco minutos, botaram uma fora e eu ouvi um cidadão falando quando eu vinha para São Luís de Catamarã dizendo que foram dois milhões que ninguém fala, que foi perdida, está lá aquela lancha, ninguém comenta, e no entanto a gente atravessa para São Luís correndo o perigo de morrer a qualquer hora, porque semana passada afundou uma catamarã e eles tinham três lanchas desta que gasta vinte cinco, trinta minutos botaram uma fora e ninguém fala nada que ninguém comenta, então o governo tem aquela Base Militar que eu não sei para o que serve, dizem que é a melhor do mundo, mais só no ponto estratégico, mais para lançar satélite não aí aluga para os Estados Unidos, eu duvido, eu faço um desafio quando o governo brasileiro vai lançar, porque eu vejo a informação que diz assim, há porque veio muito dinheiro, como o governo vai fazer uma Base daquela ali, ai ele alugar o território dele para os americanos e vai ter condição de competir com os americanos? Nuca! Eu faço um desafio!







## PARTE III Cursos de Legislação

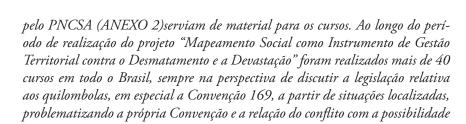
A construção de uma visão crítica sobre o processo de implantação do CLA, acompanhado de lutas pela reivindicação da identidade quilombola parece ter criado as condições de possibilidade para a emergência de situações de conflitos explícitos, marcados por atos de mobilização. O domínio de conhecimentos relativos à legislação passou a ocorrer como forma de legitimar as reivindicações e fundamentar os direitos quilombolas. E, nesse sentido, o senhor Leonardo dos Anjos, a cada reivindicação e mobilização passava a compreender mais sobre legislação, inclusive porque no seu processo de formação enquanto liderança teve acesso a debates sobre essa temática.

Ao longo dos anos o senhor Leonardo dos Anjos passou a dominar o conhecimento relativo à legislação quilombola e, em interação com advogados das próprias comunidades, como Danilo da Conceição Serejo Lopes, a fundamentar cada vez mais esse conhecimento. Essa é uma modalidade de conhecimento que alia o conhecimento sobre legislação com experiências locais e concretas e, por isso, permite uma relativização do conteúdo positivo do Direito. Assim, nessa parte apresentaremos o conteúdo transcrito dos Cursos sobre Legislação e Convenção 169 proferidos por Leonardo dos Anjos em duas comunidades quilombolas, Capoeiro (Viana) e Castelo (Monção), no âmbito do projeto "Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação". Tais cursos, ministrados para os quilombolas das próprias comunidades, se constituíam em momentos interativos que problematizavam as situações de conflito vivenciadas em cada uma delas.

A experiência do senhor Leonardo dos Anjos em Alcântara, relatada nesses cursos, e, acompanhada do relato de outras situações, pelos quilombolas das comunidades, como a da implantação da linha de transmissão em Viana, propiciava uma interação e um fortalecimento das reivindicações. Os mapas produzidos

Coleção Narrativas Quilombolas

07/03/16 10:54



### Curso de Legislação e Convenção 169 em Capoeiro, Viana (MA)

Mapeamento Social, Gestão de povos e Comunidades Tradicionais

Data: 22 a 26 de agosto de 2012

de garantia dos direitos.

Mais uma vez bom dia a todos! Eu estou aqui ansioso pra responder aqui a uma pergunta da companheira que acabou de falar aqui nesse momento porque ela acabou de dizer que passou o "linhão" e o pessoal não foram bem informado. O companheiro aqui também já falou e isso é muito grave, porque o governo brasileiro, hoje, não respeita o direito de povos quilombolas, de índios. O governo brasileiro quando faz seus projetos, é só pensando nos grandes latifundiários, nos empresários, nos grandes fazendeiros e no capitalismo internacional. Então, o governo não tem o mínimo interesse de estar fazendo as coisas para comunidade quilombola, embora se saiba que a Constituição Federal de 88, no artigo 68 ela diz que todos os quilombolas têm o direito à terra em que vivem e ocupam de maneira tradicional. Isso diz a Constituição Federal. Mas o que a gente sabe é que a Constituição Federal do nosso País ela só funciona bem para beneficiar os fazendeiros, o grande capitalismo. Ai sim ela funciona. Todos os artigos da Constituição ela tem que valer. Agora para os nossos direitos não, precisa ter um artigo que regulamenta, porque eles sempre deixam uma brecha para poder não fazer alguma coisa. O que acontecia na nossa comunidade, como a senhora acabou de falar aqui, que muda a explicação? Eles não têm esse interesse, o governo. Todos os grandes projetos o governo faz, quando as comunidades sabem, só chega as empresas "ah, nós vamos passar com um grande projeto aqui e que vai ser bom pra vocês, vai trazer benefícios pra vocês e muito emprego". É o que eles dizem, vai tirar vocês da roça, quando se sabe que a maioria do povo trabalha na lavoura, é no campo, é na pesca, é no extrativismo, é no

quebramento de coco. Mas, o governo não vê isso, porque isso para eles é um capital que não interessa. O que interessa é ele levar um quinhão para onde vai se instalar uma empresa, uma mineradora, interessa a eles levar uma água lá para um outro estado do nordeste que está tudo seco, mas que vai se instalar uma grande empresa lá, uma grande empresa que precisa de água. Interessa ao governo brasileiro levar uma boa estrada para Alcântara, asfaltada, porque vai se instalar uma Base Espacial. Mas, ele não respeita nosso direito. Mas companheiros eu quero falar uma coisa aqui pra vocês, que o professor Luizão<sup>8</sup> falou, nós temos que estar unidos, porque o povo unido jamais será vencido! O que acontece hoje? A falta de união e não só união, a falta de, desculpa a expressão se eu ofendi vocês, vão me perdoar e me desculpar, a falta de conhecimento. Se nós não temos conhecimento dos nossos direitos como nós podemos reivindicar nossos direitos? É difícil!

Eu digo isso para vocês por experiência própria. Alcântara são 30 e poucos anos do projeto da Base Espacial e quando esse projeto se implantou em Alcântara também foi assim. Quando chegou a notícia era pra gente assinar um documento que o governo ia vender as nossas terras com tudo, todo mundo assinar, cadastrar as terras, se não cadastrasse o governo tomava e ai todo mundo caiu naquela conversa cadastrou. Era para o quê? Para o governo delimitar toda aquela área de Alcântara pra poder vender o que ele queria, negociar. Nós não tínhamos conhecimento dos nossos direitos! Aí se implantou a Base Espacial, nós começamos a lutar dizendo que nós não queríamos sair, tiraram uma média de trezentas e doze famílias, não foi Davi? Das suas terras e levaram para umas sete áreas chamadas de "agrovila" e jogaram lá. Tiraram da beira do litoral, da beira do mar. Tinha muito babaçu, muita juçara, terra para trabalhar com abundância e uma praia ótima para pescar. Jogaram no meio, no centro e nas regiões lá do município onde era só capoeiras e tiriricas que você roça um ano e no outro ano apodrece tudo, dizendo que iam oferecer infraestrutura, tecnologias para as companheiras trabalharem com base na tecnologia.

Isso é mentira! Só levaram os projetos do governo que iam endividar as associações. Eu digo isso e não tenho medo de dizer, as associações de Alcântara, a maioria, vivem endividadas por causa desses pequenos projetos que não ajudam. Então, como a gente não conhecia nossos direitos, talvez seja

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

55

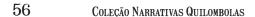


<sup>8</sup> Professor Luíz Alves, médico de formação, militante do Movimento Negro, acompanhava o curso ministrado por Leonardo dos Anjos em Capoeiro, município de Viana (Nota dos Editores).



o caso de muito dos companheiros aqui das comunidades quilombolas, não ter realmente o conhecimento dos nossos direitos, então vem os projetos. E como é que a gente vai brigar dizendo que não quer que passe o "linhão", não quer que seja construída uma hidrelétrica? Por que a gente não conhece os nossos direitos, mas a partir do momento que vocês conhecerem os direitos de vocês, conhecer alguma coisa da Constituição Federal, da Convenção 169, esse documento que eu tenho aqui, que nós temos aqui umas cartilhas que devem ser distribuídas para alguns pelo menos para alguns representantes, que nós não temos para dar para todo mundo. A partir do momento que vocês conhecem os seus direitos, que está dentro da Constituição Federal, o artigo 68 do ADCT, e a Convenção 169 da OIT, que nosso governo federal ratificou e todos os governos que ratificam essa convenção 169, ele tem o direito e o dever de respeitar os direitos das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. Então, aqui no artigo no início da Convenção 169 diz o seguinte: artigo 3 ele diz que aos povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdade fundamentais em que o estado e nem discriminação as disposições desta Convenção<sup>9</sup>. No artigo sexto diz o seguinte<sup>10</sup>: ao aplicar, ao aplicar as disposições da presente Convenção os governos estaduais, municipais e o governo federal, eles deverão consultar os povos indígenas mediante procedimentos apropriados e técnicos particularmente por meio de suas instituições. No caso, nós quilombolas, indígenas, qual é as instituições que nos representa? ACONERUQ e as nossas associa-

<sup>10</sup> O artigo 6º da Convenção 169 da OIT trata do "Direito à Consulta" apresenta o seguinte texto: 1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes. c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim. 2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa-fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas (Nota dos Editores).



<sup>9</sup> O artigo 3º da Convenção 169 da OIT apresenta o seguinte texto: 1. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens 2. Não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou de coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos interessados, inclusive os direitos contidos na presente Convenção. (Nota dos Editores).



ções. Então para o governo fazer um projeto desse ele teria primeiro que consultar o que está estabelecido aqui na Convenção 169 e ele ratificou essa Convenção. Temos aqui o nosso jurista que vai falar melhor sobre essa Convenção porque essa parte cabe mais a ele, mas está na Convenção e na Constituição Federal e o **governo tem que nos consultar** para saber quais são os danos que vai causar ao meio ambiente, a natureza e a nós como seres humanos porque o governo tem uma grande falha em implantar os seus projetos, ele não consulta, e a primeira coisa que ele não quer saber é se existe seres humanos na face da terra. Ele manda fazer pesquisas de todos os animais até de mandioca, de lagarto, de tamanduá bandeira, se é que ainda existe, nós estamos preservando, de peixe-boi, de tudo menos o ser humano. Eu sempre contestei isso em todos os lugares que eu participo de reunião e seja lá em Brasília, seja lá onde for, até mesmo na Convenção Interamericana de Direitos Humanos nos Estados Unidos, eu já defendi isso, o Brasil não respeita os nossos direitos. Ele não procura saber quais são os danos que vai causar ao ser humano. Eu tenho um exemplo muito grande como Alcântara. Alcântara tem um projeto espacial, o primeiro momento era um projeto de utilidade púbica, está vendo, esse lançamento que ele fez não deu certo, depois em 2005 se eu não me engano, o governo fez um outro projeto com a Ucrânia, assinou o projeto, também não nos consultou e ele já tinha ratificado essa Convenção não nos consultou e quando nós soubemos, já tinha feito o acordo com a Ucrânia. Está lá o projeto da Ucrânia, a empresa Ciclone Space que é a ACS. Chegou em 2007. Olha o que acontece, vocês aqui com o "linhão" <sup>11</sup> fizeram algumas reuniões dizendo que ia beneficiar vocês, dar poço artesiano, gente, isso é o mínimo que o governo tem que fazer e o governo não está nos fazendo favor, ele está fazendo sua parte como governo e isso é o que é desenvolvimento, é trazer os benefícios para as comunidades, as políticas públicas e poço artesiano faz parte da política pública do governo brasileiro tanto faz municipal, estadual ou federal. É poço artesiano, uma boa escola e casa com farinha, boa estrada, a saúde que muito das vezes, eu não sei como é aqui, mas que é precária demais em nosso estado em nossos municípios e isso não é favor que o governo faz pra nós, ele está eleito é pra isso. Ele cobra

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

leonardo series.indd 57

07/03/16 10:54

<sup>11 &</sup>quot;Linhão", forma de designação atribuída por aqueles que foram afetados com a implantação de uma linha de transmissão de energia criada pela ELETRONORTE. A linha de transmissão LT 230 KV Miranda/Encruzo Novo atingiu 11 comunidades quilombolas localizadas no município de Viana e de Pedro do Rosário. A esse respeito consulta o Boletim Informativo nº8 "Linhão" nas Comunidades quilombolas de Viana produzido pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (Nota dos Editores).

nossos impostos não é para ficar só botando lá no banco na Suíça, não senhor, nem para ficar dividindo com seus colegas, está ai a CPI do mensalão. O dinheiro dos nossos impostos, do que nós compramos e vendemos é para isso, é para ser distribuído em políticas públicas. Então, por nós não termos conhecimento totalmente da coisa da lei é que nos deparamos nessa situação. Os caras chegam com suas empresas e a primeira coisa que eles fazem é trazer uma assistente social, que me desculpe as assistentes sociais aqui, mas se eu estiver ofendendo, mas eles trazem a assistente social. Eles trazem a assistente social que ela vem, é uma pessoa educada exatamente para nos convencer é, se tiver alguma assistente que me desculpa, mas é.

Eu disse para uma assistente lá da ACS, lá na minha cidade, que depois ela se arrependeu, ela quase chora porque ela estava brincando com os nossos sentimentos ela falou que ia dá pra gente não era lancha não, ela ia comprar era um helicóptero pra gente viajar. Eu disse pra ela: Olha, a senhora procura respeitar uma comunidade quando a senhora estiver no meio de uma comunidade quilombola procure ter um pouco de educação com a gente porque isso é falta de respeito. Eu disse foi assim mesmo, porque isso é falta de respeito com os nossos sentimentos. Aí ela ficou assim e eu acho que ela analisou, que ela se arrependeu porque eu vi que a mulher quase chorar. Porque elas vêm educadamente para nos convencer a aceitar a Base em Alcântara com o povo. O que acontece, então a ACS chegou lá, mandou a doutora muito bonita, a doutora Laura, eu não sei se ela é gaúcha ou se ela é paulista, chegou lá no Mamuna dizendo que ia trazer muito emprego para os companheiros da roça, para todo mundo que trabalha na roça e de pesca. Ai sabe que quando chega um negócio desse tem alguém interessado em ganhar um dinheirinho e quando eles chegam procuram logo os comerciantes, também me desculpe os comerciantes que se ofenderam né, procuram os comerciantes porque vão vender uma cachacinha, uma cervejinha, começam logo a fazer amizade com todo mundo.

O que aconteceu na Mamuna, a que nós vamos trabalhar quinze quilômetros daqui da Mamuna, pra quem é leigo no assunto de quilometragem, eu pelo menos não sei manusear com esse GPS, ai vai dar um GPS pra mim eu vou ficar perdido no tempo. Mas eles sabem o que é para fazer e por estes GPS eles já sabiam os pontos estratégicos para ir trabalhar e foram dizer que eram quinze quilômetros da comunidade. Aí quinze quilômetros da comunidade não vão nos ofender: pode ir. Pegaram dois jovens da comunidade,

desceram, pegaram o rumo da entrada para Mamuna e mete estrada, e mete trator. Ai começaram a cortar, a fazer, perfurar poço, um monte de coisa. Entraram de imediato com mais três empresas lá rapidinho.

Ai, o pessoal já estava dividindo, como disseram ainda pouco pro Cabeça<sup>12</sup>, depois que passou o "linhão" foi uma parte da comunidade que se dividiu não foi isso que falaram ainda pouco aqui? Pois a mesma coisa estava em Mamuna. Já tinha gente que não tinha mais dinheiro se comprasse peixe de quem era contra eles lá, só podia comprar peixe de quem era a favor de quem era contra eles não podiam vender pra eles. Tudo bem, quando um dia o pessoal de Mamuna sai e pegam o caminho, chegam lá no meio do caminho, a estrada, bagunçaram tudo que o pessoal não sabia nem o caminho, só não atravessaram o rio porque o rio ficava bem perto das casas deles e eles tinham que parar pra vê o que fazer e iam atravessar a comunidade. Ai é que vem a história de nossos representantes né, de acordo com a Constituição do governo, que tem que ser os nossos representantes legais, que no caso ACONERUQ, Sindicato dos Trabalhadores Rurais que é muito importante estarmos filiados em nosso Sindicato, para poder nos representar bem, quando eles querem representar bem, que muitas das vezes eles se atrelam ao poder municipal e as vezes não representam bem a sua categoria mais ai esse é o ponto que nós temos que ter o conhecimento, fazer o que nessas horas que vem oferecendo "linhão" ou outra coisa qualquer? Procurar as nossas entidades como os sindicatos, a ACONERUQ para saber o que fazer, como resolver essa situação, como entrar na justiça, porque geralmente a gente é leigo no assunto, mas vai no Sindicato, eles têm alguém, um advogado que vai nos orientar muito bem. O que aconteceu com a luta? O pessoal foram paro o Sindicado, o pessoal ligou para o Sindicato, foi para secretaria, foi para a justiça. Hoje nós temos um acordo lá no governo federal do dia 05 de novembro de 2008 dizendo que o governo não ia mais, o governo mesmo mandou seu representante, que ele não vai mesmo, que o governo é covarde, nunca vai, ele manda os representantes dizendo que ele não ia mais expandir

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

59

<sup>22</sup> Senhor Ednaldo Padilha, conhecido como Cabeça, grande liderança quilombola da região da Baixada Maranhense, está atualmente ameado de morte por fazendeiros e criadores de gado búfalo. Em fins da década de 1990 liderou um movimento contra os criadores de búfalo de Camaputiua, município de Cajari, que cercavam e invadiam o território de comunidades quilombolas. Esse embate culminou com o assassinato de seu irmão, Genialdo Padilha, com ele confudido. O Sr. Edinaldo Padilha segue em sua luta por reconhecimento do Território de Camaputiua como território quilombola. Para maiores esclarecimentos consultar o livro de sua autoria: "Resistência e Fé: narrativas de um quilombola". (Nota dos Editores).

a Base. Por que ele fez isso? Porque ele se barrou na Constituição Federal que está dizendo que nós temos o direito de permanecermos nas terras em que vivemos, trabalhamos e ocupamos como comunidade tradicional e ele mesmo ratificou a Convenção 169.

Então, para ele passar por cima, ele ia responder, ia ser penalizado, então, ia ter que ver uma maneira de negociar com nós para ver o que ele ia fazer para poder ampliar o trabalho. Como a comunidade já sabendo disso aqui, já sabendo disso aqui do conhecimento da Constituição Federal e da Convenção 169, nós botamos o pé na barreira, nós fizemos uma barricada lá na estrada, quem está dentro da área com a empresa, com máquina, com tudo, não sai, e quem está fora não entra. Botamos uns homens lá dentro, agora vamos ver o armamento, nem um fuzil, nem nada, somente a cara, a coragem e a fé no poder público e o conhecimento dos nossos direitos. Aqui ninguém sai ninguém, nem entra enquanto o governo não tomar uma decisão.

O que o governo fez? Sentaram lá em Brasília, discutiram e viram que o único jeito era levar esse projeto lá pro Centro de Lançamento que são 8.500 hectares de terra. Aí, no dia 05 de novembro, já vieram para justiça com a gente para assinar esse acordo que eles não iam mais ampliar esse projeto e que iam ficar lá dentro da área da Base. Estão lá. Agora tem outro agravante, eles assinaram que não iam mais assinar o projeto, está lá, por que no momento que eles tentarem fazer a ampliação, a ação civil pública volta a funcionar e para todo aquele projeto. Então é, que o presidente lá da ciência com as três comunidades que são as mais atingidas diretamente, ele tem trabalhado com a gente, sempre dizendo que quer ser nosso amigo, amigavelmente, mas esse povo não são nossos amigos não senhor, eles são amigos do capital. Eles não são nossos amigos. Então, mas eles nunca trabalham assim. Agora tem outro agravante porque eles precisam de um porto para descarregar seus materiais que vem para o foguete, que por sinal já chegou cento e cinquenta e não sei quantas mil toneladas aqui no Itaqui e não sei se já levaram lá pro Centro.

Essa ampliação vai se dar de uma maneira diferente porque eles estão querendo o litoral, mas vão construir um porto aqui já que fica quase leste, pro sul do município de Alcântara já quase leste que é numa comunidade por nome Cajueiro. O que é que está acontecendo? Eu, a partir do momento que fui informado, dessa construção do porto, eu fiquei preocupado como

60



representante do MABE, do Movimento dos Atingidos pela Base. Mas, por outro lado, aquela comunidade de Cajueiro que vai ser atingida diretamente foi a comunidade que mais ficou do lado da Base esses anos todos, esses trinta anos. Então, hoje a maioria dos companheiros vão ser atingidos, as nossas terras vão ser cortadas para fazer esse porto, passar por esse porto que ai eles tem 3 hectares de terras e vão ficar com mais dez, porque 3 hectares vão ser cortados. Mas, eles estão ainda numa conversa com outro grupinho que vai ser recompensada. Aí nós estivemos na SBPC e estava o representante do Cajueiro lá e ai eu perguntei pra ele: Como vocês estão se movimentando pra não deixar que eles façam a estrada? Se vocês deixarem essa empresa começar a fazer essa estrada como já começaram a botar os tratores armados pra fazer a entrada da estrada vai ser difícil de vocês barrarem eles. Porque Mamuna barrou o pessoal da ACS pra não ficar nas terras lá. Mas nós nos unimos, mas pelo que eu sinto, como comandante de vocês é muito difícil dizer assim vamos nos unir pra dizer assim nós não queremos que a estrada passe aqui. Então, o que eu orientei eles, eu disse o seguinte: Olha, vocês têm que sentar com o governo, procurar a representatividade de vocês, sentar com o governo pra ver o que é que eles vão dar pra vocês como compensação qual é o royalt que ele vai pagar pra vocês, pelas terras de vocês que vão ser cortadas por essa estrada. Ai o rapaz me respondeu depois que eles já estavam tratando desse assunto. Porque eu já estava ficando preocupado e sei que é muito difícil, embora se sabe que está lá na justiça, eu disse lá. E o representante da ACS estava lá e eu disse: Você sabe muito bem que o acordo que nós assinamos lá. Que essa ampliação na hora que ela voltar ela é barrada pela justiça, que nós vamos buscar força na ação civil pública, mas isso se os representantes da comunidade quiserem porque se não quiserem nós não podemos também como representante do movimento chegar e dizer não eles não querem, porque como é que nós vamos dizer que as comunidades de Cajueiro não querem que seja feito um porto na comunidade deles, a estrada para o porto e eles dizerem que querem?! Estão lá batendo um papo, então é eles que tem que se unir, junto com as entidades e dizer que não querem. Então, pra gente, precisamos nos unir, nos aprofundar no conhecimento das leis e dos nossos direitos porque aqui nós temos direito! Está garantido na Constituição Federal e na Convenção 169. Agora precisa de a gente conhecer para poder chegar e barrar, chegar e dizer lá em Brasília, lá na presença de qualquer um ministro como eu tenho dito para o ministro que a gente tem se defrontado. Criar coragem pra dizer diante do coronel, diante

~

da governadora Roseana, que ela também não se encontra com nós, como acabou de falar que ela tira foto com o Eike Batista, mas não tira com nós.

Parece que está prejudicado, como ele acabou de falar, não se pode colocar fogo debaixo do "linhão", não se pode colocar roça que corre risco de qualquer hora quebrar um cabo e quem tiver debaixo se torra. Está aqui um exemplo da queimada que teve aqui na região aqui, Doriva<sup>13</sup> tu sabe essa região que teve a queimada foi Caxias e qual o nome da outra cidade? Teve uma queimada e de tanto o calor, a energia lá, em vez de ser um ser humano, que graças a Deus não foi, foi um cachorro que passou debaixo foi eletrocutado por quê? Porque o negócio é perigoso! Imagine um "linhão" desse o risco que a gente corre. Então é a mesma coisa dos grandes projetos. O governo só leva projeto que dá dinheiro, ele visa lucros para eles para as grandes empresas que são tudo deles e nós é que se arrebenta ai nas comunidades, ai na luta reivindicando. Agora, para nós mesmos termos esse direito, para nós termos esse direito não, para nós fazermos esse direito valer nós temos que nos unir e obter o conhecimento porque com esse conhecimento nós temos a coragem de enfrentar qualquer situação.

Eu fui convidado pra ir numa audiência lá na Comissão Interamericana de Direitos Humanos nos Estados Unidos e eu fiquei me perguntando, meu Deus, o que eu vou falar lá diante dos americanos? O que eu vou dizer como representante de uma entidade? Mas eu fui baseado na Constituição Federal, na Convenção 169, dei o meu recado e um Decreto que está, um documento de identificação de nosso território de Alcântara que estava há cinco anos pronto, o laudo antropológico estava há cinco anos pronto e não era publicado no Diário Oficial nem seguer, porque o governo estava fazendo jogo de cintura porque lá o ministro da defesa não queria que fosse, aquilo que nós queremos. Mas com cinco dias após a audiência lá nos Estados Unidos, o governo se reuniu e de imediato mandou publicar no Diário em novembro de 2008. Por quê? Porque teve representação lá na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Se não tivesse representação, se não tivesse representação, aqui isso aqui pesa, quando você tem coragem de enfrentar essa oportunidade mediante nossos direitos. Muito obrigado, temos aqui o companheiro Danilo que vai falar aqui dos nossos direitos.

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

62

leonardo series indd 62

<sup>13</sup> Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia (UEMA), Dorival dos Santos é organizador do livro "Resistência e Fé: narrativas de um quilombola." (Nota dos Editores).

Uma diferença que eu estou olhando aí nessa devastação, para Alcânta-

ra com a construção do Cyclone 4, que, em Alcântara, a empresa não está devastando dessa maneira. Em Alcântara eles estão tirando a madeira todinha, separando e passando máquina só onde eles precisam fazer a estrada, sem deixar essa devastação ao lado, porque eles estão respeitando exatamente aquele acordo que nós fizemos com eles lá no Ministério Público Federal, eles estão trabalhando. Mas com todo esse respeito, tudo separadinho, devastaram palmeira, mas no local onde eles vão fazer o Centro. Mas nas estradas eles não estão fazendo desse jeito, nem lá, é tudo aproveitado, tanto é que as palmeiras, eles tiraram de lá, mas estão querendo colocar em qualquer lugar e com o propósito de reflorestar, só que eles não podem reflorestar onde eles devastaram, porque eles vão fazer o Centro de Lançamento, eles querem que a gente faça o reflorestamento, eu disse: *Não senhor, quem tem que reflorestar é vocês, não somos nós, que nós não devastamos nada*.

Agora eu vejo a diferença, porque aqui [aponta para o mapa] a empresa privada, empresa particular, que estão fazendo isso. Então eles não respeitam as comunidades, e lá é o próprio governo, ele sabe que se ele fizer desse jeito, Ribamar vai embargar mesmo, tanto é que para eles despacharem a madeira de lá pra dar para as comunidades que foram atingidas, é a maior burocracia, que eu não sei se o resto está lá se acabando, porque não pode tirar. Tentaram negociar com uma zona que era para tentar dar o material pra gente pra não estragar, mas estão encontrando essa dificuldade de entregar a madeira, mas isso aí também acontece, eu acredito, me desculpe aí todos os meus companheiros, eu acho que é mais também em função das pessoas, talvez não está bem informada sobre seus direitos e brigarem antes que aconteça, que foi isso que eu disse pra um rapaz do Cajueiro, em Alcântara, o que é que eles estão fazendo. Qual é a providência que eles estão tomando, antes que a empresa que vai construir a estrada, que vai fazer o porto, o novo atracadouro para Base, entre nas terras deles, eles não tem os documentos ainda, os títulos de propriedade. Mas as terras são deles, que o governo botou para lá e deu uma terra de 14 hectares para cada um.

Lá na SBPC que eu não tive contato com eles. Qual é a providência que vocês estão tomando para que o governo venha ressarcir o prejuízo? Depois ele foi me dá a resposta, depois que terminou lá a SBPC. Então eu quero dizer que talvez aconteça isso, porque as pessoas ainda não estão bem informada sobre seus direitos, sobre a Constituição Federal e a Convenção 169,

leonardo series.indd 63

07/03/16 10:54



se você não está bem informada, pra ter coragem de peitar eles e dizer não aceita, porque vai denunciar no Ministério Público Federal.

Qual foi a pessoa que falou que Doutor Alexandre foi lá? Foi a senhora, Dona Toinha? A mesma coisa ele fez em Alcântara. A mesma coisa ele fez em Alcântara, quando foi a denúncia pra lá, nós tivemos uma audiência com ele aqui e ele mandou a sua assessora pra lá e eu fui pra dar uma entrevista, eu e um rapaz de Baracatatiua, o Raimundo, passamos dias, tivemos que ir de Baractatiua para Mamuna, porque lá não tinha energia em Baracatatiua para gravar uma entrevista. Ele mandou essa assessora dele lá no local, cada ponto que eles devastaram, tem um livro desse tamanho, tudo preparadinho, que ele mandou, pra poder eles se certificarem que está realmente acontecendo problema, porque se eles olhassem um negócio desse aqui, eu não sei se ele já viu, com certeza essa empresa, eles iam se aperrear, está entendendo? Se ele olhasse essa devastação desse jeito aí, com certeza, isso talvez seja só o começo que eu estou olhando. Mas com certeza a empresa vai se aperrear. Agora eu aprendi que é talvez por falta de conhecimento dos seus direitos para ter coragem de peitar a empresa, se sabe que empresário não respeita muito a gente. Mas o governo que autorizou essa empresa a fazer esse serviço ele tem que responder, muito obrigado.

Para isso vocês precisam aprender bastante a Convenção 169! Para poder defender os direitos de vocês, se não aprenderem meu irmão, porque em Alcântara eles só passaram a nos respeitar a partir do momento que nós aprendemos a Convenção 169. Antes eles não tinham nem conversa conosco. Agora não, todo mundo, quando eles tem uma coisa pra fazer, eles vão lá no Seu Leonardo, até hoje. Eles estão trabalhando lá, a construção do porto vai sair. Alguém me falou semana passada que eles nunca mais ouviram falar na construção do porto, só porque nas pesquisas, descobriram que lá onde eles iam construir o porto é a reprodução do peixe-boi. Então está parado, já contaram semana passada, o Enildo que trabalha na parte lá de setor de patrimônio, me disse que ele acha que não vai sair esse porto, por quê? Porque lá é a reprodução do peixe-boi e os próprios pesquisadores que eles pagaram para fazer pesquisa descobriram e aí está esse impasse entre eles e lá e o negócio está meio complicado.

### Curso de Convenção 169 na comunidade de Castelo Monção - MA

Local: Comunidade de Castelo

Gente boa tarde! Eu sou Leonardo representante das comunidades quilombolas atingidas pela Base Espacial. Alcântara também é uma cidadezinha histórica. Nós começamos a luta há trinta anos atrás, quando a Base Espacial de Alcântara foi implementada. A partir de 1983 para frente começou o processo de luta da gente contra essa Base. Porque essa base chegou em Alcântara para lançar satélite e desenvolver tecnologia esse era o objetivo da Base. Para quem não sabe a Base não serve somente para lançar foguetes, ela serve também para outras finalidades, ela pode lançar qualquer míssil de determinado alcance. Um exemplo, o Brasil tem acordo com a Ucrânia para o uso da Base, daqui há três ou quatro anos que a Base já esteja funcionando, e o acordo valendo, a Ucrânia entra em um conflito lá fora, o outro pais pode pensar: "vamos atacar primeiro a base de Alcântara". A partir do momento que a Base muda de finalidade, porque era uma base militar para contribuir com o desenvolvimento do nosso pais e garantir a nossa soberania, naquele momento, foram relocadas trezentos e doze famílias. Ela ocupa uma área de oito mil e quinhentos hectares, o povo não queria sair, mas eles chegaram oferecendo grandes vantagens, tirar o pessoal da roça, dar emprego. Eu fico com muito horror quando dizem: você trabalha na roça? Porque roça é lugar de gente trabalhador, é lugar de produção. Então o pessoal se animou porque achavam que a roça mecanizada ia ser melhor, tudo bem. Desapropriaram, tiraram da beira da praia, aqui é rio lá é mar, jogaram o pessoal para um centro no meio do município de Alcântara, um lugar que não serve nem para roçar e nem pescar, partiram as terras das comunidades e ficou muito difícil para a gente em Alcântara. E a gente por não conhecer os nossos direitos através da lei do nosso pais. Assim como vocês não conhecem a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o artigo 68 da Constituição Federal de 1988.

No caso de Alcântara era assim a gente dizia que não queria sair de nossas terras, mas, até então, não sabíamos dizer o porquê, a gente não podia sair. Quando chegou em 1999, houve um grande seminário em Alcântara, Sindicato, igreja, FETAEMA, SMDH, muita autoridades apareceram, e a partir daquele seminário houve a necessidade de criar uma outra entidade para dar continuidade na luta, ai se decidiu criar o Movimento dos Atingi-

Coleção Narrativas Quilombolas

leonardo series.indd 65

65



dos pela Base, entidade que eu faço parte. Logo após vieram as oficinas da Convenção 169. A OIT é de 1919 e a Convenção data de 1988, mas o Brasil só foi ratificar em 2003. Olha o prejuízo para os nossos direitos, e ainda tem o artigo 68 que garante o título do território para os quilombolas. Veja a palavra território, porque nós não queremos apenas terra, porque corremos o risco de nossa área ficar restrita apenas ao nosso local de moradia, por isso reivindicamos o território que uma área mais ampla. Quer dizer, depois do seminário de 1999 e das oficinas da Convenção 169, eu comecei a aprender um pouco mais sobre os nossos direitos, a companheira Dorinete e o Danilo, tendo conhecimento dos nossos direitos e do que está na lei, nós começamos a enfrentar o governo e a base. Quando eles reuniam com a gente nós levávamos esses documentos e dizíamos: nós não vamos sair da nossa terra, porque nós estamos garantidos pela Constituição Federal que nos dá o direito de permanecer nas nossa terras e nós não vamos sair! E estamos também garantidos pela Convenção 169 que o governo Lula mandou ratificar que nos garante o direito de ficar nessas terras que vivemos, trabalhamos de maneira tradicional. Tudo que a gente faz é tradicional, a cultura, tanto faz a pesca, a roça, tudo é cultura e é tradicional. A Convenção 169 é um tratado internacional e todo pais que compõe um tratado internacional é obrigado a respeitar sob pena de sofrer sanções internacionais também. Então, nós em Alcântara não saímos por quê? Porque conhecemos nossos direitos, temos coragem de enfrentar o governo e dizemos que não vamos sair porque estamos garantidos pela Constituição Federal e pela Convenção 169.

Porque recurso federal, se ele não souber como ele vai aplicar o recurso federal, ele está só procurando duas coisas: uma forca pro pescoço ou então a chave da cadeia pra ele.





# PARTE IV Sobre as Entrevistas

Nesse tópico transcrevemos as entrevistas do seu Leonardo dos Anjos concedidas aos pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) que acompanham a situação de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, desde, pelo menos, o ano de 1995. Ressaltamos que tais pesquisadores estiveram em diferentes momentos acompanhando as pesquisas de realização do laudo antropológico, construção dos fascículos nº 10 "Quilombolas Atingidos pela Base Espacial" e nº 25 (ANEXO 3)"Luta dos quilombolas pelo título definitivo", bem como tem prestado assessoria voluntária, organizado eventos e seminários para discutir os direitos quilombolas, ministrado cursos de legislação e acompanhado integrantes do MABE em audiências públicas realizadas em Brasília.

Os pesquisadores têm acompanhado detidamente a luta dos quilombolas pelo reconhecimento do território étnico, assim como discutido em oficinas e cursos a forma de organização e de construção da associação que receberia a titulação das terras. A despeito de todos esses esforços o território não foi desapropriado como quilombo, apesar da certidão ter sido emitida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2004. Essa interação constante dos pesquisadores com os agentes sociais levou a vínculos profundos e, inclusive, a produção de um conhecimento acadêmico sobre a temática sistematizado em teses, dissertações e livros.

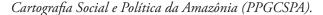
Dos pesquisadores que realizaram as entrevistas para esse livro três são quilombolas de Alcântara e integrantes do MABE, dentre eles Davi Pereira Júnior, quilombola de Itamatatiua, doutorando no Texas e organizador do presente livro; Dorinete Serejo, militante do MABE e liderança de Canelatiua, comunidade referida à conhecida terra da pobreza e Danilo Conceição Serejo, advogado, quilombola de Canelatiua e mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia pela UEMA. As entrevistas foram realizadas ainda por Patrícia Portela Nunes e Cynthia Carvalho Martins, pesquisadoras e professoras do Programa de Pós em

Coleção Narrativas Quilombolas

67

07/03/16 10:54





As relações sociais estabelecidas entre os pesquisadores e o entrevistado fundamentam-se em uma confiança mútua que conferem fluidez às narrativas e se constituem em uma oportunidade do senhor Leonardo problematizar sua própria posição, a relação com o MABE e a dificuldade do poder público em reconhecer os direitos reconhecidos pelo Estado brasileiro aos quilombolas.

As entrevistas foram realizadas em diferentes situações e localidades, as primeiras na sala do Grupo de Estudos Socioeconômico da Amazônia (GESEA), na UEMA, e as demais em Alcântara, na casa do senhor Leonardo dos Anjos, na comunidade de Brito, e em outras situações em trabalho de campo ou na própria cidade de Alcântara.

As perguntas são breves e as respostas longas expressando a familiaridade da relação estabelecida e o fato de que, para seu Leonardo dos Anjos, falar sobre essas situações significa exercitar e elaborar um saber prático e construir com mais propriedade seus argumentos.

As entrevistas gravadas e transcritas são oportunidades de sistematizar um conhecimento que, de alguma maneira, já é sabido pelos próprios pesquisadores, considerando que tem acompanhado e se envolvido com essas situações e problemáticas a partir de seus pertencimentos. Diferem das entrevistas meramente acadêmicas na medida que se constituem em momentos de publicização de temáticas eleitas pelos quilombolas. Elas não são ilustrativas de teses e argumentos externos e nem compõe argumentos teóricos de caráter abstrado.

ENTREVISTA 1 problema que nós estamos tendo com a Aeronáutica é desde do início da implantação desse projeto e a gente vem lutando, sempre dizendo que a gente não aceita sair daqui.

Local: Comunidade Brito - Alcântara Data: 23.01. 2008

Davi: O povoado sobrevive basicamente de que?

Leonardo: roça e pesca.

68 Coleção Narrativas Quilombolas

Davi: Essa roça e essa pesca é só para sobrevivência ou para venda também?

Leonardo: rapaz a gente vende também a pesca! A roça também a gente vende tudo, é para subsistência da família e a venda é para complementação da renda.

Davi: O que se planta na roça aqui?

Leonardo: Aqui a gente planta uma porção de coisa: mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, mamona, quiabo, maxixe, vinagreira; o arroz, tudo isso planta na roça

Davi: Qual o tipo de peixe é mais comum aqui?

Leonardo: Senhor se a gente for dizer as qualidades de peixe que tem aqui, ai você vai escrever um jornal todinho.

Davi: É muito?

Leonardo: é muito quer dizer os peixes de primeira qualidade que a gente sabe é a pescada, peixe pedra, camurim, tainha e fora as outras qualidades de terceira que a gente não vai dizer; marisco isso aí nem se fala tem uma quantidade de marisco.

Davi: tem manguezal?

Leonardo: Tem bem encostado de minha casa é manguezal são quarenta metros aqui para o fundo, bem ali assim já é manguezal.

Davi: E no mangue você pega o caranguejo?

Sr. Leonardo: o caranguejo, o maracuanim, o aratu, siri surrur tudo isso.

Davi: E no igarapé?

Leonardo: É bem aí a cabeceira do igarapé passa bem encostadinho.

Davi: É o igarapé do Brito?

Leonardo: não! É o igarapezinho aqui do porto. O igarapé grande vai fazer cabeceira lá em cima.

Davi: Aqui é o igarazipezinho?

Leonardo: É, aqui é o igarapezinho, onde a gente chama de porto que a gente atraca com as canoas bem pertinho no final do povoado ali é bem pertinho. Assim já ele vem subindo abeirando aqui, passa na cabeceira onde tem aquelas pedras que vocês atravessaram. Bem no começo desse baixo é a cabeceira dele.

Davi: Tem rio aqui?

Leonardo: não! Tem riacho no período de inverno, quando chega o verão secam.

Davi: Palmeira de babaçu, o babaçu vocês utilizam?

Leonardo: Utilizamos.

Davi: Para quê?

Sr. Leonardo: Para tirar o azeite.

Davi: Só o azeite ou aproveita as palhas?

Leonardo: As palhas pra cobrir casa, cofo, measaba.

Davi: Tem baixa aqui?

Leonardo: Tem aquela baixa, que não é aquela encharcada todo tempo, quando chega o verão seca.

Davi: Tem juçara, buriti, o pessoal faz colheita?

Leonardo: Tem, a gente usa pra alimentação o buriti e a juçara.

Davi: Faz fronteira com quem aqui?

Leonardo: Aqui a gente faz fronteira com Baracatatiua, ao sul, e Itapera, Canelatiua, ao oeste. Quer dizer que Itapera fica junto com a gente e ao norte fica o litoral.

Davi: Vocês usam toda essa costa pra pesca?

Leonardo: toda essa costa, daqui até Itapera, de Itapera até Canelatiua e aí atravessa para outra banda, para ali pro outro lado e vai até certa parte do igarapé da praia do Baracatatiua pra lá.

Davi: E a área de pôr roça fica em qual lugar?

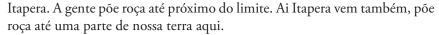
Leonardo: A área de fazer roça aqui é os lados aqui do nosso terreno. Aí a gente põe roça aqui ao redor do povoado. Aí de acordo com o ano a gente vai estendendo, vai seguindo para frente vai, vai, esse mato que vai ficando pra atrás vai se recuperando. Aí ao longo de cinco anos, seis anos, sete anos, de acordo com o desenvolvimento do mato, aí volta a roça de novo.

Davi: O limite de roça?

Leonardo: O limite?

Davi: É, os povoados vocês põe roça até o limite com Itapera?

Leonardo: até o limite com Itapera pois é, a nossa área aqui faz limite com



Davi: Isso acontece do lado de Baracatatiua também?

Leonardo: Não, porque do lado de Baracatatiua tem igarapé.

Davi: Vocês botam roça até perto do igarapé?

Leonardo: Não próximo do igarapé do Brito. Já Baracatatiua bota do outro lado de onde ele está. Baracatatiua faz limite é com Mamuna.

Davi: O pessoal lá de Itapera falou que eles têm centro, vocês também usam centro?

Leonardo: usa. Aí, cada um roça para um lado é o que a gente chama de centro, roça pro caminho de Itapera, roça lá pro caminho da Mamuna. Aí, já tem um pessoal que roça para onde chama Siribóia, beirando aqui o igarapé.

Davi: E aqui vocês já tiveram problemas com a Aeronáutica, já tentaram deslocar, esse tipo de coisa?

Leonardo: O problema que nós estamos tendo com a Aeronáutica é desde do início da implantação desse projeto e a gente vem lutando, sempre dizendo que a gente não aceita sair daqui. Nos últimos três anos o governo criou esse outro projeto chamado de Centro de Lançamento da Alcântara, porque o outro é Centro Espacial e com essa questão da expansão da Base, que eu não considero expansão da Base. Eu considero aluguel ou ceder o território de Alcântara para construir outras bases. Isso que eu considero, eu não considero expansão daquela Base porque se eles estivessem expandindo eles estavam construindo a outra no mesmo terreno da Base. Não, lá é intocável, segundo eles dizem, é intocável. Então eles não estão expandindo a Base eles estão criando outro Centro, tanto é que já estão em Mamuna e Baracatatiua. Isso vai causar um problema muito sério pra nós. Eles já vieram aqui essa semana, está com quinze dias, hoje está fazendo quinze dias que eles vieram aqui e nós tivemos de pôr eles daqui pra fora.

Davi: Quem foi que veio?

Leonardo: Já nem me lembro o nome dele, eu não anotei essa hora que eu estava lá. Aí quando foi ontem eu já ouvi dizer que já tinha um pessoal numa lanchinha voadeira percorrendo ali o igarapé. Foi ontem mesmo que veio Zé Raimundo vinha vindo pra cá que estavam percorrendo o igarapé, digo: é, vocês estão percorrendo igarapé na lancha deles? Se eles vieram pelo



Baracatatiua, mas só que eles não vão atravessar para cá, se atravessa para cá nós vamos de novo. Eu já avisei para eles não entrarem mais aqui sem a nossa permissão porque se entrar aqui sem a nossa permissão nós estamos aqui de mãos dadas para enfrentar a luta. Nós vamos lutar e se teimarem e começarem a passar para cá nós vamos pegar o carro prender o cara, sequestrar, fazer o que for necessário para o governo ver logo que nós não estamos aceitando, está entendendo! Porque bem aqui em Alcântara, aqui no lugar chamado Carrapicho, está imprensado entre três comunidades grandes, pelo menos que eu sei uma é grande Raimundo Sul. Croa é o outro. Eu não estou lembrado qual é, Lisboa! Três povoados e Carrapicho está imprensado lá, quer dizer bem aqui em Alcântara no sul do município, se o governo entregar toda a nossa área do litoral e está aqui o conflito, bem aqui no sul do município, talvez a prefeita nem sabe disso que essas coisas ela não se interessa saber mesmo, então nós estamos com esse problema sério. Nós enfrentamos eles, dissemos para eles não virem mais, tanto é que ele tirou o marco, que ele botou no pé do poste ali, às presas e não voltou mais até agora. Disse que eles estão no igarapé. Só que em Baracatatiua e Mamuna eles já estão desde que eles vieram com aquela conversa bonita de trazer energia e poço artesiano. Aí os cabras ficam dizendo que eles não aceitaram. Como eles não aceitaram se eles estão trabalhando pro cidadão? Eles não aceitaram? Aceitaram sim agora depois aquelas mesmas conversas que os caras lá das agrovilas dizem. Nunca foram orientados, só estão lá porque não foram orientados. É mentira, eu continuo dizendo que é mentira, está aqui mais um exemplo, nós passamos o ano de 2006, fizemos aquelas reuniões aqui nos povoados, o MABE junto com a igreja e as comunidades quase o ano todo, em Brito, Baracatatiua, Mamuna, Itapera Canelatiua e Santa Maria. Só não fizemos uma reunião final pra fazer avaliação no fim ano, no fim do mês, que me lembrou: rapaz nós não fizemos uma reunião de avaliação do movimento. Aí deu uma paradazinha, ficou decidido que a hora que chegasse qualquer pessoa num desses povoados a gente de imediato tinha que comunicar os outros povoados pra nós fazermos aquilo que nós fizemos aqui no Brito com esses cidadãos que vieram, não aceitaram. Chegou dona Laura lá no Mamuna conversou com Cipriano, Cipriano achou que era conhecido dela de longas datas, viu ela em uma reunião na igreja lá em Alcântara. Não sei se você estava nessa lá, convidada pela prefeita e o pessoal da Agência Espacial Brasileira estavam nesse tempo perigoso pra querer fazer alguma coisa. Aí ele viu ela nessa reunião

72



viu naquela de Santa Maria, que foi anulada também, acho que umas duas, porque essa mulher não vive em Alcântara, não vive no Maranhão. Disse que ele conhece ela de longas datas que eu não vejo Cipriano pra lado nenhum, tu está entendendo? A mulher chegou fez a cabeça dele e aí ele achou que conhece de longas datas e achou que devia marcar uma reunião com ela. Dela com a comunidade, aí depois ele se lembrou de dizer pra ela que ele não podia decidir sozinho ele tinha que comunicar a liderança da comunidade. Ora, no momento que ela falou com ele devia dizer: \_ "então senhora eu não posso decidir nada nós vamos conversar com o presidente da associação e as lideranças da comunidade". Não era decidir que ela viesse pra reunião, mas tudo bem. Ele disse logo para eles combinarem com a comunidade e ela marcou a data, que foi no dia dez. No dia dez nós fomos pra lá, só que no dia dez ela foi, isso devia ser no comecinho do mês e quando foi no meio da semana ela já mandou uma equipe pra vim fazer sondagem. Chegou lá umas oito horas da noite chegou lá um pessoal lá no carro cheio de gente pra trabalhar por ordem da Laura e começaram tocar o serviço quer dizer, a comunidade não teve aquele peso aquela vontade de dizer que não aceitava nenhum tipo de pesquisa que eles iam fazer a quinze quilômetros de lá. Mas vai ver quinze quilômetros pra dona Fátima ela está pensando que é daqui no Rio de Janeiro ou em São Paulo quinze quilômetros. Só que nego que não sabe quilometragem vai entender quinze quilômetros está muito distante daqui. Com uma semana já veio foi outra turma pra fiscalizar, dizendo que era turista. E essa turma veio, dizem, eu ainda não vi lá, mas que estão com trator e já fizeram uma estrada daí da estrada de Mamuna até lá perto da Santa Helena. Mas a deles de Baracatatiua eles ainda não ajeitaram ainda, está entendo como são as coisas? Ai o que acontece? A informação que nós temos, que foi o Danilo que nos passou essa informação, que já foi lá passaram dentro da roça do trabalhador e a outra roça eles arrodearam pela beirada pra não passar por dentro.

Davi: A estrada?

Leonardo: A estrada, uma passou por dentro da roça do trabalhador, segundo a informação que a gente tem. Eu não tenho certeza porque eu ainda não fui lá. Então eles aceitaram, eles querem está entendendo, estavam fazendo um mapeamento pra detectar aonde está o juçaral, onde tem o palmeiral, onde tem a roça, onde se bota a roça. O professor Biné falou pra gente que esse mapa não mostra só mostra o pinguinho de onde é a comunidade, mas

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

07/03/16 10:54

como eu disse pra ele quem vai acreditar que é isso mesmo. Quem é que vai acreditar que é isso mesmo que você está fazendo? A gente só sabe que todas as histórias que vocês vêm aqui só vem é pra nos iludir. Então o certo é que nós não aceitamos, o caboco saiu daqui tremendo que ele viu o pessoal aqui todinho, ele foi passando pra praia e eu saí atrás dele sozinho e disse pra turma: *vocês* me esperam aqui porque se demorar muito e eles passarem aqui vão atrás de mim porque eles podem ter me quebrado ai na praia, eles estão dois e eu estou sozinho. Ai cheguei na praia tinha três canoas, eu cheguei gritei pra eles e disse: \_ olha vocês se preparem que nós vamos enfrentar esses caboclos que passou pra cá. Aí um disse: "rapaz nós vamos, já fomos embora". Eles estavam lá no farol, lá vem o cara lá com aparelho, lá o outro estava aqui mais pra cá pro fim da barreira. Aí eu cheguei lá falei com ele, comecei a conversar com ele, aí ele foi explicar que era serviço, continuando esse serviço da Base. Até porque aqui o Brito parece que não estava no projeto. Você veio pra cá fazer o que? Se Brito nem está no projeto, fazer o que aqui? Olha eu vou lhe dizer uma coisa aqui nós não aceitamos a partir do momento que nós estamos nessa luta, não aceitamos nenhum tipo de pesquisa, nós não aceitamos, a nossa comunidade já tomou essa decisão há tempo, nós não aceitamos. E primeiro você não podia passar com seu carro nessa estrada daqui do povoado pra praia sem nossa permissão, porque essa estrada aqui não é serviço do governo. Essa estrada aqui é serviço da comunidade, portanto você não podia passar e você agora pra sair daqui com esse carro, você podia pagar uma taxa pra comunidade, por que eles estão lá esperando pra isso agora, e pra sua sorte por isso que eu vim eu sozinho. Quando eu disse que eu vinha sozinho, olhei pra ponta já ia o grupo. Eles vieram pra cá porque com certeza eles viram eu vim sozinho. A cidade está violenta por causa do êxodo rural, os trabalhadores rurais que foram pra a cidade e hoje está a violência do jeito que está, por que são pobres, são não sei o quê, um monte de coisa, e nós vamos sair daqui pra ir pra lá fazer o quê em São Luís. Não tem mais espaço nas periferias porque o governo não deixa mais fazer palafitas. Está encontrando dificuldade pra fazer uma melhoria naquela Liberdade<sup>14</sup> porque muitos não querem sair dali. Claro porque morram ali na beira do igarapé que tira seu sustento dali pra ir lá pro meio dos matos onde eu tenho um filho, terreno bom, bonito, mas muitas vezes eu ligo pra ele e ele não tem o dinheiro pra vir aqui na Liberdade, onde eu estou, porque o cara que recebe

<sup>14</sup> Liberdade é um bairro de São Luís que reuniu muitas famílias das comunidades rurais de Alcântara. (Nota dos Editores).



por mês, quando chega o fim do mês é só pra pagar conta. O cara vai se embora pra lá vai viver de que no meio daqueles matos? Então o governo está encontrando dificuldade pra fazer aquele trabalho ali, muitos não querem porque não tem espaço, porque quem está do lado do igarapé tem que ficar do outro lado por causa da avenida. Então nós vamos sair daqui de uma terra dessa pra ir pra onde? Alcântara, porque pra aquela outra região não tem, que estou acabando de dizer. Aqui tem conflito bem ali, fora os outros que a gente ainda não está sabendo que tem, que a gente sabe muito bem, então nós não vamos abrir mão daqui desse território. Eu disse o de Baracatatiua eles podem continuar, porque se não houver uma intervenção como eu falei pro procurador háa uns quinze dias atrás que ele desse uma esperança pra gente porque a gente fica nessa luta, nessa luta. Aí quando foi no dia primeiro no Baracatatiua, no dia primeiro de dezembro, Vitor me procurou se nós tínhamos como barrar esse trabalho deles. Eu disse: vai depender da nossa luta que até onde eu sei vai depender de nós, se nós abrir mão como vocês estão fazendo, você está dizendo que vai querer negociar com a Base, está entendendo? Aí vai ficar difícil pra nós porque como é que a justiça vai se impor se nós estamos abrindo mão do nosso direito? Se nós temos o direito garantido pela constituição federal, pela convenção 169 e nós temos o direito garantido. O próprio governo mandou um documento pra nós dizendo que a terra é nossa de fato e de direito isso no dia 21 de dezembro de 2005, naquele seminário que teve lá no Mangueirão. Aí nós entregamos o território, o quê que a justiça vai dizer? Que nós estamos aceitando. Então a resistência é nossa, eles acham que ovo não briga com pedra, se você se considera filho de galinha, mas eu não sou filho de galinha, ovo é filho de pinto. Agora eu não me considero ovo, eu não sou filho de galinha, então a resistência tem que ser é nossa. A mesma coisa o procurador falou pra mim, quando nós estivemos na reunião lá na universidade ele disse, ai eu procurei pra ele e depois ele disse que queria falar comigo. Só se o governo acabar logo com nós, mas vai ficar alguém pra anunciar pro mundo inteiro o que o governo brasileiro fez conosco.



COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

07/03/16 10:54

## **ENTREVISTA 2**

"Nós lutamos dentro dos nossos direitos, nós vamos conseguir ganhar"

Data: julho de 2013

Local: sala do GESEA.

Leonardo: Entraram em acordo, aí quando foi no dia que eles chegaram no Brito, aí quando eu cheguei do seminário, eu disse pra eles que nós não ia mais se reunir com eles, não ia ter mais negociação com eles, nós não ia mais se mudar. Eu chamei a comunidade lá e repassei para eles, tudo bem, então ficou de acordo, quando eles iam para essa reunião nós não se reunimos com eles, só ia mesmo pra dizer que não ia mais ter reunião com eles. Aí quando foi nesse dia eles chegaram lá umas 11 horas do dia, lá no Brito, nesse tempo, a lagoa enchia todo tempo né, a lagoa estava cheia já. Aí quando escutei a zoada do carro, eu ia almoçar, pensei: *lá vem o pessoal apurrinhar uma hora* dessa, na hora do meu almoço. Comecei a almoçar, aí demorei a chegar aí um deles passou lá na porta. Aí eu levantei, lavei a mão e lá na beira da porta assim, lá daquelas mangueiras, que tem uma bancadazinha lá na porta, aí só veio o companheiro lá que eles lá na casa de forno, mexendo com farinha lá na entrada, o companheiro que morava lá ao pegado, o nome dele é Zé Maçal, aí chamavam de Zé. Só Zé que veio, os outros não vieram mais ninguém, aí ele chegou, senhor nós vamos, eles estavam sentado com os outros lá na porta, lá na bancada, aí eles foram chamar, aí nós fomos para lá, aí, eu cheguei e disse: olha, eu vou lhe dizer uma coisa, não vai haver reunião, porque primeiro, nós tomamos uma decisão que nós não vamos mais se reunir com vocês, a partir de hoje, não tem mais reunião com vocês, não tem mais negociação, nós não vamos mais nos transferir daqui. Ele disse: "Não, você não pode, que tá tudo certo".Eu digo: não, estava tudo certo, combinado, mas a partir de hoje, não tem mais essa negociação, não tem mais esse negócio de transferência. Ele: "senhor, por que?" Eu disse: Não, não tem, eu já lhe disse. Aí, só que ele não deixava eu contar porquê, eu queria falar, eles não deixavam. Eu disse: é o seguinte, eu vou lhe dar cinco minutos pra você falar, dizer tudo de bom que você está dizendo aí que vai ter e depois eu vou falar. E o outro, eu não sei quem deles estava conversando com Zé, estava em pé na mangueira assim, aí ele conversou, conversou, quando eu vi que deu 5 minutos, eu disse: agora eu vou falar, você vai me ouvir. Aí quando eu comecei a falar, eu disse: bom, se você continuar falando, nós não vamos mais conversar também, porque você quer só falar não quer ouvir, eu não posso lhe ouvir sem falar, porque aí nós não vamos resolver nada.



Aí não sei o que Zé disse lá pro homem lá e disse: "rapaz vamos é embora que esses caboclos tão começando a ficar é brabo. [risos] aí eles se arrumaram foram embora. Quer dizer, até ali, eles estavam começando a nos vencer no cansaço, mas porque que eles estavam nos vencendo, porque nós não conhecíamos os nossos direitos, a partir daquele dia, daquele seminário e logo depois veio as oficinas da Convenção 169, aí pronto. A gente passou a ter coragem de dizer por que nós não queríamos sair, tá entendendo? Quer dizer, nós até ali, nós estávamos cedendo, porque nós não tínhamos mais argumento pra eles, nós estávamos fazendo igualzinho eles fizeram com Anselmo lá de Peptal. Anselmo do Peptal, todo mundo saiu, ele ficou, não assinava, não assinava, aí a assistente social, que era a Laura com a Paula, arranjaram uma amizade com a esposa dele, e Anselmo às vezes não gostava. Mas como ele era evangélico, não queria mostrar ignorância, era obrigado a aceitar as conversas porque e, foram indo e foram embaixo, o quê que aconteceu, até venceram Anselmo no cansaço para desistir de não assinar. A última ideia que Anselmo inventou pra dizer que não saía, porque chegaram lá, passaram na porta dele, Anselmo, diziam que ele não perdia um sono de meio dia, né, chegava do centro<sup>15</sup> tomava um banho, almoçava e ia dormir. Aí chamaram lá ele, pra ele ir para uma reunião depressa, e Anselmo se levantou, chegou lá, nem entrou, só colocou o pé no batente e mandou o coronel falar o quê que ele queria, ele disse: "não seu Anselmo, nós viemos aqui pro senhor assinar o documento pra receber sua indenização, pra desapropriação." Ele disse: "coronel, só pra isso que você mandou me chamar foi? Só pra isso? Até logo e boa tarde que eu já estou indo embora, não vou assinar coisa nenhuma, que eu não vou sair da minha casa" O coronel: "Não senhor, o senhor não quer ver o lugar de lançar o foguete". Anselmo disse: "vocês é que querem lançar o foguete de vocês, vocês querem fazer uma coisa que pra gente não está dando certo. Já tô indo, até logo".

As mulheres voltaram, quando voltaram encostaram na casa de Anselmo: "seu Anselmo o que é que está acontecendo?" Aí ele olhou e não teve o que dizer pra elas por que não queria assinar, ele olhou e disse: Olha esse levantamento de vocês está errado, está faltando aquele pé de cajazeiro, aquele pé de Tanja" e não sei o quê mais, três pé de árvore, ele disse: "E o dinheiro dele estava dando 18.000, na época". Aí elas: "só isso, seu Anselmo?". Foram embora, ele disse que não passou dois dias, lá vem as mulheres: "seu Anselmo o seu dinhei-

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

07/03/16 10:54



<sup>15</sup> Designação usual para referir-se às áreas de plantio, também designadas roças, em distinção aos designados sítios, locais de residência (Notas dos Editores).



ro já tá dando 20.000". Aí Anselmo não teve o que dizer que faltava outro pé de planta, aí ele assinou, pegou o dinheiro dele, veio embora, comprou uma casa em São Luís e o resto colocou na poupança, foi viver até no dia que morreu. Eles venceram ele no cansaço. Assim estava sendo nós, mas nós fizemos aquilo, porque nós não tínhamos conhecimento dos nossos direitos, mas a partir que começamos a participar das oficinas da Convenção 169 e com a decisão do seminário que era pra nós não aceitar o deslocamento, aí pronto. Aí nós tivemos a coragem de dizer não, mas não era, quer dizer, eu! Que os outros companheiros, não tinha essa coragem de dizer e até hoje não tem! Hoje pode até dizer que tenha um que diga que não vai sair porque a Convenção 169 garante, mas não tem muito argumento. Mas eu passei a ter essa coragem de dizer pra qualquer um, tanto é que teve uma reunião logo depois disso lá no Brito, que eles foram lá nesse dia estava muito cheia a lagoa, eles foram parece que uns cinco carro, eu sei que foram cinco carros nesse dia lá, só do Ministério tinha umas três toyotonas, passava com a água quase no meio da porta, mas foi o pessoal todinho pra reunião nesse dia que veio muita gente de fora também. Aí foi o coronel, estava o coronel, eu fiquei bem do lado do coronel e não estava observando que era ele, aí quando foi na hora de falar, desci o cassete. Aí depois que eu olhei aqui assim, o coronel bem aqui do lado de mim sacudiu a cabeça afirmando, eu já falei o que tinha de falar, agora não posso voltar atrás e nós não vamos sair mesmo é por isso, por isso, e por isso e pronto. Quer dizer que a partir dali nós tivemos a coragem, pode até ser que ainda venha um outro coronel chegar lá e fazer eu não ter coragem de dizer pra ele por que não vamos sair, porque esse que estava que eu nem me lembro mais o nome dele, eu perdi o medo de dizer perto dele, o coronel, se for preciso qualquer hora pra gente debater nós vamos conversar, ele já sabe que eu não tenho o vexame de dizer pra ele o necessário, mas foi porque nós passamos a reconhecer os nosso direito, nós passamos a ter certeza que nós estamos reivindicando uma coisa que é de fato e de direito de nós reivindicar e dizer por que nós não vamos sair e antes disso, não, a gente não tinha essa certeza, por isso é que eu digo que essas comunidades que a gente passa por aí, que às vezes as pessoas estão se reclamando e as coisas vem acontecendo com mais facilidade, porque eles não tem realmente o conhecimento dos direitos deles pra lutarem por aquilo que a gente está reivindicando, como eu falei lá na Indonésia, quer dizer os cara vão lutar, os índios vão lutar por uma coisa, se eles não conhecem a Constituição do país



dele? Não vai ter força de lutar contra o governo, você não tem argumento pra isso. A mesma coisa somos nós, nós hoje lá em Alcântara, eu posso dizer assim, nós tivemos esse êxito que se nós não tivéssemos tido muita coragem, todo apoio das entidades que tem nos ajudado muito, né? Que não foi só a nossa força também, foi as entidades que nos apoia, porque graças a Deus, nós tivemos o apoio de muita gente, de muita entidade nessa luta e, tanto é que na época da Mamuna, o doutor Alexandre mandou a assessora lá na comunidade, vê mesmo de perto filmar tudo, gravar tudo para poder ter argumento, como ele disse, porque ele não pode ter argumento pra dizer pro governo, se nós da comunidade não nos manifestar, quer dizer, por que que hoje a **titulação** talvez esteja parado, porque nós paramos mais de se manifestar e reivindicar, pensando que o governo publicou? Não ia publicar assim de graça, porque atrás disso aí tem um interesse muito grande dos grandes fazendeiros, dos latifundiários que não querem perder terra pra nós, para os quilombolas, então o governo não vai fazer, por mais que o governo queira e eu tenho dito que eu acho que isso vai ser muito difícil **titulação**, assim, de grande tamanho de território pra quilombola, porque o grande entrave que tem pro governo, hoje, é brigar com esses fazendeiros.

Assistiu a reportagem ontem da retirada do pessoal das terras dos índios? Awa Guajá? Tem uma fazendeira que queria se tocar fogo pra não sair da terra, ia se banhar de gasolina e tocar fogo, foi preciso a polícia, deixar ela se descuidar pra prenderem ela.

Então o governo, às vezes quer tirar e lá não, lá a nossa luta lá, como a gente já sabe é com o governo mesmo, mas mesmo assim, a gente só tem a força pra lutar se conhecer os nossos direitos, se está garantido na Constituição Federal, aí você tem o conhecimento, está garantido na convenção 169, aí sim você tem direito de lutar, se tiver coragem e vontade, agora se não tiver coragem e vontade aí qualquer luta se enfraquece.

Davi: Seu Leonardo, alguém no Brito chegou a receber aquela indenização que foi dada em alguns lugares, porque em Mamuna a gente encontra algumas pessoas que receberam.

Leonardo: Não, do Brito a maioria recebeu, aliás, o último que faltava receber o dinheiro da terra é só um primo meu, que eu ouvi falar que ele ia receber esse período agora, é uma parte que tem que são 168 hectares que é Mamuninha, que está lá em um litígio, que o pessoal da ponte do São Fran-

leonardo series.indd 79

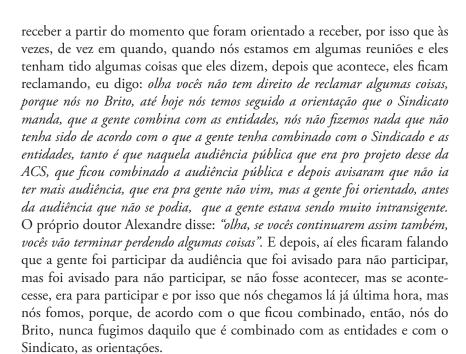
07/03/16 10:54



cisco, que é um pedacinho que fica do outro lado igarapé que faz divisa com Santa Maria e Brito, aí o velho lá vivia sempre brigando com o dono lá do Brito, não pode vencer ele na briga, que eles vieram muitas vezes na polícia aqui em Alcântara. Então como ele não pode vencer ele, ele passou o pedaço de terra pro filho dele que ele dizia que era Capeta, então ele passou pro filho, pro filho brigar com outro, com o velho Manoel lá do Brito, porque ele viu que não dava conta , não venceu de brigar com o velho. Então esse velho, esse cidadão, depois ele morreu, aí os filhos venderam para um cidadão daqui de São Luís chamado Hilton Paiva e aí ele colocou um capanga pra vigiar lá. Então essa terra ficou em litígio, aí o Hildo comprou mais um quinhão de um morador lá do Brito, aliás comprou não, eles fizeram lá um negócio meio enrolado, que ele queria enganar o rapaz, o rapaz era muito esperto, pegou o dinheiro na mão dele parece que não assinou o documento e aí foi uma enrolada deles dois, [risos] só pra eles mesmos, que o irmão dele ainda disse: "tu é muito burro, perdeu para um caboclo do mato!". Ele deu um dinheiro na época e na hora de assinar o documento, como o rapaz viu que o dinheiro que ele deu não compensava o valor da terra, e aí quando ele correu atrás dele para assinar o documento, ele não quis assinar, eu não sei o resultado, acho que morreram e não assinaram. Então, essa terra está em litígio também, mas o resto, todo mundo já recebeu e os posseiros, eu acho que todo mundo já recebeu, quem tinha, porque muitos não tiveram, não foi feito o levantamento, que moravam com os pais, estavam novo ainda, não tinham família, quem não tinha família, não recebeu nada, só os que tinha família.

Mas também foi assim, o pessoal do Brito só passou a receber quando o Sindicato orientou que recebesse, porque assim, no início o Sindicato, quem trabalhou nessa luta foi o advogado Domingos Dutra e a orientação era que não se recebesse, que a indenização era muito baixa, era muito irrisória, mas só que aquele pessoal da região de Raimundo Sul, principalmente Oitiua, começaram a correr atrás pra vender, tanto é que foram um dos primeiros lugares que venderam, naquela região ali de Peroba, tudo venderam logo. E aí eles chegaram a conclusão, que Dutra lutou muito, gastava do próprio dinheiro do bolso dele pra ir pra Alcântara reivindicar os nossos direitos e, que às vezes o Sindicato não tinha dinheiro pra pagar a diária dele e os advogados que não fizeram nadinha, só recebendo. Então era bom que o pessoal também recebesse, que se não, terminava não tendo nada desse trabalho todo que ele teve, então por isso que o pessoal do Brito foram receber, só foram

80



Davi: Seu Leonardo, eu queria que você me falasse um pouco sobre o que o senhor contou daquela história do dia que vocês botaram aquele pessoal lá pra correr, aquele pessoal que chegou lá.

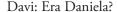
Leonardo: Da pesquisa?

Davi: sim.

Leonardo: Bem, porque foi assim, depois que o pessoal a ACS chegaram lá, foi tudo combinado e ai, se eu não me engano, foi uma reunião que nós tivemos lá no Sindicato, que essa reunião deu a maior confusão depois, que ficou combinado que não seria finalizado com uma reunião e sim como uma conversa verbal ali, pra que depois se juntasse o pessoal da ACS com o Sindicato, com o movimento, o MABE. Então, ficou combinado assim, não era uma reunião aquilo ali. Então, os pesquisadores chegaram para fazer as pesquisas deles de impacto ambiental. Ai, foi um grupo de antropólogos lá pro Brito, um grupo pro Mamuna, um grupo ficaram em Baracatatiua. E desse período, começou ir um pessoal foram para fazer essa pesquisa, passaram, foram até que ficaram em Brito, o Manoel e o outro era, eu esqueci o nome da menina. Eu não me lembro o nome dela agora.

Coleção Narrativas Quilombolas





Leonardo: Parece que era Daniela?! Será que era? Eu não lembro! Então, foi dividido esses dois grupos. Então, depois que acertaram e que ficaram lá, falaram muito pra gente, inclusive a irmã ficou até zangada comigo porque ela achava que eu estava apoiando eles. E ai eu disse: Eu vou tomar essa decisão aqui, ninguém mais entra pra fazer pesquisa se não primeiro conversar com a comunidade. E quando foi esse dia, nós estávamos lá em casa, aí passou esse caboclo foi botou um aparelho lá no pé do poste perto do primeiro da casa de Lucas. E saiu pra praia, quem é que estava com ele? Deixa eu ver, estava era ele, quem era a pessoa de Alcântara? Só sei que estava dois pra lá ou era três. Ai passou um carro lá na porta passou direto foi embora e esse tempo, carro ia até perto do sumidouro lá perto da porteira. Ai deixou o carro lá e foi embora para prainha, e ai eu pescando de canoa lá, minha pesca de linha na baixa, pegar peixe lá no igarapé, lá no porto, tinha um pessoal pescando de linha ai eu disse: rapaz esse carro foi pra onde? Pessoal: "ele foi ai pra praia, lá pra". Eu disse: O que esses caras...? Criança fico ai, eu vou já depressa ver o que esses caboclos vão fazer. Não vai ninguém, vai eu sozinho pra depois não dizer que nós estamos querendo atacar eles, não vai ninguém, vai eu sozinho. E olha que ideia a minha rapaz! Ta bom, ai eu fui embora só que o pessoal, depois que eu sai, o pessoal saiu todinho atrás de mim né! um bocado! Ai eu fui, cheguei lá, fui lá onde ele. Cheguei, ai eu passei por Pelado que estava pescando de linha ai eu disse Pelado tu não viu se passou dois caboclos, passou dois caboclos? Pelado disse: "eles estão pra ai, pro rumo do farol, passaram ai de trás do mato, estão pra ai". Eu disse: é? Pelado: é! Ai quando eu vi, eles estavam lá no farol mesmo. Estavam lá com um aparelho lá, com um negócio assim lá. Aí, eu disse: assim, Ei rapaz. Eu cheguei falei com eles, falei com eles. Procurei pra eles com que ordem eles estavam fazendo aquele trabalho ali? Eles disseram: "ah, não sei o que, nós estamos fazendo esse trabalho aqui a serviço da ACS", não sei o que. Eu disse: Olha, eu vou dizer uma coisa aqui pra vocês, pode desarmar esses aparelhos aqui porque a partir de hoje ninguém pode entrar aqui na nossa área para fazer pesquisa nenhuma se não procurar primeiro o presidente da associação. Você passou direto lá na estrada e não procurou quem é o presidente da associação e a partir de hoje não entra ninguém aqui pra fazer pesquisa. Eles: "não!". Eu: não senhor! Pode desarmar que nós não vamos aceitar! Aí, ele quis argumentar, eu não me lembro bem o que, eu fui dizendo pra ele logo também, né?! Aí, ele não senhor não o que e tal. O outro foi logo lá desarmando as maquinas e ai eu nem sei lá o que foi que ele disse, ele só

queria que eu não fizesse nada para eles. Agora eu não sei se eu tinha levado o facão, o facão parece que eu tinha levado, não! Não, parece que eu tinha levado meu facão na mão! Ele disse que não queria que eu cortasse eles, que eu não cortasse ele. Ai eu disse, Não senhor isso aqui eu não trouxe pra agredir vocês, eu trouxe porque, claro, eu não podia vir pra cá com a mão... desarmado, sem nada na minha mão. Vocês eram dois, eu não sei se eram dois ou três homens, e eu vir pra cá sem nada na mão, mas não se preocupe quanto a isso, você pode ter certeza que não sou, eu não vou agredir vocês. Agora, a questão de trabalho, eu não posso fazer nada aqui.

Ai, eles deram com os olhos lá pra ponte, já vinha um grupo e eles: "agora pronto!" Juntou a maquininha assim: "E, não senhor tá bom, tá bom vamos *embora.*" E ai fomos embora e eu fui explicando para eles como, o que e tal ai eles diziam: "é senhor está bom!" Ai, chegamos lá no carro deles, ele queria que eu fosse logo no carro com eles. E eu: não senhor! E eles: "não senhor, vamos aqui, no carro aqui!" Eu: então tá bom! Ai depois que entrei no carro eu disse: eu sou muito doido mesmo eu ainda vou entrar no carro com esses homens e eles passarem direto comigo, não era?! (risos) mas eu já estou no carro, estou com meu facão aqui, eles também já estão me vendo aqui com o facão. E o povão vindo atrás da gente. Ai passamos direto pra casa de Lourdes. Chegando na casa de Lourdes pegou lá, o caboclo não pensou duas vezes, foi chegando e cavando lá no pé do poste e pegando o aparelho, botando no carro e foram embora. Ai chegaram em Alcântara, senhor isso foi um comentário lá em Alcântara. Foi um comentário que da outra vez que eles foram pelo Baracatatiua. Zezico de Baracatatiua era encarregado de atravessar eles. Ai, dessa outra vez, foi Arlindo que foi com eles viu Davi, tu sabe quem é Arlindo?

Davi: sei.

Leonardo: é irmão de Carlinhos. E ai, Manguita estava pescando lá no fundo do mar de linha e ai eu cheguei, de onde eu estava eles passaram, foram pra dentro do mato fazer medição pra lá, porque eles já vem com tudo ai no mapa, no GPS tudo, né?! já sabe pra onde eles vão ter que ir. Ai, foram pra dentro do mato. Ai eu cheguei e disse: rapaz eu vou na praia, vou atrás desses caboclos ver o que eles estão fazendo pra ai. Ai, cheguei lá no fundão, ai Buchudo veio, encostou a canoa e estava me dizendo que eles, senhor eu não sei pra onde eu estava que eu cheguei em casa e eles estava me dizendo que eles tinham passado com o carro. Eu disse: Ai eu não vi eles passarem. Ai, o rapaz: "eles estão pra ai pro rumo da Ponta. Eles já estiveram pra dentro do mato, foram

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

07/03/16 10:54

lá na praia e estão ai pra ponta". Ai eu disse: vou já pra lá. Ai, quando eu desci um pouquinho eles vinham perto da cachoeira. Ai, eu disse: Lá vem eles. Ai, tava Bucho, Maria e estava mais Pelado com outra turma. Ai, eles vieram chegando ai eu fiquei lá conversando mais eles, ai eles foram chegando ai eu fui, tratei o assunto lá pra eles ai eles: "Não, não sei o que, nós estávamos só revirando umas pedras não sei o que". E eles: "Nós estávamos só vendo ali uns negócios numas pedras". Eu disse: Pedra não senhor, vocês não estão cientes que aqui não se pode mais fazer pesquisa nenhuma aqui nesse lugar? Eles: Não nós estamos só pesquisando uns negócios numas pedras por ali e tal.

Ai, disse: rapaz me dá esse facão? Ai, eu disse: rapaz tu acha que eu sou doido dá meu fação e ficar desarmado perto de vocês e vocês um bocado de homens desse ai!? Ele digo: "Não senhor não fica com medo não, eu sei que se vocês vieram revidar, ai vocês estão sujeitos às consequências". É mais isso foi um comentário muito grande esse negócio de ter expulsados eles de lá. Também, de lá pra cá eles não formam mais fazer pesquisa. Mas o caboclo ficou com medo. Dizem que ele ficou com medo quando ele chegou que viu, principalmente quando ele olhou pra frente que viu aquele montão de gente, ele disse: pronto, estou morto. (risos) eu digo: Não senhor, nós não somos tão violentos assim. Eu faço, eu digo sempre pra eles: Olha, eu vou pra luta com vocês, mas eu não quero nenhuma violência na nossa luta porque se nós formos pra uma luta dessa e formos querer partir pra violência, nós vamos perder nossos direitos e ainda é arriscado sermos condenados, então, vamos procurar lutar dentro dos nossos direitos. Nós lutando dentro dos nossos direitos, nós vamos conseguir ganhar a luta e não vamos ser condenado. Ai, continuamos a luta, enfrentando a luta e eles nunca mais foram lá realizar pesquisa a não ser quando o outro grupo for querer fazer, alugar o outro pedaço aí eles vão ter que estar lá e fazer pesquisa.

Davi: Seu Leonardo, essa parte de o movimento ser atingido pela Base. O movimento em defesa de Alcântara, o Fórum, como que o senhor avalia hoje? Um pouco parado, um pouco mobilizado, como que o senhor avalia?

Leonardo: Olha, eu vejo assim, o movimento hoje, em si, o MABE continua ainda na luta. Está um pouco mais devagar, mas continua na luta. Agora, a questão do Fórum, o Fórum pra mim esse Fórum em defesa de Alcântara não funcionou mais. No início ele deu uma guinadasinha, mas depois ele não funcionou. Tanto é que, eu já não lembro se foi em 2010, o doutor Alexandre me ligou que queria uma mesa que participou eu, João da Mata do Mamuna, Maria José e Militina e Neta. E isso se não me engana, era no



mês de maio e ele queria no mais tardar fosse no mês, agora deixa eu tentar lembrar. Nós chegamos em 99, como é, em 2009. 2008 lá dos Estados Unidos, 2009 nós passamos quase praticamente parado. Quando foi no final de 2009 ele me ligou que queria que nós fizéssemos alguma coisa porque se não em 2010 ele não tinha nenhum argumento pra falar com o governo sobre essa luta e ele queria uma resposta, não só nossa, como das comunidades. Ai, eu cheguei, passei para o restante da comunidade, para o restante do grupo e nós passamos pro restante das entidades, para o Sindicato, pro MONTRA. Ai, que era pra dar essa resposta no mais tardar nos mês de junho pra ele. Então, achamos que devíamos se reunir com o grupo todo do Fórum em defesa de Alcântara. Ai, fomos pra uma reunião lá em Alcântara, no Fórum parece que fizemos duas reuniões e nenhuma dessas duas reuniões teve resultado positivo e resultado, se não me engano, até hoje nós não tivemos o relatório dessa última que foi feita. E de lá pra cá ficou, eu considero só o MABE e o Sindicato que estão sempre presente na luta. O MABE que meio disperso, está entendo, e só o MABE mesmo que ficou nessa luta, mas eu achei que ela ficou um pouco mais lá parada, mas a gente continua ainda firme, o grupo do movimento, ainda continua firme nessa luta. Eu vejo assim, que outra coisa positiva é nossa permanecia nessa luta ainda, do movimento.

Davi: O senhor poderia falar um pouco sobre os dois seminários do MABE, o de 99 e o de 2011?

Leonardo: o de 99 não foi pelo MABE não!

Davi: não foi não? Mas foi em 99 que ele surgiu, não foi?

Leonardo: o MABE. Se eu não estou enganado, o lá de Mangueiral que foi no dia 21 de dezembro já foi do MABE e o de setembro de 2011.

Davi: Mas nesse seminário de 99 não foi onde começou a se pensar o MABE?

Leonardo: Não, o de 99, no seminário de 99 surgiu a ideia de se criar um movimento para ajudar na luta contra Base porque o sindicato, naquele momento, estava atravessando por um momento difícil e ele só não tinha pernas para fazer essa caminhada, mas essa conversa surgiu no decorrer do seminário. No dia da plenária final, ficou discutido também que não haveria necessidade de se criar um outro movimento porque o sindicato já era a entidade representativa da categoria, então ficou parada até ali. Ai logo depois foi passando mais um ano, dois e houve a necessidade, a discussão de que

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

07/03/16 10:54



havia necessidade de se criar um movimento porque só o sindicato não tinha pernas. Primeiro, o sindicato estava atravessando um momento difícil não tinha como conseguir recursos pra fazer essa caminhada. Então, foi ai que surgiu a ideia de se criar o Movimento dos Atingidos pela Base. Ai, fizemos lá uma reunião, eu não estou lembrado assim a data, e daquela reunião saiu a, foi feita a discussão e ai saiu, foi escolhido a comissão organizadora, um grupo da coordenação e ali que nasceu o MABE, pra unir, lutar em defesa dos atingidos pela Base de Alcântara. E ai foi através desse seminário, mas o seminário (1999) não foi feito pelo MABE não, foi puxado pelo sindicato e, se não me engana, pela igreja ainda na época porque o MABE ainda não era, ainda não tinha nascido.

Davi: E o de 2011?

Leonardo: 2011 já foi, foi criado mais com a finalidade de discutir os dez anos de fundação do MABE e a luta no decorrer do movimento que também não caminhou corretamente porque assim, o porque ficou aquela história de o Fórum que estava incluído o CCN, os outros grupos, movimento, mas foi coordenado pelo, entre o Sindicato, o CCN e o MABE. Mas através do Sindicato e o CCN, o MABE ficou quase já como parceiro, um parceiro como foi do movimento do projeto do ano passado ( risos) tanto é que até hoje nós não tivemos o relatório final, não é Danilo?!

## **ENTREVISTA 3**

"Como é que a gente vai administrar uma usina que a gente não tem conhecimento, não tem costume?"

Data: 04 de outubro-2013

Local: Restaurante da Josefa, Alcântara.

Leonardo: A situação é complicada nessa Baixada por causa dos fazendeiros. Outro dia eu estava conversando com um caboclo, aquele da funerária e aí ele estava dizendo que o pessoal lá da Mamuna vai ter que sair das terras. Aí ele ficou brabo, aí eu fui explicar pra ele: não porque os grandes projetos que existem aqui vocês vão ter que sair, vem a Alemanha e mais não sei quem e vocês vão ter que sair, vocês não estão vendo que a ACS está aqui bem no igarapé de vocês, o próximo vai ser aqui.

86



Leonardo: Eu estou dizendo que eu estava aqui quinta-feira e Reginaldo, que é dono de uma funerária aqui, e estávamos conversando, esperando um pessoal que vinha receber dinheiro, aí ele estava dizendo que ele esteve na Mamuna, agora uns dias atrás, ele tava dizendo lá para um pessoal que eles vão ter que sair dali, pelo menos na ideia dele né, que vão ter que sair porque a Ucrânia está aí, já está fazendo a plataforma bem encostadinho do igarapé dele, já tão fazendo a construção, não sei quando termina ou se termina.

Patrícia - E a empresa que está fazendo a construção é da Ucrânia ou é brasileira?

Leonardo: Não, é brasileira. É um consórcio Camargo Corrêa e Odebrech, mas parece que tem só uma dessas, né. Então, ele estava dizendo que com um grande projeto desse aqui em Alcântara precisa a gente sair dali, porque aí vem a Alemanha, aí vem não sei qual país, mas ele ainda também não sabe que arrisca a Ucrânia deixar Alcântara, ainda não foi falado, mas que eles já estão estudando uma possibilidade de lançarem foguetes lá nos Estados Unidos, a Ucrânia. Aí eu fiquei imaginando, quem sabe, porque aqui as obras estão muito atrasadas. Aí eles estão vendo que não vai nem acontecer isso tão cedo, porque eles devem ter interesse em lançar o foguete deles já que aqui era para ter lançado desde ano passado e a obra está muito atrasada. Aí já estão estudando uma nova possibilidade de ir pra os Estados Unidos e ele talvez não saiba dessas informações e fica dizendo que outros países vem pra cá, se esse que está aqui ainda não conseguiu avançar em nada.

Patrícia: E a própria parte brasileira, como é que está?

Leonardo: A ideia deles era lançar o foguete agora em dezembro, não sei se vai acontecer, da última vez que eu ouvi o coronel falando planejava lançar em dezembro.

Patrícia: E já foram quantas tentativas seu Leonardo?

Leonardo: Três tentativas, essa vai ser a quarta e nunca deu certo, dois explodiram no espaço e um incendiou antes de decolar, incendiou, destruiu a plataforma e matou as 21 pessoas.

Patrícia: Vocês viram que saiu na televisão, há pouco tempo, uma matéria falando das famílias?

Leonardo: E aí ele estava dizendo que, falando uma porção de coisas que

eu acho que são pessoas que não participam das reuniões, da discussão e acha que um projeto desse é bom aqui para Alcântara. Mas observa hoje se tem gente aqui no banco, como Alcântara está deserta, está tudo fechado, devia estar cheio de gente hora dessa aqui, eu venho lá da praia aqui pelo centro, tudo fechado.

Cynthia: Mas por que o senhor acha isso?

Leonardo: Por que o turista vem pouco, o movimento daqui de Alcântara é o pessoal da zona rural durante a semana, tanto é que quando bate uma hora da tarde vai todo mundo embora e fica deserta aqui a cidade. O comércio vai abrir duas horas, duas e meia, três horas da tarde porque o movimento é gente da zona rural. Vocês já viram alguém da Base lá na praia? Não. Eles chegam e vão logo para o quartel, se for uma maré que for sair daqui a pouco, dez horas, eles vão embora dez horas, todo mundo vem só assinar o ponto e volta, tem gente dessa Base aí que tem maré que tem que chegar onze horas do dia lá em São Luís, de onze horas pra frente, agora que essas barcas chegam muito cedo e é rápido nessas lanchas, aí eles chegam mais cedo, mas a volta também é mais cedo.

Patrícia: Eles vêm e voltam todo dia nessas lanchas?

Leonardo: É, todo dia, eles chegam na praia e pegam o carro deles, descem, passam direto pela praia e fazem o contorno pra lá do posto de gasolina, todo dia, então, esse é o movimento deles aqui, então como é que tu vai dizer que um grande projeto desse é bom pra Alcântara? Veja a situação que está Alcântara que recebe um imposto muito bom desse projeto, mas não tem nada, está tudo abandonado.

Cynthia: O município de Alcântara recebe?

88

Leonardo: Recebe muito bem, mas não se vê nada de benefício que seja através desse grande projeto, o projeto deles já tem mais de trinta anos e agora que eles estão construindo uma escola que é o IFMA, antiga Escola Técnica, já estão com uns três anos, não é Neta?

Cynthia: Mas o que o IFMA tem a ver com a Base?

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

Dorinete: Aqui em Alcântara sempre fez parte da discussão do movimento que era para ter cursos técnicos em Alcântara e aí o governo espalhou IFMA em todo o Maranhão.

Leonardo: Tem aqui em Alcântara e em todo o Maranhão, mas isso tam-

bém não é em função da Base, a Base tem uma promessa de construir uma grande escola. Mas não passa da promessa. Querem construir uma escola, uma Universidade, mas eles dizem que querem mesmo construir uma escola melhor, para adultos, só que nunca passa da promessa.

Dorinete: Sim, porque o que eles têm mesmo é aquela escolinha lá para as crianças. Alguns que ficam aí na Vila Itaperaí<sup>16</sup>, que eu acho que são muito poucos e tem crianças aqui de Alcântara que estudam lá.

Cynthia: Mas é paga lá?

Dorinete: Não, os funcionários são pagos pela prefeitura, são todas pessoas do quadro da prefeitura, alguns são de São Luís.

Leonardo: É eu sempre vejo eles saindo daqui para pegar o transporte.

Patrícia: Então, deixa eu ver se compreendi, se a gente considerasse que essa escolinha fosse um tipo de benfeitoria da Base, seria só em função da construção do prédio porque os funcionários são mantidos pela prefeitura, é isso?

Dorinete: Tem o transporte que leva os alunos e não sabe certeza a merenda, mas eu acho que a merenda também é do governo.

Patrícia: E, além disso, eles falam na construção de uma universidade futuramente?

Leonardo: É o que eles falam, mas isso não vai acontecer porque nós tivemos reunidos lá na Base no dia primeiro de fevereiro de 2012 e aí que foram apresentar os projetos da usina de reciclagem de lixo, a construção dessa grande escola, de um hospital e o atracador. Sim, mas a questão do atracador, para eles apresentarem a questão que eles queriam fazer um atracador, cons-



<sup>16</sup> Construída para a moradia dos funcionários da base de lançamento, a Vila Itaperaí está localizada dentro da "área de segurança" estipulada pelos militares da aeronáutica no contexto de implantação do chamado Centro de Lançamento de Alcântara. No entanto, antes de sua implantação, essa área pertencia às comunidades que foram compulsoriamente deslocadas para as chamadas "agrovilas". No presente, os agentes sociais referidos aos movimentos sociais de Alcântara questionam os critérios definidores da chamada "área de segurança" posto que o deslocamento das famílias que lá moravam e residiam tradicionalmente deu lugar à moradia dos funcionários da base de lançamento. Tais agentes sociais chamam ainda a atenção que por ser um lugar de praia, de belas praias, essa área foi considerada atrativa para a residência dos militares. Na visão dos agentes sociais, a construção dessa vila implicou não só no deslocamento compulsório das famílias que lá residiam como também se caracterizou pela proibição do acesso às áreas de pesca por um conjunto amplo de famílias que tinham essa área como de 'uso comum'. Ressaltam, assim, a arbitrariedade dos deslocamentos compulsórios e da definição de extensões de terra como "área de segurança", assim como pontuam a contradição do ato que retirou as famílias que lá residiam e trabalhavam para colocar em seu lugar outras famílias, referidas aos funcionários da Base. (Nota dos Editores).



truir, eles tinham que fazer qualquer coisa para nos atrair, atrair a comunidade. Então, o que eles oferecem é a construção de uma grande escola, de um grande hospital, de alta complexidade né, que é a linguagem do governo do Estado, o hospital de grande complexidade e a usina de reciclagem. Só que depois que eles apresentaram esse projeto aí vem a questão do atracador que esse era o ponto principal deles que o objetivo principal deles era apresentar a construção do atracador. Tudo bem, aí ficou uma discussão lá sobre a usina de reciclagem e marcaram uma reunião, era primeiro de fevereiro e marcaram uma reunião para o mês de março e essa reunião nunca foi chamado ninguém do MABE para reunir, nessa reunião do mês de março. Resultado, aí mandaram fazer uns estudos para ver os impactos ambientais para a construção desse atracador. Aí o que aconteceu? Eles não disseram que foi isso, mas eu não tenho nenhuma dúvida, que no levantamento que eles fizeram foi descoberto que lá onde eles vão fazer o atracador é um berçário de peixe--boi, aí não se pode fazer nada lá porque o peixe-boi está em extinção. Não se pode fazer nada lá naquele local, tanto é que o atracador ninguém nunca mais nem ouviu falar. Nunca mais se ouviu falar nesse atracador.

Patrícia: E essa usina de reciclagem é de que, de resíduos sólidos?

Leonardo: Resíduos sólidos de Alcântara e da Base.

Dorinete: O projeto é que seja construída lá na Baixa Grande, aí já foi feito o estudo de impacto ambiental, lá na terra do seu Samuel, aí parece que a comunidade não está aceitando muito o local que foi escolhido.

Patrícia: Essa usina de reciclagem não seria um grande lixão? Será que a ideia não é fazer um grande lixão desses que se faz na cidade?

Dorinete: Não, o que foi apresentado para a gente não é. O projeto é muito bom, muito bonito, se vai funcionar a gente não sabe, porque vai funcionar tipo se fosse uma cooperativa. Eles vão construir e dar a entender que Alcântara vai assumir o funcionamento da usina, ou a prefeitura ou cooperativas.

Leonardo: Eles falaram que eles vão construir e vão entregar pra comunidade administrar, aí a gente quase não podia fazer pergunta por que não teve muita oportunidade, aí saiu uma sugestão de como é que a gente vai administrar uma usina que a gente não tem conhecimento, não tem costume, como administrar uma usina de reciclagem e esses produtos reciclados nós vamos vender pra quem? O município tem como absorver produto

reciclado, aqui em Alcântara? Chega com uns cadernos de reciclagem, bota numa loja dessas aí pra ver se vende aqui.

Cynthia: Então, esse lixo que tão reciclando é o lixo que eles mesmos, da Base, estão fazendo?

Dorinete: Vai ser o lixo de todo mundo.

Patrícia: A gente não tem o cálculo de quanto as comunidades de Alcântara produzem de lixo e quanto eles produzem, certamente a produção deles deve ser muito maior.

Leonardo: Muito maior, aí é que a gente tá deduzindo, eles não têm onde colocar lixo, então, vamos criar uma usina de reciclagem de lixo e eles se viram pra lá, nós vamos só mandando nosso lixo e eles vão se virando, se vai dar lucro, se não vai dar nós não estamos nem aí, por que nós já entregamos a usina, aí se não funcionar eles vão falar de quem? - da gente.

Cynthia: Eles que produzem o lixo e vocês ainda vão sair...

Leonardo: Mas a ideia é essa, como eles não têm onde colocar lixo aqui no município e nem na área deles que lá não tem vamos construir uma usina de reciclagem para eles e eles se viram pra lá, quer dizer, não funcionou, nós vamos agora é falar deles que nós demos a oportunidade e eles não souberam administrar, mas eu fico me perguntando assim, nós vamos vender esse material reciclado pra quem? Por que lá só tem resto de material de construção que eles tão construindo alguma coisa, eu disse: nós vamos ter que importar lixo até hospitalar dos outros países como veio pra São Paulo há dois anos atrás, aí tem gente que fica brabo, aí eu tava perguntando ontem para Gregório: - E a usina? vai sair mesmo? E ele disse: - "Vai, tem que sair por que agora é lei, todos os municípios tem que ter dar um jeito com seu lixo, todo município". Então ele vê a oportunidade, a chance para Base poder ter mais força, construir a usina de lixo por que o município está de acordo que tenha que construir um lugar para o lixo e construir uma usina é melhor para o município. Agora, o município de Alcântara vai ter lixo suficiente que possa se reciclar? Leonardo: A prefeitura mandar o lixo que ela recolhe pra lá.

Patrícia: É, exatamente.

Cynthia: Por que se existe uma lei que diz que o município tem que cuidar do lixo, eles não podem passar essa responsabilidade para vocês, não é?

Patrícia: Aí é que está, pode por que a lei é municipal, é obrigação do mu-

leonardo series.indd 91 07/03/16 10:54

nicípio, então o que eles estão querendo fazer, eles estão querendo dizer olha a gente está aqui e tal, a gente faz essa usina sofisticada, moderna e a gente passa para a prefeitura.

Leonardo: Pelo menos no desenho animou muita gente, tem muita gente animada, e aí está nessa situação, então eu acredito que eles vão querer repassar isso e o prefeito vai ter que se virar com o lixo deles porque não vão botar a céu aberto aí por que não tem espaço.

Dorinete: E aí o pessoal de Baixa Grande foi contra o local que eles escolheram e entraram na justiça, no Ministério Público e teve uma reunião lá em São Luís mês passado e eles já vieram fazer uma visita aqui no local, vieram técnicos do Ministério Público.

Leonardo: E por que o Dr. Alexandre<sup>17</sup> não deixa passar em branco, ele manda logo a equipe vistoriar o lugar.

## **ENTREVISTA 4**

"Agora se nós manter a nossa coragem de dizer que nós não vamos sair, porque nós temos os nossos direitos garantidos, aí nós vamos ter como expulsar eles, mas, se não for assim, não vai."

Data: 27 de fevereiro de 2014

Local: Mestrado - Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCS-PA)

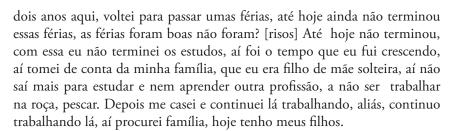
Davi: Aí você pode falar do Brito?

Leonardo: Rapaz, a minha vida lá no Brito é, rapaz eu desde que eu me entendi lá no Brito eu, a vida lá é trabalhar na roça e pescar. A pessoa que nasce lá e se cria só tem que trabalhar na roça e pescar. Estudar é só apenas pra ser alfabetizado porque lá só tem até a quarta série. Hoje ainda tem esse cuidado porque, na minha época, se não saísse de lá pra ir estudar, não estudava. Aí eu, em 70, minha mãe me mandou pra cá para São Luís, eu passei

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS



<sup>17</sup> Dr. Alexandre Silva Soares é procurador do Ministério Público do Maranhão e tem dado encaminhamento às reivindicações das comunidades quilombolas de Alcântara, tanto quanto tem participado de audiências públicas e fóruns de discussão de forma a apresentar esclarecimentos sobre os direitos das comunidades (Nota dos Editores).



Davi: São quantos filho?

Leonardo: São dez, bem pouquinho [risos], só dez. Aí foi crescendo, botei para estudar, porque lá, quando termina a quarta série, tem que sair pra estudar fora, botei a mais velha pra cá, botei o segundo, botei todos eles pra cá, para completar. Agora eu tive que vir pra cá com as duas mais novas, as três mais novas porque, quando a gente tem só um, tem como a gente botar na casa dos parentes. Mas dois, três, não tem como botar ou você vem pra cá fazer uma casa pra vir morar com eles, ou então eles não estudam. É o que está acontecendo comigo, hoje, estou por aqui, porque ainda tenho duas menores ainda pra estudar, são três mas uma terminou, agora esse ano que passou, e ainda tem duas. Daí continuo lá e aqui, lá trabalhando na roça e pescando e aqui, quando venho para cá é para acompanhar ela e assim a vida dos outros companheiros lá não é diferente, é trabalhar na roça é pescar, quem gosta de criar animal cria animal e assim é a vida de quem mora na roça , de quem mora no interior é assim. Aí com o tempo, eu entrei no sindicato, no movimento sindical, fui ser delegado sindical aí...

Davi: O senhor lembra o ano?

Leonardo: Hein?

Davi: O senhor lembra o ano que o senhor foi ser delegado sindical?

Leonardo: 94, dezembro de 94 parece. Eu entrei como delegado sindical e aí fiquei até hoje, ainda sou delegado sindical. Aí estamos nessa luta.

Davi: O senhor entrou para o sindicato, depois que o conflito instalado?

Leonardo: Não, já tinha instalado o conflito, o conflito foi em 88.

Davi: Mas o que levou o senhor a entrar no sindicato foi essa história de estar acompanhando os conflitos, ou não?

Leonardo: Não, a entrada mesmo no sindicato, foi à convite da diretoria que fizeram o convite para eu ser o delegado sindical da comunidade.

Davi: Mas o senhor já tinha ligação com a luta contra o deslocamento da comunidade de Brito, já tinha acontecido outros episódios?

Leonardo: Não, a gente participava das reuniões, quando o pessoal do sindicato ia lá, mas a ligação não era bem forte como é depois que a gente entrou pra delegacia, como delegado sindical, aí começou a luta mais forte, mas acirrada, mas no início ainda não tinha aquela tão forte com o movimento.

Davi: Quanto lhe incomoda essa história, porque durante muito tempo, na questão desse comentário de que "ah, vai sair todo mundo, vai tirar, vai deslocar" né? Que ficou essa expectativa, não sei se negativa ou positiva, de que todo mundo seria tirado, né? Quando que isso incomoda de viver nessa angústia de ser deslocado?

Leonardo: Olha, assim essa história de vai sair, ou não vai, ela nos incomodou, depois desse projeto, pelo menos por uns 25 anos, foi o incômodo muito grande para mim. Ela só deixou de ser incômodo, assim muito forte, depois que eu, conversando com o procurador da justiça, doutor Alexandre, em dezembro de 2007, quando um companheiro lá em Baracatatiua me fez uma pergunta, se nós tinha condição de fazer com que o pessoal saísse de lá, a empresa saísse, pra empresa lá, se nós tínhamos como fazer para expulsar esse pessoal de lá, da região dele lá de Baracatatiua. Aí eu disse pra ele: olha eu vou lhe dizer uma coisa, se for como você está fazendo, nós não temos como expulsar eles daqui, porque você está me dizendo que está aqui esperando o pessoal da Base vir aqui, a Dona Laura, da empresa, mas vocês negociaram para vocês irem embora. Então se todo mundo fizer assim, nós não vamos expulsar eles, porque você quer ir embora, vender o que tem. Aliás já tinha vendido, queria vender de novo, pra ir embora e os outros vem, aí não tem luta. Agora se nós manter a nossa coragem de dizer que nós não vamos sair, porque nós temos os nossos direitos garantidos, aí nós vamos ter como expulsar eles, mas, se não for *assim, não vai.* E essa resposta eu nunca disse pra ele, porque nós ainda não tivemos uma oportunidade de conversar, de 2007 pra cá, nós já se encontramos, mas nunca tivemos tempo de eu chamar ele para dar essa resposta para ele, por sinal eu não sei nem se ele volta pra cá, que ele foi para Fortaleza pra casa de uma filha, está quase um ano ou mais e nunca voltou. Mas era muito incômodo. Aí, quando foi uma vez que nós tivemos uma audiência



com doutor Alexandre, eu procurei pra ele, ele me disse: olha Leonardo, eu vou te dizer uma coisa, minha resposta pra ti é essa essa (eu não sei se dessa vez Danilo tava também, ou se era Dorinete<sup>18</sup>) essa resposta, ela só depende de vocês, se vocês permanecer firme com essa ideia de que não vão sair, essa é a resposta, vocês não vão sair, se unir nessa luta pra não sair, agora se vocês ficar, uns puxarem pra cá, outros para ali, não juntar as força para lutar, aí a resposta de vocês é que vocês vão ter que sair mesmo, porque vocês vão sair pouco a pouco, mas se vocês permanecerem firme, como vocês tem dito até agora que não querem sair, aí vem a Constituição que garante para vocês, a Convenção 169, então vocês não vão sair. Então, a partir daquele momento, quando eu voltei de lá, eu me reuni com a comunidade, passei pra comunidade e já passei umas outras reuniões que eu participei também e a partir daquele momento deixou de ser incômodo, porque a gente teve mais uma certeza que a gente, lutando, a gente não vai sair com facilidade, mas até antes disso, era um incômodo, porque ficava naquela expectativa vai sair, não vai, um diz que não sai ,outro diz que sai. Por sinal, tinha gente ali, que era da comunidade Águas Belas, que até parente da minha esposa, a briga entre eles, era porque nós temos que sair, essa pessoa lá, a briga dela era essa, quando chegava um agente na comunidade lá, a conversa dela era essa, nós temos que sair, que nós não éramos melhores que eles, nós tinha que sair de lá. Mas graças a Deus que até hoje, nós ainda não saímos, nós permanecemos lutando e passamos a ter conhecimento dos nossos direitos, porque antes disso, quando esse povo saiu, foram relocados, eles realmente não tinham conhecimento dos direitos. Eles foram orientados para não aceitarem sair. Mas é como a gente lá no Brito, nós não temos o conhecimento de nossos direitos que estava garantido na Constituição, então nós não tínhamos aquela força, aquela força para dizer por que que nós não queria sair. Hoje não, a gente pode chegar em qualquer lugar que for preciso e dizer, nós não vamos sair é por isso, por isso e por isso, onde está garantido os nossos direitos e, portanto, nós não vamos sair e nós em Alcântara, ainda tem mais uma coisa para dizer que nós não somos invasores, foi o governo que invadiu a nossa terra, porque o próprio governo se reuniu com seus Ministérios e viu que a terra é de fato e de direito dos quilombolas. Tu te lembra daquele seminário dia 21 ou 25 de dezembro, não lembro a data, que teve lá, tu estava Danilo? Um seminário em que aquele secretário do governo veio,

Coleção Narrativas Quilombolas

<sup>18</sup> Danilo da Conceição Serejo Lopes e Dorinete Serejo Morais são de Canelatiua, uma das comunidades do litoral de Alcântara ameaças de deslocamento compulsório pela Base, e integrantes do MABE (Nota dos Editores).

chegou em cima da hora, lembra o nome dele? Não estou lembrado o nome dele. Que ele pegou o documento, em vez de pegar o documento dizendo que a terra não era nossa, ele pegou o documento dizendo que a terra era nossa. Que a terra era nossa de fato e de direito, dos quilombolas de Alcântara, quando ele deu, que entregou pro professor que eles leram, ele quase chora e ainda disse que maldita foi hora que ele foi de lá pra Alcântara que ele ainda pegou o documento errado. Eles mesmos reconhecem que a terra é dos alcantarenses de fato e de direito, o documento lá, dizendo assim, porque quando o governo chegou lá pra fazer essa desapropriação ele encontrou foi remanescente de quilombo. Pode sair em Alcântara todinha, hoje tem muito lugar que tu não encontra mais as fornalhas velhas, que eles iam desmanchar tudinho para tirar as pedras. Mas tem lugar que ainda tem, ainda existe, que eles não foram derrubar, a lá de Baracatatiua, eles nunca foram derrubar. Mas em outros lugares, lá para região para cima ali, eles levaram tudo, então era só descendente de escravo que morava ali e isso, essa história de relocação incomodava muito e agora não vejo mais ninguém perguntar, se vão sair mesmo, ou não vão.

Nesse período aí de 2007, para 2008, o carro foi buscar a gente em Alcântara, lá no Brito, na Tapera, vinha o pessoal da Ponta da Areia. Aí eles vinham conversando lá, nós estávamos indo de Tapera pra Alcântara, aí ele fez essa mesma pergunta, se a gente tinha condição de expulsar esse pessoal dessa Base, ah vocês não têm condições de expulsar essa Base, esse pessoal das empresas, isso é pessoal muito rico. Gente que fala as coisas que não tem conhecimento, né? Aí eu disse pra ele: Damião, tu não conhece Danilo? Damião "Véio". Aí eu fiquei assim, eu não suportei mais, que às vezes a gente não suporta ouvir essas pessoas falar essas coisas, que eles também não têm conhecimento né? Eu disse: olha Seu Damião, eu vou lhe dizer uma coisa, você não me perguntou, não foi pra mim que você fez a pergunta mas você se referiu a nós que estamos nessa reunião e acha que isso não dá resultado, porque é brigar com pedra. Eu só vou me manifestar, porque eu não me sinto filho de galinha! Pra ser ovo, né? Porque que se considera ovo é filho de galinha, eu não sou filho de galinha, agora você está dizendo assim, porque se todos aqui de Alcântara forem do seu jeito, ou como a maioria da Ponta da Areia, nós íamos perder a luta e vocês ainda tem mais uma coisa! Que arrisca é sair todo mundo e vocês ficarem ilhados, porque se sair nós do Brito, Mamuna, Baracatatiua e Brito, Canelatiua, pelo que está dizendo aqui nesse Decreto, vocês vão ficar ilhado lá na ponta da aba, da areia,

96



vocês não vão nem ter o caminho de acesso pra passar pra Alcântara, sabe por que, porque vocês não gostam de lutar pelo direito, vocês estão apenas esperando o resultado positivo pra vocês se beneficiarem. Porque assim mesmo um caboclo lá de Baracatatiua me fez essa pergunta, ele está fazendo aqui, que ele não fez pra mim, ele fez diretamente para o grupo, que ele fez, assim voluntariamente. Mas assim que vai acontecer, que vocês da Ponta da Areia não gosta de vir pras reuniões, pras lutas, a única pessoa que vem de lá é a professora, então vocês tão esperando acontecer o resultado positivo ou negativo, se der negativo vocês tão aí perdido no tempo, se der positivo vocês tão na boa, e a gente fica lutando, mas a resposta que eu tenho é essa: se nós permanecer firme nessa luta, nós vamos ganhar a luta. Então, até hoje eu acho que foi muito importante essa nossa luta a partir do momento que nós tomamos conhecimento dos nossos direitos, das leis, porque aí quando você vai para uma luta dessa que você vai discutir em cima da lei, aí as pessoas vão olhar pra ti e vão dizer: "Rapaz esse cara ele sabe de alguma coisa né", porque se tu vai dizer que tu não quer sair, porque tu não sabe, aí os caras acha que tu não sabe, se tu puxar um pouco, basta tu puxar um assunto lá da Constituição pra cá, aí o cara muda logo de assunto contigo, porque ele sabe que tu está ali sabendo de alguma coisa. Então isso para nós era muito incômodo, mas de uns cinco anos pra cá, não deu mais pra incomodar muito a gente porque a gente já sabe que eles podem até relocarem a gente de lá, mas vai custar ainda muito porque, pelo jeito que eu estou vendo aí que está caminhando o nosso país, se o governo não botar o pé na barreira mesmo, eles não vão avançar nem com esse projeto que já está lá, imagina com outros que ainda vão fazer aí e o governo do Brasil tem que ter mais um cuidado, ficar fazendo acordo com esses países que só vive em guerra é um perigo para nossa nação. Um perigo porque o cidadão hoje, os países estão todos brigando entre si e quando eles brigam entre si, os aliados mais fortes é o primeiro que eles procuram, aí o país mais fraco que se meter numa briga só vai sofrer as consequências, aí nesse caso nosso, quem sofre é o pessoal de Alcântara e da capital do Maranhão, porque esses que estão lá em Brasília, eles não vão sofrer que tão muito longe, quem está em São Paulo não vai sofrer que está longe, quem está no Rio Grande do Sul, quem vai sofrer somos nós, que estamos de São Luís pra cá, a região Norte do Maranhão, Nordeste e nós aqui da capital, porque eles que estão lá no palácio, no Congresso Nacional, estão mais longe, tem como se deslocar com mais facilidade pra qualquer lugar do mundo aí do que a



Mas a gente não tem mais medo assim não, eu pelo menos não tenho mais essa dúvida de que a gente não tem medo, a gente sabe que pode vir um governo aí desastrado e querer fazer alguma besteira, mas a gente ainda tem como lutar pelos nossos direitos, agora o que nós precisamos lutar mesmo é para ver se nós consegue a **titulação** dessas terra e aí eu não sei como vai acontecer pra nós continuar brigando por essa **titulação**, que tá meio complicado. Davi: Seu Leonardo você acha que se naquele momento, nas primeiras relocações, se tivessem tentado relocar o Brito, teria feito também, não haveria reação pra não sair?

Leonardo: Não, eles tinham tirado, porque o Brito foi assim, olha: em 99, quando a luta recuou um pouco, aí depois eles vieram com tudo, foi pra lá o pessoal da Infraero, era Infraero era? Era que era Renildo, esse pessoal, que foi a Infraero que ficou encarregada de relocar o pessoal, aí começaram a negociar, negociar e a gente ficou num momento que a gente não tinha mais como dizer por que não queria sair, eles só mostravam que tudo era bom, tudo era bom, então a gente já estava de acordo de sair mesmo, tanto é que em Junho de 99, nós já ia começar a botar roça lá para região para onde nós ia ser relocado, que era para região de Peroba, Santana, Itapuaua, aí nós ainda tivemos uma reunião com o pessoal da Infraero, onde o engenheiro agrônomo que era filho de Juca Martins, aí eu fiz uma pergunta pra eles, se eles tinham um igarapé igual o do Brito pra nós pescar, aí ele disse (parece que era Paulo o nome dele): "não senhor, vocês vão ficar no igarapé do Arrupiado que é muito bom, muito bom" Eu digo: mas me diga uma coisa: você já foi ao igarapé do Arrupiado? Já andou lá, já pescou lá, já visitou mesmo? Ou só veio dizer que é bom? - "Não senhor, eu já fui, é muito bom." Eu digo: é, então tá bom. Porque eu não conheço. Eu vou lhe dizer uma coisa logo: eu tenho tantos anos, nessa época que eu disse pra eles, lá do Igarapé do Porto, que é de Alcântara de Ipaúba, Pirarema, Cauau que é lá da Mamuna, Brito, Canelatiua, igarapé do Lago, que é um igarapé que é seco, na praia tu não sabe se tem igarapé pra dentro, tu passa na praia tu não sabe. . Ponta da Areia, aí o único que tem aqui maior que o nosso é São João do Corte, de Alcântara até aí, o maior é São João, que o nosso, melhor de peixe não tem nenhum, de Alcântara pra cá. Eu desafio qualquer um que queira, não tem nenhum. Aí você sai de São João de Corte, eu conheço o igarapé da Peroba, que é igarapé que a cabeceira seca, igarapé do Pavão, aí vai chegar, que é cabeceira desse igarapé, então

98

não existe seu Paulo, você vir dizer que Igarapé do Arrupiado é igual ao nosso! Aí também ele se calou, aí depois eu procurando pra Vicente direitinho essa história dele, ele disse: "não, igarapé do Arrupiado só tem água quando maré cresce, maré secou, ele fica tudo seco, só o lodo. E o Paulo queria teimar comigo.

Então, mas por que a gente fazia isso? Porque a gente não conhecia os nossos direitos através da lei, aí passou o seminário de 99 e nós estávamos com reunião com eles marcada para o dia 6 de junho no Brito, 5 na Itapera e 7 na Mamuna, de junho e aí o seminário foi em maio, que quando eles chegaram pra fazer a reunião na Tapera aí discutiram com eles lá.

## **ENTREVISTA 5**

"A nossa briga é com o próprio governo"

Data: 27.02.2014

Local: GESEA

Leonardo: Eu sou Leonardo dos Anjos, tenho 64 anos, eu nasci na comunidade de Brito, Alcântara estou nessa luta aí, desse movimento, sou coordenador do MABE, Movimento dos Atingidos pela Base Espacial e a gente está aí nessa luta para defender os direitos dos quilombolas de Alcântara e também do Estado do Maranhão. Nós tivemos em Washington em 2008, final de outubro de 2008, numa audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e lá a gente participou da audiência, eu e a companheira Militina da comunidade de Mamuna, a advogada Luciana, a professora Maristela, e a irmã Ane.

A nossa presença lá nessa Comissão foi pra falar sobre o Projeto de Alcântara, da Base Espacial, que foi implantado nos anos 80 e deslocou 312 famílias na primeira etapa para as chamadas agrovilas, que atualmente estão situadas em 7 agrovilas. Estavam querendo deslocar mais famílias depois no segundo plano, aí a gente enfrentou essa luta com eles, aí chegou o momento que foi, entramos com a ação civil pública e fomos participar dessa audiência lá na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Lá eu falei uns 10 a 15 minutos, porque o tempo era limitado e a companheira também falou uns 15 minutos, a companheira Militina, depois a Luciana, a advogada e a professora Maristela também falaram, fizeram suas intervenções e logo de-



pois foi o pessoal do governo, os representantes do governo que estavam representando o governo federal também falaram em defesa do Projeto. Mas foi muito importante a nossa participação lá nessa audiência, porque o estudo de identificação 19 do nosso território de Alcântara já estava pronto há mais de cinco anos e até aquele momento o governo federal ainda não tinha publicado no Diário Oficial por falta, acho que, de interesse de publicar, para tornar público que o território realmente é quilombola e por isso ele não tinha esse interesse de publicar, para tornar conhecido para o Brasil inteiro que o território de Alcântara é quilombola. Aí no momento que a gente teve nessa audiência, a gente teve no dia 29 de outubro de 2008, essa audiência. E quando foi no dia 5 de novembro de 2008, se eu não estou enganado, nós já estávamos aqui no Maranhão, teve a audiência de conciliação e o Governo Federal, logo após a nossa audiência lá, ele publicou no Diário Oficial, se eu não me engano foi no dia 5, ou no dia 4 a publicação do Relatório de Identificação RTID. Quer dizer, então, eu considero que teve uma repercussão muito boa a nossa ida lá, porque talvez se nós não tivéssemos feito isso, não tivéssemos participado dessa audiência, nem tinha sido publicado até hoje, tanto é que a gente chegou de lá foi publicado o RTID. A gente pensou que o governo fosse também dar andamento na **titulação da terra** e como a gente também não caminhou mais até hoje a **titulação** não saiu, por quê? Porque a gente ficou esperando, a gente achava que desde que ele foi publicado no Diário Oficial, o relatório de identificação, a gente pensava que o governo já fosse providenciar a titulação, ficamos esperando e aí até hoje não saiu essa titulação, eu acredito que é porque a gente ainda não se movimentou uma outra vez para pressionar o governo para que ele venha titular as nossas terras. E esse foi o ponto positivo que eu achei da nossa viagem lá a Washington porque deu uma visibilidade muito boa e fez com que o governo publicasse, só que a **titulação** está demorando demais, precisa que a gente faça alguma coisa, pressione o governo pra vê se ele titula essa terra porque senão não vai sair. E a gente sabe, porque a gente teve uma audiência lá em Brasília com o secretário da presidenta, o Gilberto Carvalho em 2010, se eu não estou enganado, e a ministra da Igualdade Racial falou que se esse território de Alcântara não for publicado, porque tem aquela questão do Decreto 4887 a

<sup>19</sup> O Sr. Leonardo refere-se ao laudo antropológico de identificação das comunidades remanescentes de quilombo de Alcântara que foi realizado pelo antropólogo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Alfredo Wagner Berno de Almeida, em 2002, por solicitação do Ministério Público Federal (Nota dos Editores).

ser derrubado né, pela ADI<sup>20</sup> ? E se esse Decreto for derrubado e Alcântara não for titulada, não vai perder só Alcântara, com a questão quilombola, vai ser o Brasil inteiro, isso vai ser prejuízo para o Brasil inteiro, porque o caso de Alcântara é especifico. É uma questão no território que é com o governo e o restante do Brasil são territórios quilombolas que brigam com fazendeiro, com latifundiário e aí é mais difícil de vencer uma luta dessas, porque quem vai ficar muito satisfeito com esse território, com a questão do decreto 4487 se ele cair, não é só a questão de Alcântara, é os fazendeiros e os latifundiários que vão ficar contentes porque vão ter mais espaço para pressionar os quilombolas, para oprimir os quilombolas **porque a gente vê que os quilombolas hoje estão oprimidos aí pelos fazendeiros e os grandes latifundiários e o nosso caso, lá em Alcântara, é diferente, a nossa briga é com o próprio governo,** o governo tem interesse na área para questão da Base Espacial, mas é só com o próprio governo.

Davi: Seu Leonardo, qual foi a posição do Governo lá em Washington?

Leonardo: A posição do governo foi contra a nossa presença, quer dizer que a representante que era a Renata Leite que estava representando o governo, ela achou que a gente estava desinformado, porque aquilo que nós estávamos falando já estava tudo resolvido, só que na minha ideia quem estava mais desinformado com o governo era ela mesma, porque ela estava dizendo uma coisa que na realidade nunca existiu, aliás, que não está acontecendo até agora. Algumas coisas que estão no papel, mas que não é verdade, então, mais desinformada eu achei quem estava era a própria representante do governo.

Davi: E quais são essas coisas que estão no papel e que o governo não está cumprindo? Que vocês acabaram tendo que levar a Washington né? Porque Washington foi uma denúncia contra crime, contra direitos humanos né?

Leonardo: O governo não cumpriu na época que ele implantou o projeto ele prometeu dar o trabalho mecanizado para as comunidades quilombolas

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS





<sup>20</sup> O Sr. Leonardo chama atenção para a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de nº3239 proposta pelo antigo Partido da Frente Liberal, atual Democratas, que questionou os procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras referidas às comunidades remanescentes de quilombo consoante os termos estabelecidos pelo decreto 4887/2003. Em 2015 a ministra Rosa Weber proferiu seu voto pela improcedência da ação de constitucionalidade do decreto presidencial, contrariando o voto do ministro relator Cezar Peluso. Até o presente a situação encontra-se indefinida, pois o julgamento desta ADI não foi concluído (Nota dos Editores).



que foram deslocadas, isso não aconteceu. Eles prometeram dar tratamento, manter as comunidades, também não mantiveram, não aconteceu e as outras também não aconteceram, nenhuma coisa de melhoria para os trabalhadores. O que veio acontecer depois em Alcântara, que hoje foi a questão da "Luz Para Todos", mas foi um projeto do governo para todo Brasil, não foi só para Alcântara! Então isso não é uma coisa de dizer, ah! *Isso aqui veio por* causa da Base. Não! Foi para todo o Brasil. Esse projeto "Luz Para Todos" não interfere nessa questão porque foi para todos, tanto é que para chegar lá no Brito, foi a maior confusão, porque o pessoal que estava fazendo esse trabalho passaram lá, fizeram em Mamuna, foram fazer em Canelatiua, na Ponta da Areia em toda aquela região e Brito ficou, eles foram embora e deram como pronta lá no Brito. Foi preciso eu vim na Assembleia Legislativa do Maranhão, junto com o deputado Domingos Dutra para falar com o representante da Eletronorte para puder ele verificar que lá já estava como pronta, no Brito, aí foi que eu disse que eles tinham ido no Brito no mês de março, não estou bem lembrado a data, colocaram dois postes, isso para dar um ânimo para as pessoas que a energia ia chegar, colocaram dois postes, um lá na porta de Roberta e outro na porta de Alfredo, dois postes. Aí foram embora e não voltaram, aí eu disse: *não. Lá não tem nada pronto.* Aí ele disse: "*não*, então não se preocupe que daqui a mais uma semana eles vão chegar lá!". Isso era em março. Tanto é que com uma semana ou duas eles chegaram lá, para fazer um novo levantamento. Isso, depois disso já fizeram uns dois ou três levantamentos. E já vieram chegar, já no final do outro ano. Então eu considero isso que não foi um avanço por causa do projeto da Base Espacial. Agora, as outras coisas também, a gente não tem tido, nem um apoio do governo, tanto é que a nossa estrada está acabada né, a nossa estrada está acabada, viemos ter água, poço artesiano, foi um projeto do governo também, mas não foi só lá para o Brito, foi para o município todo e essa única coisa que melhorou para nós agora, foi essa questão da água, mas já foi agora depois de 4 anos que a gente teve lá que veio essa água para gente com muita briga. E o restante das coisas continuam como desde o início. Aí logo depois, aí agora depois do ano 2005. Em 2013 o governo assinou o projeto com a Ucrânia, de cooperação técnica e esse projeto tá aí parado, porque faltou verba, porque a gente sabe que até aí faltou verba, a construção está parada e nesse projeto eles queriam deslocar as famílias de Mamuna, de Brito e de Baracatatiua e a gente não aceitou a relocação e fomos pra briga com eles, fizemos uma barricada lá na

102

estrada da Mamuna, para não deixar o pessoal entrar mais para trabalhar na empresa como não trabalharam. Isso foi no comecinho de janeiro de 2008, e aí essa luta foi de janeiro até março, se eu não estou enganado, a barricada, e depois disso, eles chamaram a gente, eu a Militina pra ir ter uma audiência com o pessoal representante da Base Espacial Brasileira lá em Brasília, para tentar negociar com a gente a liberação lá do território, eu não fui, mas a Militina foi e a sugestão dela foi que se eles quisessem fazer o Centro deles de lançamento, o projeto deles com a Ucrânia, que eles fossem fazer lá dentro da área do centro militar, porque na área de Mamuna, de Baracatatiua e de Brito nós não aceitávamos. Então, eles foram, terminaram negociando e fizeram, estão fazendo essa construção pra lá. E essa é uma das coisas que eu acho que foi um resultado positivo da nossa ida lá em Washington, porque de lá para cá a gente vem cada vez mais fortalecido nessa luta e sabendo que a gente não vai abrir mãos daquele território.

Davi: Mas a ida a Washington foi depois da invasão a esse território de roça que fica em Baracatatiua e Mamuna em 2008 pela ACS? a ida a Washington foi depois dessa invasão, dessa reação de vocês lá em 2008, foi em Janeiro e a ida a Washington de vocês foi depois, qual foi o mês que vocês foram a Washington?

Leonardo: Nós fomos em outubro! E eles invadiram no final de 2007 para o começo de 2008, isso foi mês de novembro que eles chegaram em Mamuna, de 2007. Aí foram para lá e quando foi em 2008, no comecinho de janeiro fizemos a barricada, e nós fomos em outubro para Washington, que aí nós vínhamos nos arrastando nessa negociação para essa viagem pra ir para lá, com essa audiência e quando chegou lá na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como eles viram que a questão quilombola foi a primeira questão que chegou lá, primeira denúncia que chegou lá na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, eles acharam que era bom fazer logo uma audiência quanto mais rápido melhor.

Davi: Quer dizer que a questão de Alcântara foi a primeira julgada pela Comissão?

Leonardo: A questão quilombola foi a primeira. Foi a de Alcântara, então por isso eles fizeram... eles nos atenderam com mais rapidez, porque eles acharam que era muito importante atender essa questão quilombola, essa violação de direitos humanos quilombolas em Alcântara.

Coleção Narrativas Quilombolas

Davi: Quanto tempo depois da ida a Washington foi publicado o RTID, que tiveram os resultados práticos?

Leonardo: Durou acho que uma semana, porque, se eu não estou enganado, foi no dia 4 de novembro de 2008 que foi publicado, logo com uma semana depois.

Davi: E depois dessa publicação o que seria o caminho natural seria entregar o título né?

Leonardo: Era o título, depois dessa publicação, logo após essa publicação, que se eu não estou enganado foi dia 9, aí nós tivemos uma audiência lá no Ministério Público Federal de reconciliação sobre o governo, a empresa e as comunidades quilombolas de Alcântara e o Ministério Público Federal. Foi uma audiência de conciliação entre ambas as partes para não haver mais expansão da Base no nosso território e eles iam construir. Até ali não estava definido que eles iam construir no Centro de Lançamento, mas que o governo não ia mais expandir e nem relocar família. Isso ficou assinado lá nesse acordo e que todo tempo que o governo pensar em expandir a Base para o nosso território a ação civil pública que estava tramitando que nesse dia do dia 9 foi parada, foi cancelada a partir do momento que o governo resolver expandir a Base outra vez, ela volta a Ação Civil Pública a entrar em vigor e para-se tudo de novo. Assim que está assinado lá no Ministério Público Federal. Tanto é que até hoje não se vê falar ainda em expansão, eu acho até que eles iam planejando fazer uma expansão, quer dizer que agora vai ser diferente, por quê? Eles querem construir um porto para descarregar os materiais deles para lançamento de foguete. Esse porto estava sendo planejado a construir lá no porto da Raposa, no porto da Raposa, que é logo acima do porto de Alcântara. Há poucos quilômetros de Alcântara, não sei dizer aqui a quilometragem, mas é que de lá de Alcântara a gente vê a ponta lá das pedras se eu não me engano, que eles chamam lá. Então, no momento em que eles vão construir aquele porto, eles vão fazer uma estrada para lá, então, eu acredito que é expansão, eles não vão expandir lá pra nossa área porque até lá na reunião que teve dia 1º de fevereiro de 2012, foi sugerido que eles fizessem esse porto lá na área da Base, eu não lembro a pessoa que deu essa sugestão, se eu não me engano foi Borges e eles acharam que lá não tem condição, porque lá vai ficar na beira do oceano e não tinha condição de fazer o porto ali, então, eles não vai expandir para os nossos lados com esse porto,



eles vai expandir para o lado da terra que não está dentro do Decreto, eles já vão entrar em uma outra área que não está no Decreto que é a área esquerda da MA 106 que vai passar encostando no Cajueiro, inclusive vai cortar várias glebas de companheiro do Cajueiro e isso eu tive orientando os companheiros de lá do Cajueiro um dia lá em São Luis, para o próprio companheiro lá do Cajueiro lá no Brito, que ele sempre ia lá no Brito, eu falei disso para ele. Ele me disse que a Gleba dele ia ser cortada por essa estrada, eu disse: olha tu procura logo te preparar e conversar com esse povo pra saber como vai ficar tua situação, porque se tu deixar ele entrar primeiro na tua terra pra depois tu ir conversar, tu vai perder, tu tem que ir antecipado, pra dizer pra eles que lá eles só entram depois que vocês acertarem como é que vai ficar, se vão te indenizar, se vão te dar uma outra área, porque senão, tu é quem vai perder, porque depois que eles cortarem vai ser difícil de tu sozinho enfrentar, nós fizemos com que aquela empresa saísse de lá de Mamuna da área de Mamuna e de Baracatatiua porque não foi só uma pessoa, foram um grupo, foram várias comunidades, então, e mais as entidades que nos apoiavam, mas você sozinho, só uma comunidade como Cajueiro que a maioria são a favor desse projeto, não vai conseguir vencer. . Então eu acho que aquilo ali é uma expansão, mas graças a Deus que até agora me parece que eu não sei se vão construir porque eu tenho pra mim que foi o seguinte: descobriram que lá é o berçário de reprodução de peixe boi e pro governo peixe boi tem mais valor que o ser humano, porque aonde existe comunidade eles fazem questão de tirar, de relocar e um ser humano né, e o peixe boi eles não podem mexer lá na reprodução do peixe boi porque vai mexer com meio ambiente né. Então, eu tenho pra mim, eles ainda não disseram diretamente que é por isso, mas depois que passaram fazendo as pesquisas sobre impacto ambiental pra essa construção desse novo centro e toda essa pesquisa de impacto ambiental. Então, eu tenho pra mim que foi isso que parou com essa ideia de construir o porto ali, porque eles tinham interesse e necessidade de assim que o centro tivesse pronto o porto era para estar pronto para transportar o combustível que vem pra esses foguetes, certo que a construção parou. Mas o porto ainda nem começaram, então eu acho que é por isso que eles não avançaram. Pra mim houve foi muito bom a nossa ida lá, porque deu uma visibilidade, o governo federal publicou o RTID só que a titulação ficou parada, porque para nós o maior interesse era ter a ti**tulação da terra**, porque nós com a **titulação** da terra, com o título em nossa mão a gente tem mais força pra lutar contra a desapropriação.

105



"Narrativa do mapa do território étnico de Alcântara"

Data: 27.02.2014

Local: GESEA

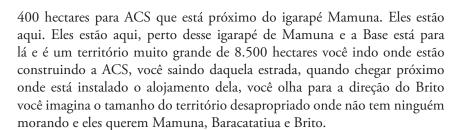
Leonardo: Esse mapa é muito importante para nós porque a gente não sabia nem localizar a nossa comunidade e hoje a gente vê um mapa desses e sabe de todas as comunidades, onde está localizada, num mapa desse aqui e que a gente não tinha esse conhecimento, tanto é que eu ganhei uns que o professor Alfredo Wagner me deu, quando a gente viajou para os Estados Unidos e ele distribuiu vários para os companheiros da Marambaia desse mapa aqui. A Base está aqui, aqui é Mamuna e Baracatatiua, aqui é Brito, Tapera e Canelatiua. Então para nós foi uma coisa muito importante a construção desse mapa que a gente passou a ter conhecimento, passou a mostrar esse mapa para as pessoas que não conhecem, é muito importante.

Pergunta: Qual a área da Base, que a Base diz que é dela?

Leonardo: A área da Base é toda essa área aqui, vai de Alcântara, que vai da foz do igarapé do Puca, ao lado daquele mangueiral, do outro lado já pertence à Base. Entrando aqui em Alcântara, aquela ponta que vai chegando da Praia logo na entrada já pertence ao Decreto, aqui embaixo e ai vai tudo, esse litoral todinho, vai até o finalzinho do mapa, toda essa área verde está na área do Decreto e pega o litoral que é Baía de São Marcos até emendar com a Baía de Cumã, desse lado aqui, daqui vai até o igarapé, até no Raimundo Sul, toda essa área verde pertence à área do Decreto, ligando a MA 106 que é a direito ela que vai de Alcântara a Raimundo Sul, todo esse litoral aqui, por enquanto eles estão utilizando só aqui a área do Centro que são 8.500 hectares e essa área aqui, o resto aqui está em branco, só tem o Centro e as comunidades de Mamuna, Brito e Baracatatiua, Baracatatiua, Brito e Tapera e Canelatiua para frente, o resto aqui para cá, está só o Centro e área sem ter moradia.

Pergunta: E por que ocuparam essa área tão grande?

Leonardo: Segundo eles é uma área de preservação, de segurança, um raio de não sei quantos quilômetros, não sei a quilometragem, mas só que se você observar Alcântara, que eles estão nessa área da direita do litoral e alugaram



Pergunta: E essa Vila Itaperaí?

Leonardo: A Vila Itaperaí fica aqui, lá tem muita casa, mais tem pouca gente morando, lá tem muitas casas, só casas bonitas com toda mobília, só levar uma muda de roupa que pode morar, mas ninguém da Base quer morar ali.

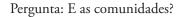
Pergunta: Não disseram que era área de segurança.

Leonardo: É, essa área é só para os militares, para morar, o pessoal que trabalha na Base, essa vila que tem lá, é só para o pessoal que trabalha na Base, não é para o pessoal de outro lugar não, só que os militares eles preferem alugar lancha para ir e voltar todo dia e ficar de lá prá cá e não morar em Alcântara.

Pergunta: E o pessoal que estava lá há muito tempo? Das comunidades.

Leonardo: Foram esquecidas, que saíram foram 312 famílias, até igarapé de Mamuna, de Mamuna para lá, atravessou o igarapé de Caiuaua já é Mamuna e eles estão localizados aqui em Alcântara, até igarapé de Mamuna, no meiozinho ali, o resto está tudo só mato, as famílias se deslocaram para o centro do município para cá, assim, para o meio do município aqui do município, onde dessa BR e eles estão lá abeirando o litoral e de lá de Mamuna para frente que eles estavam querendo desapropriar para alugar para outros países, no caso da Ucrânia em Mamuna, mais recuaram e ficaram na área do Centro, segundo tem previsão de alugar ai para outros países que tem interesse e ai, é de Mamuna para frete pelo que sei, que por enquanto são três sítios de lançamento, que na verdade são 2 sítios, Centros de Lançamento que eles tem plano de construir nessa área todinha não cabe, até Raimundo Sul, não cabe os dois sítios de lançamento, isso em uma conversa que eles tiveram com o ministro da Defesa em Brasília, vão ter que ir para outros lado porque não cabe.

**( )** 



Leonardo: Vão ter que ser relocadas, embora o governo tenha dito que não vai haver relocação, assumiu um compromisso com a gente, como acabei de falar anteriormente, pode haver relocação, porque eles dizem o seguinte, vai ter a chamada convivência com a Base, as pessoas não vão ficar em uma área que tem lançamento, no dia que lançar foguete as pessoas vão recuar, vamos mandar vocês lá para Santa Maria, digamos assim, fica lá 2 ou 3 dias, como tem aquele negócio de tempo ruim ou bom, então se tiver ruim, não lança, marcou de lançar hoje, não lançou, ele vai ter que voltar, eles vão dizer - não, não vou trazer eles de volta, eles vão ficar lá até lançar, pode demorar 15 dias. Então, como eles estão querendo nos enrolar, eles achavam que agora, esse da ACS, dizem eles não tem tempo ruim, no dia que botar esse foguete na plataforma, ele tem que subir, nem que ele exploda no meio do caminho, ele não pode voltar porque o combustível dele é líquido e só coloca na hora de lançar, colocou o foguete ele tem que dar o jeito dele de subir, não pode ficar com ele, tem que sair do armazém diretamente para o foguete subir, por isso eles dizem que não tem problema de deslocar, mais a gente sabe que ninguém vai ficar num papoco de foguete ali, então na hora que começar a fazer lançamento de foguete vai saindo todo mundo, sem preocupação para o governo. Essa é a ideia da gente, o governo, como na Convenção 169 diz que o governo não pode nos relocar, se eu não estou enganado, no artigo 16, que a relocação só com nosso consentimento – então o governo diz – não, nós não vamos relocar ninguém, tem a convivência, como nos outros países já há convivência, as comunidades de lá vivem perto dos Centros de Lançamento. Nós não temos certeza se é bem pertinho, para nós ter certeza, só se nós for olhar para ver se é verdade o que eles dizem, que vivem perto, mas só de nós ouvir falar que as pessoas moram perto, eles também dizem que em Alcântara não tem gente nesse local, é só a Base, que a cidade de Alcântara é mato, então a mesma coisa eles podem dizer para nós não, esse pessoal vive tudo ao redor do foguete e nós acreditar, mas nós só vamos acreditar se nós ir ver de perto para ter certeza e ver o dia do lançamento como é, ai sim a gente vai acreditar, agora só porque eles dizem, não acreditamos. A ideia de desapropriar toda essa área, tá vendo, do meu ponto de vista é para especulação, eles vão fazer divisa aqui nos 8 mil hectares de terra e o plano é alugar o resto para esses outros países, que tiverem interesse. Agora você imagina o que é a situação do nosso país, por exemplo, o Brasil fez um contrato com a Ucrânia, bem aqui



na Base Militar, mas a Ucrânia está em crise, aquilo que eu sempre digo para eles, a Ucrânia está em crise, arrisca entrar em uma guerra fria agora, porque a Rússia já está preparada com um grupo de militar lá, que são vizinhos, de repente, se essa Base já estivesse pronta, que era o plano, para já lançar foguetes, esse ano que passou, pode ser um dos primeiros alvos, uma briga com a Rússia, não era, eles diziam: "Rapaz, vamos atacar a base da Ucrânia, lá no Brasil que é um dos pontos mais estratégicos da terra – vamos atacar". Então, tudo isso para nós é risco, quando se implanta esse monte de Base em todo nosso litoral. Começou com a Base Militar, como não avançou a Base Militar, o governo fez esse acordo de Base Comercial que é Brasil com a Ucrânia e com certeza vem mais, eu não sei se é com a França que é o mais próximo interessado, Israel. Então, no momento que o Brasil vai encher aqui desses países, esse litoral de Base dos outros países, nós vamos ficar na mira, sujeitos a um bombardeio a qualquer momento, daqui para frente esses países vão viver em guerra todo tempo. Está bem aí nosso vizinho, a Venezuela, estão na maior confusão, já expulsaram a Ucrânia, expulsaram no ano passado outro, qual foi? Tem outro país que o governo deles expulsou, não estou lembrado o nome, expulsaram a Ucrânia. E o congresso tem alguns deputados se reclamando, que o Brasil não se manifestou a respeito da Venezuela, eles vão até fazer uma moção no Congresso a respeito dessa questão, então tudo isso é complicação para nós, já imaginou se o Brasil enche toda essa área aqui de Alcântara de Bases Militares de outros países? Como vai ficar a nossa situação aqui em Alcântara, eles lá em Brasília, eles não estão preocupados, os caras lá de São Paulo não estão preocupados, eles estão muito longe de Alcântara. Mas nós aqui na capital estamos encostadinho da mira do foguete, qualquer explosão bem aqui, nós estamos sujeitos, esse foguete que incendiou, lá em Alcântara, que o sargento disse para nós, no dia 1° de dezembro de 2008, 2007, 1° dezembro de 2007, que o sargento disse para nós para mim e Biné, lá em Baratatatiua, que esse foguete, o prejuízo não foi maior porque ele não se desamarrou na hora do incêndio, ele ainda estava amarrado, porque se decola, ele não subia, ele ia correr, eu não sei como ele diz, podia correr, sair, cair no rumo de São Luís, no rumo de Pinheiro, para qualquer um lado e ia fazer muito estrago porque enquanto ele tivesse combustível, ele tinha que queimar e era fazendo estrago. Então a sorte, isso ele disse porque Biné estava contando uma história lá, tinha dado uma chuva, e estávamos na beira da calçada, ele chegou, como ele ouviu a conversa e se





ofendeu, que ele ainda era da Base na época, ele veio para conversa, veio interferir, mais nessa interferência ele veio nos contar a história desse foguete, que só não foi pior porque o foguete não desamarrou. Ele disse para nós: -Olha o desastre não foi maior porque o foguete não se desamarrou, porque se ele se desamarra e vem para o rumo de São Luis, qualquer lado, menos para o rumo do oceano, para qualquer lado da terra que ele corresse, ele ia fazer muito estrago, ai ainda disse para ele brincando: Então quer dizer que ele aceitou morrer, ser queimado amarrado. Ele aceitou morrer amarrado, eu ainda disse para ele brincando, que foi o sargento Gomes, da Base quem é, não sabe, né? Se esse foguete se desamarra, o estrago era feio. Então a gente está numa mira muito arriscada se nosso país aceitar alugar toda essa área para outros países, agora eu vejo o seguinte. Olha, o que vai acontecer, o Brasil tem essa Base Militar, passou 30 anos, não deu certo, houve as duas explosões, depois o incêndio e já levantaram todos, não lançou foguete esse ano que passou, 2012, não conseguiram, dizem que querem lançar, querem lançar agora no final desse ano, da Base Militar, o Brasil já resolveu construir esse outro com a Ucrânia, hoje a Ucrânia está em crise, aliás já vem em crise uns 2 anos atrás, mais crise financeira, agora a crise é militar. É agora, e com esse acordo com o Brasil, a construção está parada, parou totalmente, está parada lá, agora você imagina o desperdício de dinheiro que o Brasil está tendo com uma construção dessa parada, com esse país em crise, tá entendendo, e quando essas Bases vão funcionar? O Brasil vai ter dinheiro para colocar essas duas bases ao mesmo tempo para funcionar? É muito complicado, então eu acho que se apareceu um outro país muito louco querendo alugar, é bem provável que eles aluguem para ver se o negócio funciona e isso vai ser muito mais complicado, possivelmente os Estados Unidos, esses países mais desenvolvidos, pode ser que eles consigam construir as Bases deles e fazer funcionar, agora essas daqui do Brasil, do jeito que está, vai ser muito difícil.

Fala do senhor Leonardo dos Anjos no curso sobre a Convenção 169 realizado na igreja de São José na comunidade Capoeiro em Viana no ano de 2012 no âmbito do projeto "Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais"

110

## **POSFÁCIO**

Patrícia Maria Portela Nunes Cynthia Carvalho Martins

A presente publicação reuniu uma variedade de "falas" proferidas em eventos diferenciados, nacionais e internacionais, fóruns de debate, colóquios, audiências publicas e encontros científicos. Cada gênero de fala está condicionado, em certa medida, a um tipo de evento e articulado com interlocutores específicos. Tais gêneros se apresentam como pronunciamentos, exposições, palestras, conferencias, cursos e entrevistas. As falas, enquanto unidades discursivas, organizam o sentido das alocuções e explicitam tomadas de posição frente a um debate referido à implantação do CLA e aos direitos quilombolas.

O desafio, constante e persistente, em converter a fala de um "palestrante" e/ou "conferencista" em texto parece estar atrelado a um conjunto de atributos que singulariza aquilo que entendemos como "autoria"; estando, sob esse prisma, referido à construção de uma "identidade autoral" (Foucault, 2001). Há um modo próprio de enunciar as coisas que dificulta, por vezes, esse trabalho de conversão. Afinal como conseguir transmitir textualmente um padrão de argumentação que se fundamenta na singularidade de uma fala? Como dar conta de uma retórica que está referida a gêneros específicos de eventos, como os chamados "seminários", "audiências públicas", "colóquios", dentre outros fóruns de debate público? Como dar ao conhecimento do "leitor" o comprometimento, o envolvimento político, social e 'de vida', de um agente social que se tornou uma liderança de um movimento social, o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE).

Como o "leitor" pôde perceber através dessa publicação a fala do Sr. Leonardo dos Anjos é caracterizada por frases excessivamente longas, eviden-

Coleção Narrativas Quilombolas

111

ciando um profundo envolvimento na defesa de suas ideias e uma abordagem heurística, entremeadas, por vezes, por frases curtas, insinuando um controle sobre temas e problemas que merecem destaque, uma atenção especial. Para quem já o ouviu falar, suas frases longas denotam ainda uma retórica que se caracteriza por ser ligeira, ele fala com rapidez evidenciando um grande domínio dos problemas que traz ao debate. Os editores desta publicação

sentiram certa dificuldade em lidar com tal especificidade ou com a tarefa de conferir inteligibilidade à leitura de uma construção oral. Como garantir essa inteligibilidade sem correr o risco de interferir numa lógica própria de

raciocínio?

Mas essa árdua tarefa nos foi também muito instigante porquanto nos vimos diante da trajetória de um "ator" e do discurso de um "autor" que está referido a uma luta social por reconhecimento de direitos que dura mais de três décadas. A leitura da fala certamente difere de ouvir a fala e exige um rigor diferente. Na leitura da fala retira-se as expressões e tonalidades e deve-se compensa-las com as pontuações. Uma compensação injusta, certamente, já que descarta automaticamente uma gama de elementos heurísticos.

Dentre as características da retórica destacam-se as frases longas e a simulação de debates com diferentes interlocutores como agentes do governo, agentes promotores do projeto de implantação e expansão da base de lançamento de foguetes, moradores de comunidades quilombolas de Alcântara. Diálogos reproduzidos e incluídos em uma narrativa mancada por um modo de enunciar as coisas e um padrão de argumentação que é ligado a uma **identidade.** 

Fundamentado em um profundo conhecimento sobre legislação o senhor Leonardo Anjos deslinda como o próprio direito pode violar os direitos, ao relatar os acordos estabelecidos, fundamentados em direitos garantidos por lei e que são quebrados violando os próprios direitos. Por se defrontar diretamente com essas situações de violação de direitos e os acordos firmados durante a audiencia de conciliação do dia 09 de novembro de 2008 durante a qual houve um acordo de que a Base de Lancamentos de foguetes não seria ampliada e portanto, não haveria novos remanejamentos. Após esse acordo, como bem colocam as entrevistas, organizadas intencionalmente por ordem cronológica, as ameaças continuaram.

A posição do autor, marcada por um acompanhamento constante das

ações governamentais, das iniciativas privadas e das reivindicações dos agentes sociais mobilizados, faz com que deslinde os meandros de um discurso institucional que elabora projetos e anuncia planos de gestão que apesar de não serem implementados são amplamente divulgados, tal como o denominado atracadouro. Deslinda a construção de uma participação fictícia das comunidades que são demandadas constantemente a participarem de reuniões, cadastramentos e prestarem informações aos funcionários da Base. Ou mesmo da imposição de um modelo de desenvolvimento centrado em ações de desmobilização de um modo de vida centrado em uma autonomia na qual a que tem na roça uma forma de organização social. O entrevistado defende a roça e a dignidade daqueles que trabalham na roça se contrapondo a projetos de produção agrícola voltada somente para o mercado.

Explicita ainda como esse projeto gerou conflitos internos, relativos as próprias indenizações as quais os agentes do governo argumentavam à favor do aceite e, como corolário, anunciavam o deslocamento das famílias para outros locais situados no interior do município. E, como as indenizações nunca atendem um calculo de reprodução dos agentes sociais e são medidas paliativas. Ao relatar os conflitos internos analisa as relações externas que os geram.

Elaborados por agentes do governo muitos projetos são percebidos como ineficazes, ineficientes e fadados ao fracasso por aqueles que já viram uma centena de iniciativas governamentais serem direcionadas às comunidades e servirem somente para justificar um projeto institucional.

O autor denuncia a pressão sofrida pelas comunidades com as constantes ameaças de deslocamento explicitando que muitas famílias optam pela mudança, vendendo seus domínios.

Trata-se de uma fala constantemente atualizada, em consonância com as ações institucionais e os atos de resistência dos quilombolas de Alcântara afetados pela implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. As estratégias governamentais vão se refinando cada vez mais e o senhor Leonardo dos Anjos acompanha essa complexidade a partir de uma intensificação de sua percepção e acuidade em pensar como enfrentar essas refinadas armadilhas institucionais. Deslinda, dessa forma, as contradições institucionais

Coleção Narrativas Quilombolas

113

como a que transforma um projeto de desapropriação para utilidade pública em interesses empresariais e de mercado, atreladas ao capital internacional, a que traveste novos remanejamentos em devolução das terras e que repassa as responsabilidades de reciclagem do lixo produzido pelo Centro de Lançamento para os quilombolas a partir da construção de uma fabrica de reciclagem.

Ao proferir palestras, pronunciamentos e relatos o Sr. Leonardo dos Anjos resiste a esses refinamentos institucionais denunciando situações de violação de direitos com base em seu conhecimento sobre legislação.

As instancias nas quais as falas são pronunciadas expõem a rede de relações sociais construídas pelo narrador ao longo de sua trajetória e cada participação abre novas possibilidades de exposição do conflito instituído com o projeto governamental que desapropriou 62 mil hectares do município de para implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. Quando leva a voz dos atingidos para fora da comunidade mantém uma coerência com as instancias representativas. Essa coerência não deixa de lado uma visão reflexiva das próprias instancias de representação o que permite um refinamento de sua percepção das relações sociais e a construção de uma visão critica dos processos sociais.

Sua fala contribui para internacionalização dos conflitos a partir da produção de um saber local que e de uma intensificação e acuidade na percepção das refinadas armadilhas institucionais.

As viagens internacionais do Sr. Leonardo dos Anjos para Washington, Indonésia e Colômbia ampliaram a sua reflexão sobre os problemas vivenciados por indígenas e pescadores e permitiram a aproximação com as situações vivenciadas pelos quilombolas. Ele distingue as experiências e, ao mesmo tempo as aproxima, ao perceber, por exemplo, a plantação de eucalipto na Indonésia, a associa ao agronegócio e a um mecanismo relacionado à lógica do mercado.

A leitura apresenta situações de enfrentamento quotidiano e a posição vigilante do Sr. Leonardo tem relação direta com o fato de ser de uma comunidade constantemente ameaçada de remanejamento e que já esteve para ser remanejada em diferentes momentos. A valorização que confere aos seminários e audiência e sua luta em participar em instâncias representativas

relaciona-se com o fato de que tais eventos já foram impeditivos de remanejamentos, como o conhecido "Seminário de 99" que impediu o remanejamento das comunidades de Brito, Canelatiua e Mamuna em função da ação do Ministério Público Federal.

As narrativas expõem a insegurança provocada pela possibilidade de sair a qualquer momento das terras, as pressões pelo recebimento de indenizações, que cria conflitos internos entre familiares, a pressão pela presença de funcionários públicos que obrigam as famílias a participarem de reuniões e infiltram-se em relações sociais, inclusive familiares. Uma perturbação que impacta o sono, o sossego e autonomia de famílias que viveram muitos anos de forma autônoma, enfim, altera todo um modo de vida.

Sr. Leonardo em sua narrativa reproduz os diálogos de coronéis e militares com as famílias e, ao fazê-lo expõe a dissemetria dessas relações. O autoritarismo militar em uma tentativa de se impor um desenvolvimento centrado no assalariamento de famílias autônomas e com um modo de vida construído em singular relação com os recursos naturais de forma a construir territorialidades próprias – terras de santo, terras de santíssima, terras de preto, terras da pobreza. Uma democracia coercitiva na qual a participação torna vulneráveis as possibilidades de existências singulares.



## **ANEXOS**

"CARTA ABERTA DO POVO QUILOMBOLA DE ALCÂNTARA AO GO-VERNO DO ESTADO DO MARANHÃO"

Alcântara - MA, aos 26 dias de junho de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA

DD. Governador do Estado do Maranhão, Brasil.

São Luís - MA

Ref. Carta do movimento quilombola de Alcântara sobre a proposta do Governo do Estado acerca da regularização fundiária do Território Quilombola de Alcântara – MA.

CARTA ABERTA DO POVO QUILOMBOLA DE ALCÂNTARA AO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Nós, quilombolas de Alcântara – MA, por meio de nossas instituições, MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BASE ESPACIAL DE ALCÂNTARA – MABE, MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DE ALCÂNTARA – MOMTRA e o SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ALCÂNTARA – STTR/Alcântara vimos por meio do presente documento manifestar nossas profundas preocupações com a forma que o Governo do Estado do Maranhão vem tratando a questão quilombola em Alcântara e ao final apresentar nossas reivindicações:

• No início da década de 1980 o Governo do Estado do Maranhão de forma arbitrária e covarde desapropriou 52 mil hectares do nosso território para fins de interesse social. Posteriormente mais de 300 famílias foram des-



locadas compulsoriamente e, em sua maioria, sequer receberam indenizações ou quaisquer tipos de reparações pelos danos sofridos causando uma série de problemas de ordem social, política e econômica aos quilombolas deste município;

- O conflito fundiário a que fomos covardemente submetidos se arrasta por mais de 30 anos sem que o Estado brasileiro nas suas três esferas tenha apresentado qualquer solução pautada no respeito às normas nacionais e internacionais de direitos humanos do povo quilombola deste município;
- Não somos contra o CLA, reconhecemos sua importância estratégica, política e econômica para o país, mas, é preciso dizer: o programa aeroespacial brasileiro desenvolvido a partir da Base espacial de Alcântara se sustenta basicamente em detrimento da negação de direitos fundamentais aos quilombolas, e neste rol destacamos aquele mais essencial para as nossas vidas: o direito ao território étnico na sua inteireza que secularmente habitamos, ocupamos e utilizamos;
- Fruto de nossa capacidade de mobilização e articulação no final de década de 1990 acionamos o Ministério Público Federal que por sua vez ajuizou Ação Civil Pública para averiguar irregularidades no processo de implantação do CLA tendo verificado inúmeras violações decorrentes desse processo;
- Entre as quais destacamos: ao longo de 30 anos de funcionamento, pasmem, o CLA não dispõe sequer de licença ambiental para funcionar se revelando em grave ofensa à Constituição Federal de 1988 que estabelece a realização do Estudos de Impactos Ambientais e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental, o EIA/RIMA;
- Destacamos ainda: em 2002 por determinação MPF no Maranhão foi realizado perícia antropológica para fins de identificação de comunidades quilombolas em Alcântara, tendo a perícia apontando numa área de mais de 85 mil hectares aproximadamente 150 comunidades que se autorreconhecem como quilombolas e movidas por relações étnicas historicamente estabelecidas e indissociadas entre si e, no seu conjunto formam um grande território étnico afirmando assim a nossa identidade coletiva. Posteriormente a Fundação Cultural Palmares emitiu Certidão de Autorreconhecimento às comunidades existentes na área desapropriada, além dos territórios de Santa Tereza e Ilha do Cajual;

- O Estado brasileiro é RÉU nos tribunais internacionais. Tramita na Comissão Interamericana de Direitos Humanos CIDH desde 2002 denuncia das comunidades de Alcântara contra o Estado brasileiro em função das violações perpetradas na implementação do CLA. Tramita também desde 2008 na OIT em Genebra na Suíça denúncia das comunidades de Alcântara contra o Brasil em razão do descumprimento e inobservância da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho OIT na execução da proposta de expansão do CLA. Além disso, várias ações tramitam nos tribunais nacionais contra o Estado brasileiro, ou seja, o
- O projeto CLA, no nosso entender é eivado de inconstitucionalidades e marcado por violações aos direitos humanos dos povos quilombolas de Alcântara:

CLA paira sob total ilegalidade;

- Em 04 de novembro de 2008 foi publicado pelo INCRA o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola de Alcântara;
- Em 2014 o caso de Alcântara passou a integrar o Relatório da Comissão Camponesa da Verdade apresentando as atrocidades praticadas pelos militares na implantação do CLA, tendo em vista que o mesmo é de inspiração da ditadura militar.

Os últimos acontecimentos ocorridos em Alcântara têm deixado as comunidades quilombolas em estado de preocupação e estarrecimento em face de pronunciamentos do Secretário da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR), Sr. Gerson Pinheiro.

No dia 27 de maio de 2015 houve uma primeira reunião convocada pela Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR) em Alcântara com o objetivo de tratar do que a SEIR está chamando de "devolução" das terras de Alcântara.

Entretanto, o pleito quilombola está referido à titulação de terras nos termos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória – ADCT da Constituição Federal de 1988 (CF/88, ADCT art. 68) de forma que a noção de "devolução" não se ajusta reivindicação das comunidades quilombolas face ao Estado Brasileiro, tampouco aos dispositivos de lei referidos à matéria que foram arduamente conquistados pelo movimento negro

Coleção Narrativas Quilombolas

119



Ressaltamos que a mencionada reunião ocorreu sem a presença de representantes dos movimentos sociais de Alcântara notadamente: Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE); Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MOMTRA); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Alcântara (STTR). Na referida reunião foi comunicado que o Ministro da Defesa Jaques Wagner pretende "retomar as negociações" no sentido de resolver o que designam como "questão de Alcântara".

No dia 11 de junho do corrente ano, uma nova reunião aconteceu, promovida novamente pelo secretário da SEIR, Gerson Pinheiro. Parece ter sido o porta voz da posição do Ministério da Defesa comunicando que serão "devolvidos" 42 mil ha e as comunidades do litoral terão que ser "relocadas" e "assentadas" dentro desses 42 mil ha.

No site do governo do Estado do Maranhão há inclusive uma matéria sobre a criação da parceria entre o governo do Estado e a Prefeitura de Alcântara mediada pela SEIR.

A proposta do Ministério da Defesa que agora é erroneamente seguida pela SEIR/MA consiste em titular o Território Quilombola de Alcântara com exceção da área costeira do município de interesse do programa aeroespacial brasileiro para expansão do CLA com a construção de corredores entre as comunidades para o acesso ao mar.

Esta proposta nos foi apresentada anteriormente pelo governo federal e de pronto rejeitada, pois, conhecermos nossas vidas e nosso território e temos o bastante que esta proposta se traduz em novos deslocamentos compulsórios de comunidades quilombolas. Jamais aceitaremos a repetição da tragédia que vivemos na década de 1980 em Alcântara.

Posicionamento esse que REAFIRMAMOS agora perante o Governo do Estado Maranhão, não voltaremos a discutir tal proposta, pois ela, resta superada. Não discutiremos também porque ela implica (a proposta) em deslocamento compulsório do nosso povo, característica aliás exclusiva de regimes ditatórias, que entendemos não ser o caso atualmente.

Reiteramos que todas as negociações conduzidas pela SEIR não buscaram diálogo com os movimentos sociais desconsiderando a posição destes frente

às iniciativas propostas pelo governo. Portanto, não gozam de quaisquer tipos de respaldo por parte das comunidades quilombolas de Alcântara e seus movimentos sociais.

De igual modo, os pronunciamentos públicos de representantes da SEIR parecem desconhecer todo um conjunto de produção de conhecimento que bem retrata o quadro de conflito social intenso referido a implantação de Base de Lançamento de Foguete e a trajetória de luta das comunidades de Alcântara.

Lembramos que existe um acordo, datado de agosto de 2006, firmado no âmbito da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Federal no Maranhão em face da União no qual ficou acordado que as atividades de Alcântara Cyclone Space (ACS) seriam restritas à área efetivamente ocupada pelo Centro de Lançamento correspondente a 8.713mil ha.

Salientamos, por fim, que não houve até o presente qualquer consulta prévia, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como não foi considerado o que já foi discutido anteriormente de maneira pública, retornando-se a medidas de deslocamento compulsório de comunidades inteiras, inspiradas no modelo de ação do período ditatorial.

É com profunda tristeza que assistimos o lamentável papel que a SEIR/ MA vem desenvolvendo em Alcântara relacionado a questão quilombola a simples devolução terras. Ao cunhar o termo devolução essa Secretaria nega na verdade toda a nossa trajetória e dos nossos antepassados que cuidaram e preservaram esta terra que hoje nossa geração também cuida para que gerações futuras tenham direito ao futuro. Por isso AFIRMAMOS, esta terra, este território sempre foi nosso porque nele nos reproduzimos social, cultural, econômica e politicamente ao longo de séculos. Foi o Estado brasileiro que se sobrepôs, por meio da Base espacial no nosso território e não nós, povo de Alcântara que nos intrusamos em terras da Base espacial, foi o contrário!

Diante do exposto, solicitamos as devidas ações por parte deste Governo estadual no sentido de atuar junto aos órgãos responsáveis para as devidas tratativas para a garantia da titulação do território quilombola de Alcântara em conformidade com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS

leonardo series.indd 121

07/03/16 10:54

- Nos recusamos deliberadamente a dialogar com entes governamentais a proposta ora defendida pela SEIR/MA, ou seja, a de titular o Território Quilombola de Alcântara, exceto a área costeira do município pretendida pelo programa aeroespacial para expansão do CLA. Para nós, esta proposta já foi superada anteriormente, inclusive, por acordos judiciais, pois direitos humanos, como é o caso em questão, não se negocia, se efetiva e pronto;
- Exigimos respeito a nossa trajetória de luta e conquistas feitas, assim como às normas de direitos humanos referidas aos quilombolas e por isso, REAFIRMAMOS: não arredaremos de pé de nenhum milímetro de terras do nosso território;
- O Estado do Maranhão, no início da década de 1980 regime ditatorial foi o principal fiador do projeto CLA desapropriando nossas terras em detrimento de um projeto desenvolvido no regime ditatorial e de inspiração militar, por isso, ao invés de se perfilar aos militares atuais que usurpam nosso território, o Estado do Maranhão deveria, minimamente, formalizar um pedido de desculpas ao povo de Alcântara por nos expor as atrocidades dos militares da época;
- Lutaremos com todas as nossas forças para assegurar nosso território na sua plenitude e inteireza conforme publicado no RTID em 2008.

Alcântara não é um caso isolado, ao contrário se conecta e se relaciona com vários conflitos no Estado, no Brasil e no mundo, principalmente quando se trata de políticas públicas. É com esse sentimento que visualizamos no novo governo estadual a tão desejada mudança pelos maranhenses. O momento ideal para realizar essas mudanças estruturantes para o Maranhão, sobretudo, o povo quilombola é agora. Neste sentido, apontamos ações que nosso ver devem ser urgentemente colocadas na mesa do governo estadual para discussão, construção e consolidação:

 Primeiro: é digno que este governo consolide a Política Estadual de Igualdade Racial, por meio de um instrumento jurídico, pois até o momento, o que se tem são ações e políticas de governo e não de Estado. Mesmo a SEIR/MA é tão somente, uma secretaria extraordinária. É hora de convertêla para uma política de Estado;

122

• Segundo: o MA tem grande número de povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, povos de terreiro, ciganos dentre outros, entretanto, estes povos sempre foram invisibilizados e colocados a margem do processo de desenvolvimento e de direitos. É chegada a hora de se construir uma política estadual de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais. Não há mais como protelar os direitos destes povos sob pena de reproduzir o que gestões anteriores faziam.

Por fim, por acreditar no novo governo nos colocamos a disposição para dialogar e construir uma política firme de Estado no Maranhão para os povos e comunidades tradicionais que nos assegure o direito ao território que historicamente nos pertence e cuidamos e, solicitamos uma agenda com o Excelentíssimo Governador do Estado do Maranhão, o Senhor Flávio Dino para discutir a questão de Alcântara no Maranhão."





## **ANEXO 2**

PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA – MAPAS PRODUZIDOS PELO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

Inserir versão digital do mapa

124













FOTOS DA PRODUÇÃO DO CARTOGRAFIA EM ALCÂNTARA - FASCICULOS, LIVRO DE DAVI, LIVRO DE SEU DOMINGOS



126

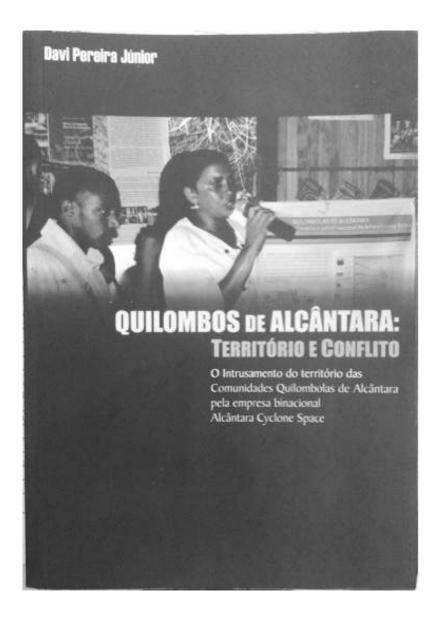




 $\bigcirc$ 

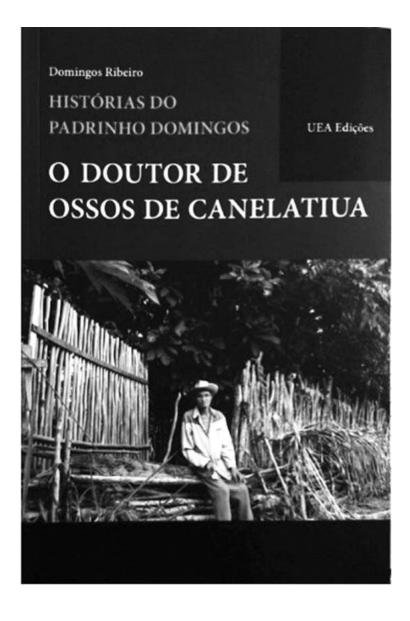






•



















132







